



**PROFHISTÓRIA**

MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

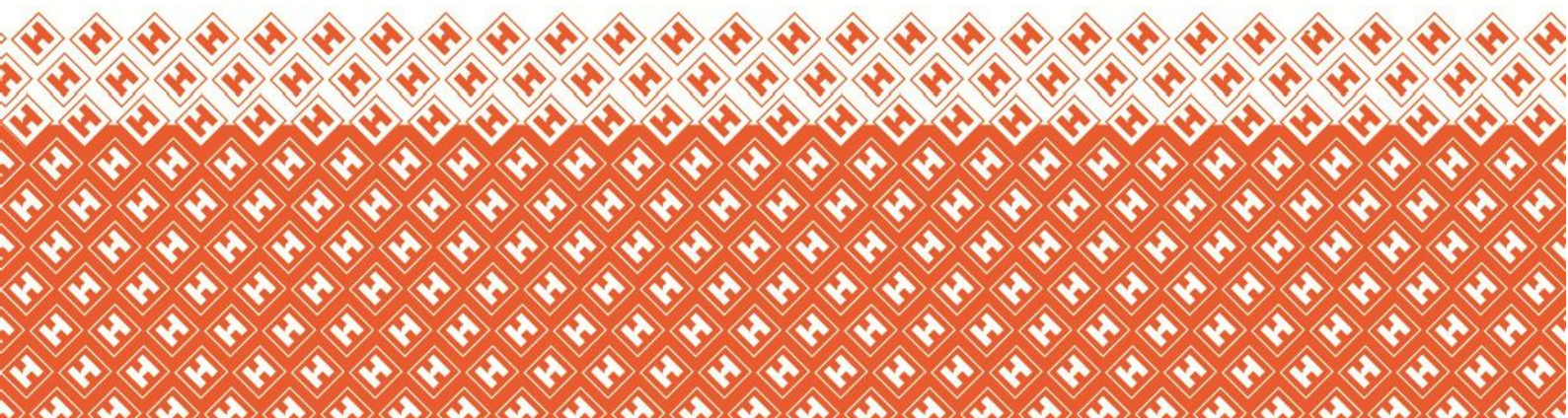
---

MARCUS VINÍCIUS DA LUZ ROCHA SOUSA

**MEMÓRIAS DA FÉ: o ensino de  
história e a educação patrimonial a  
partir dos Festejos de Nossa Senhora da  
Conceição, em Bocaina-PI**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

São Luís/2024



**MARCUS VINÍCIUS DA LUZ ROCHA SOUSA**

**MEMÓRIAS DA FÉ:** o ensino de história e a educação patrimonial a partir dos  
Festejos de Nossa Senhora da Conceição, em Bocaina-PI

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado Profissional em Ensino de  
História – PROFHISTÓRIA como  
requisito para obtenção do grau de Mestre  
em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Rogério de  
Carvalho Veras

**SÃO LUÍS**

**2024**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Luz Rocha Sousa, Marcus Vinícius.

MEMÓRIAS DA FÉ: : o ensino de história e a educação patrimonial a partir dos Festejos de Nossa Senhora da Conceição, em Bocaina-PI / Marcus Vinícius da Luz Rocha Sousa. - 2024.

128 p.

Orientador(a): Rogério de Carvalho Veras.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Rede - Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Educação Patrimonial. 2. Ensino de História. 3. Catolicismo Popular. 4. Bocaina/pi. 5. . I. de Carvalho Veras, Rogério. II. Título.

**MARCUS VINÍCIUS DA LUZ ROCHA SOUSA**

**MEMÓRIAS DA FÉ: o ensino de história e a educação patrimonial a partir dos  
Festejos de Nossa Senhora da Conceição, em Bocaina-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado Profissional em Ensino de  
História – PROFHISTÓRIA como  
requisito para obtenção do grau de Mestre  
em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Rogério de  
Carvalho Veras

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rogério de Carvalho Veras (ORIENTADOR)  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

Profª. Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa  
Universidade Federal do Maranhão (UFPI)

*“Quando pulcra rompe aurora em seus primores,  
são poemas laureados de emoção.  
São tributos de homenagem que decantam  
à excelsa Imaculada Conceição”*

Coroa de Homenagem (autoria desconhecida).

*À Bocaina-PI - onde repousa meus ancestrais.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Deuses e Deusas que regem o universo, em especial a intercessão de Nossa Senhora da Conceição de Bocaina-PI, por alimentarem a minha fé em dias melhores e me sustentarem nessa caminhada da vida repleta de desafios a serem vividos e superados. Sou um ser composto de incertezas que busca na dimensão divina as respostas que me confortam.

Minha total gratidão ao meu filho, Caetano Luz Sousa, que me tornou um ser humano melhor e me ensina a cada dia que o amor se vive na prática e que reside nas coisas simples, nas diferenças, na diversidade. Meu filho, o “pepeto” de painho, você é a luz que me guia, és como os vagalumes que brilham em meio a escuridão.

Eterna gratidão à Larissa Luz de Souza, minha companheira e amiga que não mediu esforços para me ajudar nesse e em tantos outros desafios que vivemos juntos. Obrigado pela paciência e empenho em me ajudar. Com certeza essa caminhada se tornou menos árdua com seu apoio. Serei sempre grato!

Agradeço de forma especial à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por todo o recurso financeiro que me destinou para a realização dessa pesquisa. Aos meus alunos e alunas, colegas professore(a)s, as equipes escolares (gestores e coordenadores) e secretarias de educação de onde trabalho (graças a Deus trabalho bastante) por todo o apoio durante essa jornada. À população de Bocaina, em especial aos meus entrevistados e entrevistadas. Sem vocês essa pesquisa não seria possível.

Aos amigos e amigas que coleciono nessa vida, desde os mais antigos aos mais recentes, em especial a Sebastião Alves e Mariano Sérgio (ambos doutorandos em História) pela força que me deram quando tive que recuar/interromper a minha vida acadêmica em 2019 na cidade do Recife-PE. Vossas sábias palavras: “tudo no seu tempo, amigo”, estão sendo concretizadas. Sim, tudo se realiza no seu tempo e dar “um passo atrás” não significa desistir da caminhada. Já dizia Clarice Lispector: “Amizade é matéria de salvação”.

Agradeço ao ProfHistória (programa de pós-graduação em rede que é lindo, maravilhoso e muito produtivo) pelas oportunidades que me ofertaram de aperfeiçoar minha prática docente. Aos professore(a)s do programa, em especial os da minha amada casa: UFMA. Serei eternamente grato pelos ensinamentos e orientações. Aos colegas da turma 2021, amei conhecer cada um(a) de vocês.

A todos os professore(a)s que atravessaram minha vida, do ensino fundamental, médio (Rubens Leal em especial) à minha graduação em História (Demétrios, Lindalva, Vivian, Moema, Waldilio, Filho, Maria de Jesus, Aristides) meu muito obrigado. Vocês foram peças fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Por fim e por enquanto, meus agradecimentos a uma pessoa iluminada e muito bacana: Rogério de Carvalho Veras, meu orientador. Rogério se tornou um grande amigo nesse processo. Sempre disposto em ajudar, me guiando e orientando com ideias interessantes para a pesquisa. Ouvindo-me e compreendendo meus desabafos e lamentações. Meu orientador-amigo, quero ter você sempre ao meu lado. Gratidão!

## RESUMO

Essa pesquisa analisa o festejo de Nossa Senhora da Conceição como Patrimônio Cultural Imaterial e religioso da cidade de Bocaina/PI, sendo essa festividade produtora de identidade e pertencimento. Traz como objetivo trabalhar a história local, a religiosidade e cultura popular no ensino de história, na perspectiva da metodologia da Educação Patrimonial, operacionalizando conceitos como lugares de memória (Nora, 1993), patrimônio (Meneses, 2012), prática, representação e apropriação (Chartier, 2002) e carnavalização (Bakhtin, 1999). A pesquisa foi desenvolvida através do projeto de educação patrimonial “Memórias da Fé”, aplicado aos alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Urbano Leal, em Bocaina-PI. Assim, por meio da problematização sobre a produção e aprendizagem da História a partir do patrimônio cultural, vislumbra-se a possibilidade de os docentes da educação básica trabalharem a cultura e a religiosidade popular católica no ensino de história.

**Palavras-Chave:** Educação Patrimonial; Ensino de História; Catolicismo Popular; Bocaina/PI.

## **ABSTRACT**

This research analyzes the celebration of Nossa Senhora da Conceição as an Intangible and religious Cultural Heritage of the city of Bocaina/PI, with this festival producing identity and belonging. Its objective is to work on local history, religiosity and popular culture in teaching history from the perspective of the Heritage Education methodology, operationalizing concepts such as places of memory (Nora, 1993), heritage (Meneses, 2012), practice, representation and appropriation (Chartier, 2002) and carnivalization (Bakhtin, 1999). The research was developed through the heritage education project “Memórias da Fé” applied to students in the 9th year of elementary school at Escola Municipal Urbano Leal in Bocaina-PI. Thus, through the problematization of the production and learning of History based on cultural heritage, the possibility is envisaged for basic education teachers to work on culture and popular Catholic religiosity in teaching History.

**Keywords:** Heritage education; Popular Catholicism; History teaching; Bocaina/PI.

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1:** Escola Municipal Urbano Leal.

**Figura 2:** Documento do Livro de Casamento de São João Batista de Lobrigos (1644-1702).

**Figura 3:** projeto de educação patrimonial na Escola Municipal Urbano Leal.

**Figura 4:** Filme de Franco Zeffirelli. Jesus de Nazaré, ITA, 1977.

**Figura 5:** Festejo de N. Sra. Da Conceição, 8 de dezembro de 2019.

**Figura 6:** Imagem original de Nossa Senhora da Conceição.

**Figura 7:** Imagem original de N. Sra. Da Conceição.

**Figura 8:** Imagem de N. Sra. da Conceição erguida por uma devota.

**Figura 9:** Audiência pública na Câmara Municipal de Bocaina.

**Figura 10:** Igreja de Bocaina (1965).

**Figura 11:** Demolição da igreja de Bocaina (2023).

**Figura 12:** Gráfico Censo IBGE 2010.

**Figura 13:** projeto “Memórias da Fé”.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AHU** – Arquivo Histórico Ultramarino

**DR.** - Doutor

**E.M** – Escola Municipal

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IEB-USP** – Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo

**IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**N. Sra.** – Nossa Senhora

**PI** – Piauí

**ProfHistória** – Mestrado Profissional em Ensino de História

**KM** - Quilômetros

**UFMA** – Universidade Federal do Maranhão

**UFSM** – Universidade de Santa Maria

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                              |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>INTRODUÇÃO:</b> .....                                                                                                                     | 13  |
| <b>CAPÍTULO 1: “A CIDADE E SUA FAMA VAI ALÉM DOS MARES”: HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA RELIGIOSIDADE POPULAR.</b><br>..... | 21  |
| 1.1 História Local e Memória: diálogos para um ensino de história plural e problematizador. ....                                             | 26  |
| 1.2 A História Local e o Patrimônio Cultural como possibilidade educativa do Ensino de História.....                                         | 42  |
| <b>CAPÍTULO 2: ENSINO DE HISTÓRIA, RELIGIOSIDADE POPULAR E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ENTRE TEORIAS E PRÁTICAS.....</b>                           | 47  |
| 2.1 A PRESENÇA DA RELIGIOSIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: Reflexões a partir do livro didático.....                                             | 47  |
| 2.2 O FESTEJO: entre práticas e representações.....                                                                                          | 56  |
| 2.3 ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: valorização da memória e busca pela identidade coletiva.....                                  | 61  |
| <b>CAPÍTULO 3: O FESTEJO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM BOCAINA-PI E O PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “MEMÓRIAS DA FÉ” .....</b>          | 74  |
| 3.1 MEMÓRIAS DA FESTA: Devoção e práticas socioculturais.....                                                                                | 74  |
| 3.2 TOMBAR OU DERRUBAR? (In)consciência patrimonial e a disputa pela memória na reconstrução da igreja católica de Bocaina/PI.....           | 86  |
| 3.3 MEMÓRIAS DA FÉ: projeto de educação patrimonial.....                                                                                     | 92  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                             | 102 |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                      | 105 |
| <b>APÊNDICE A: Subsídios Didáticos para a Educação Patrimonial no Ensino de História: religiosidade popular em Bocaina-PI.....</b>           | 110 |

## INTRODUÇÃO

Essa pesquisa propõe-se analisar os festejos de Nossa Senhora da Conceição como Patrimônio Cultural imaterial do povo de Bocaina-PI e sua aplicabilidade no ensino de história, sendo essa festividade católica produtora de identidade e pertencimento. Traz como objetivo trabalhar a religiosidade e cultura popular no ensino de história na perspectiva da metodologia da Educação Patrimonial, operacionalizando conceitos como memória coletiva e individual (Halbwachs, 2013), lugares de memória (Nora, 1993), representação (Chartier, 2002) e patrimônio (Meneses, 2012).

No campo do ensino de história trouxemos as discussões feitas pela historiadora Circe Maria Bittencourt, presentes nas obras “Ensino de História: fundamentos e métodos” (2008) e “O Saber Histórico na Sala de Aula” (2004). Propomos através da problematização sobre a produção e aprendizagem da História em diferentes espaços de memória trabalharmos a cultura e a religiosidade popular no ensino de história.

O objetivo do presente estudo, por sua vez, não é catequista e/ou doutrinário, e sim compreender a religiosidade católica popular como construtora de um imaginário social dos cidadãos deste município. Pretende-se ainda, entender a relação entre sagrado e profano<sup>1</sup> como incentivadora das práticas e sociabilidades nos espaços e lugares de memória em que o universo simbólico “Mariano” acontece.

Selecionamos um grupo de três pessoas para serem entrevistadas, a saber: Wlisses de Moura Alencar (produtor de eventos na cidade, principalmente durante o festejo em questão), Deolinda Maria de Sousa Marques (professora aposentada, escritora, membra da Academia de Letras da Região de Picos – ALERP) e Maria Helenita de Carvalho (professora, envolvida nas organizações festivas da Igreja Católica de Bocaina). Essas entrevistas foram gravadas sendo proferidas para os alunos numa roda de conversa em forma de aula-depoimento.

A escolha dessas pessoas para serem entrevistadas deu-se de forma estratégica. O Wlisses, produtor de eventos na cidade, fala a partir do espaço profano, ou seja, de como o festejo também ultrapassa o espaço sagrado onde os rituais acontecem. Nesse sentido, o seu depoimento corrobora a representação que muitos alunos têm do festejo: de que “o

---

<sup>1</sup> Mircea Eliade, em sua obra “O Sagrado e o Profano”, de 1959, reflete sobre a oposição entre estes fenômenos, para a compreensão das experiências religiosas humanas, analisando a natureza de ambos e de como se manifestam nas diversas culturas.

festejo de Bocaina” não é só a missa/novena, mas também, os shows, os bares, o parque, a movimentação da cidade.

Em relação às professoras Deolinda e Helenita, além destas possuírem um acervo pessoal sobre a história do festejo de N. Sra. da Conceição, elas integram um grupo de devoto(a)s que se colocaram a favor do tombamento da igreja matriz de Bocaina, contrariando e repudiando a vontade e iniciativa do padre Feitosa (pároco atual da Igreja Católica de Bocaina) e de muitos fiéis, que é a demolição e reconstrução da igreja. Tal conflito, retrataremos no terceiro capítulo dessa dissertação.

Por meio de suas memórias, analisamos esse evento religioso na sua dimensão cultural e histórica. A presente pesquisa é exploratória por meio de levantamento de dados com a abordagem qualitativa e envolve os alunos do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Urbano Leal da cidade de Bocaina-PI, totalizando uma média de 22 alunos.

Como fonte de pesquisa, além das entrevistas, temos o livro Ata das Novenas, livros e artigos de memorialistas, registros audiovisuais, iconográficos, jornais virtuais e websites, questionário aplicado em sala aos alunos e o PPP da escola onde foi desenvolvido o projeto de educação patrimonial intitulado “Memórias da Fé”.

A presente dissertação é estruturada em três capítulos mais o produto pedagógico. No primeiro capítulo trabalhamos a discussão sobre memória, patrimônio, religiosidade popular, ensino de história e história local. Como essas questões podem ser pensadas, associadas, analisadas. Portanto, como trabalhar a religiosidade católica popular na perspectiva cultural e histórica no ensino de história.

Discorreremos sobre a relação entre ensino de história e história local, as implicações e problematizações presentes nessa relação e como se efetivou o processo de massificação escolar no Brasil. Abordamos o conceito de lugares de memória de Pierre Nora, já introduzindo as memórias da fé de Maria Helenita de Carvalho, uma de nossas entrevistadas. Finalizar o capítulo, foi feita a discussão inicial sobre o patrimônio como possibilidade de abordagem no ensino de história.

No segundo capítulo, a ideia foi analisar como a religiosidade popular é apresentada no ensino de história através dos livros didáticos de História. Como, por exemplo, o livro didático traz essa abordagem. A partir de uma narrativa histórica, quais os silenciamentos e permanências? Abordamos, também, como a cultura e o patrimônio foram pensados como instrumentos na construção de uma identidade nacional brasileira,

através do processo de escolarização, idealizado pelo Ministro Gustavo Capanema no governo de Getúlio Vargas. Tratamos, ainda, de analisar o festejo a partir do conceito de prática, representação e apropriação desenvolvido por Roger Chartier e o conceito de Carnavalização pensado por Mikahil Bakhtin.

No terceiro capítulo apresentaremos a festa, as memórias da fé. Os festejos e seus simbolismos, suas representações, os significados atribuídos pela população, pelos fiéis, pelos alunos. Como pensar essa manifestação cultural a partir do ensino de história, como produtora de identidade e pertencimento. Ainda nesse capítulo apresentamos o projeto “Memórias da Fé” que foi desenvolvido na escola e fora do espaço escolar com os alunos, onde colocamos em prática a educação patrimonial conhecendo os lugares de memória dessa festividade, trabalhando o que é patrimônio e como essa manifestação cultural (festejos) é relevante para pensarmos a história local, a história regional, e história do Brasil etc. Seguimos as quatro etapas da educação patrimonial propostas pelo IPHAN: identificação, registro, exploração e apropriação.

O produto (dimensão propositiva) que foi desenvolvido é um guia de orientação para o uso da educação patrimonial no ensino de história, a partir de um festejo religioso popular<sup>2</sup>, que intitulamos de **“Subsídios Didáticos para a Educação Patrimonial no Ensino de História: religiosidade popular em Bocaina-PI.”**

Nesse sentido, com base na experiência que tivemos sobre os festejos de Nossa Senhora da Conceição, os fiéis e suas práticas, a simbologia da festividade, suas movimentações, o despertar do sentimento de identidade e pertencimento, as noções de patrimônio e a importância da educação patrimonial para o ensino de história, desenvolvemos um produto pedagógico que possibilita ampliar o horizonte de perspectivas do professor de história que se propõe a trabalhar com uma festividade religiosa popular utilizando a metodologia da Educação Patrimonial.

O produto educacional (dimensão propositiva) é direcionado para o(a)s professore(a)s da educação básica que trabalham com o ensino de história e, que se interessam em abordar a temática do patrimônio a partir de um festejo religioso. Este produto, no entanto, poderá também servir às demais manifestações culturais, tendo em vista que **o guia de orientação** em questão é um norte de como o

---

<sup>2</sup> Entende-se como religião/religiosidade popular o conjunto de crenças, práticas, rituais, simbolismos que se originam de outras fontes etc., criados e inventados pelos populares (que fogem à formalidade e à ortodoxia da igreja e da religião de elite), mas que acabam sendo toleradas e aceitas pelas lideranças religiosas, pois fogem do seu próprio controle. (Brandão, 1997)

docente pode utilizar questões locais relacionadas às discussões sobre história, cultura, memória e identidade.

Nessa perspectiva, o **“Subsídios Didáticos para a Educação Patrimonial no Ensino de História: religiosidade popular em Bocaina-PI”** se apresenta em forma de cartilha/manual, contendo texto e ilustrações, tornando-o mais atrativo e dinâmico para o público leitor. O objetivo é que os docentes e demais profissionais da sociedade possam trabalhar as referências culturais da comunidade através da educação patrimonial.

No primeiro momento, o **guia de orientação** traz de forma clara os conceitos de patrimônio, educação patrimonial. É a etapa da identificação, da observação dos alunos sobre o festejo religioso que será abordado no ensino de história como patrimônio cultural imaterial, portanto, um bem cultural da cidade. Momento em que as representações dos alunos sobre a festividade serão extraídas.

Neste caso, o professor(a) pode aplicar um questionário com as seguintes indagações: Você conhece ou já ouviu falar desse festejo? Como você se relaciona, ou seja, o que fazes durante essa festividade? Seus pais, parentes, amigos, vizinhos, conhecem e/ou participam desse festejo? O que você acha dessa festividade? Qual a sua religião?

Na segunda etapa (registro), a proposta é a solidificação do conhecimento adquirido sobre os significados do patrimônio, para que o docente ao identificar a festividade popular que deseja trabalhar como uma referência cultural da população do município. O professor então sugere que os discentes expressem suas percepções do bem cultural por meio de textos (em diversos gêneros), pinturas, desenhos, paródias etc. Em seguida, compartilhem estas produções com o restante da comunidade escolar.

Na terceira etapa (exploração), a proposta é que os alunos façam juntamente com o docente, o processo de pesquisa e levantamento sobre a festividade popular. Após esse trabalho investigativo, leve a discussão a partir das fontes coletadas para a sala de aula iniciando uma análise sobre a festividade popular ora escolhida.

Em seguida, o docente poderá escolher um grupo de pessoas da comunidade e propor uma roda de conversa com os alunos sobre o festejo popular em questão, além da contribuição dos docentes da escola de outras áreas, como, por exemplo, geografia, ensino religioso, português, matemática, para que os discentes compreendam que uma manifestação cultural analisada pela ótica da educação patrimonial abarca diversos saberes.

A partir desses questionamentos, o docente poderá coletar informações para analisar quais as práticas, representações e apropriações do seu alunado com relação a manifestação cultural que resolveu abordar. Em seguida, o professor deverá apresentar a relação dessa festividade religiosa popular com a história local, procurando problematizar tais questões, como as narrativas referentes ao festejo e a história local foram construídas ao decorrer do tempo. Nesse sentido, os discentes já terão elementos para relacionar o festejo religioso popular com as noções de patrimônio, história, memória e identidade.

Nesse momento **o guia de orientação** trará, ainda, a sugestão do professor dividir a turma em equipes para que possam identificar a presença da religiosidade popular no livro didático de história que foi adotado pela escola. Em seguida, com a mediação do docente, se promova um debate sobre as ausências e permanências presentes no livro didático sobre nossa diversidade religiosa. O guia propõe, também, que nessa etapa o professor organize com os alunos uma visita/aula de campo, com um roteiro previamente elaborado, para nortear a ação educativa fora do espaço escolar.

Na quarta e última etapa (apropriação), a sugestão que **o guia de orientação** trará para o docente é de que leve para seu alunado filmes, materiais didáticos (com sugestão, por exemplo, dos produtos educacionais já produzidos pelo ProfHistória), músicas, literatura sobre o patrimônio e a religiosidade popular. Em seguida, o docente poderá propor uma atividade de confecção de um produto educacional, como, por exemplo, um caça-palavras, onde através de perguntas sobre as temáticas trabalhadas, poderão ser respondidas pelos alunos a partir de uma reflexão prévia, ou, uma HQ confeccionada pelos próprios alunos sobre a festividade popular em questão, a criação de paródias, ou a criação de um jornal informativo sobre a festividade como patrimônio local, enfim, sugestões que podem ser levadas para a sala de aula e decididas em conjunto com os discentes e em seguida façam uma exposição no pátio da escola dos produtos desenvolvidos, disseminando os mesmos também em outros espaços da cidade.

Nosso **produto educacional**, dará como sugestão ao docente que mobilize os alunos a partir da ideia de um inventário participativo, ou seja, que os alunos levantem fontes sobre a festividade popular que fora proposta. Este levantamento de fontes pode ser através de fotografias que os discentes possuem em casa ou na casa de parentes sobre o festejo popular em questão, livros de cânticos das cerimônias (caso haja algum), panfletos de divulgação da festa, músicas dos rituais, entrevistas feitas pelos próprios alunos com pessoas da comunidade, e após esse levantamento e coleta de dados,

juntamente com o docente, possam fazer uma exposição desses materiais na escola e/ou em algum lugar de memória da cidade.

O “**Subsídios Didáticos para a Educação Patrimonial no Ensino de História: religiosidade popular em Bocaina-PI**”, foi desenvolvido para que sirva de instrumento e suporte didático aos docentes, auxiliando-os no aperfeiçoamento de suas práticas educativas e no processo de ensino-aprendizagem. As referências sugeridas ao público leitor, é um reflexo das leituras realizadas durante a pesquisa para a produção dessa dissertação. O produto educacional a que chamo de dimensão propositiva surge a partir da experiência que tivemos com o projeto de educação patrimonial que intitulamos de: *Memórias da Fé*.

Essa pesquisa ganhou impulso a partir do projeto de educação patrimonial idealizado por mim na unidade escolar Urbano Leal. Essa escola situada no centro do município de Bocaina na rua 10 de abril, ao lado da primeira escola fundada nessa cidade (escola Elias Martins) abriga no turno matutino, o ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e no vespertino, o ensino fundamental I (1º ao 5º). A escola Urbano Leal faz parte da minha memória afetiva pois estudei nela na minha infância onde fiz o ensino fundamental I.

**Figura 1:** Escola Municipal Urbano Leal, em 2022.



**Fonte:** Acervo do autor.

Desenvolver nela um projeto tão importante para minha carreira profissional desperta em mim um turbilhão de sentimentos. Resumo esses sentimentos em um: gratidão! Gratidão ao Deus do tempo que me permitiu voltar e lecionar nesse ambiente, também às professoras que nesse espaço, há mais de 20 anos, me ensinaram o quão

maravilhoso é aprender e a potência das marcas que uma boa educação pode causar se perpetuando em nossa memória.

### **Sobre a História de Bocaina-PI.**

Existe hoje uma disputa de narrativas sobre a história de Bocaina na qual iremos abordar e problematizar nessa pesquisa. De acordo com a memória local que foi adotada para a História oficial de Bocaina (desenvolvida pela oralidade) a partir do livro memorialista “Vozes da Ribeira” de Firmino Libório Leal (jornalista e escritor), sua colonização se deu no ano de 1732 com o português Antônio Borges Leal Marinho, que levou sua esposa por nome Rosa, alguns escravos, animais, seus irmãos e agregados.

Chegando na região que hoje é a cidade de Bocaina, fundou a fazenda boqueirão e seus irmãos se espalharam por outras regiões fundando mais fazendas. Uma das primeiras atitudes de Borges Marinho foi criar uma capela que teria como padroeira Nossa Senhora da Conceição. A construção da capela foi concluída em 1754 e consagrada pelo jesuíta João Sampaio. A irmã de Borges Marinho, Antônia Borges Leal Marinho, doou o sino da igreja e a imagem da Imaculada Conceição (esta última ainda se encontra presente na igreja e é restaurada constantemente) e a tradição festiva católica popular então iniciava-se.

A capela foi ampliada e atualmente é a igreja matriz de Bocaina. Já são 268 anos de tradição que se ressignifica com o tempo, provocando uma teia afetiva de relações sociais através da memória coletiva e das representações ritualísticas e simbólicas dessa manifestação cultural, que hoje é uma das mais vibrantes no município, até mesmo para quem não é católico ou “católico não praticante”.

Já a segunda narrativa sobre a história de Bocaina é defendida por Reginaldo Miranda (advogado, escritor e membro da academia piauiense de letras) em artigo publicado na internet no Portal “Entretextos” em 23 de junho de 2018<sup>3</sup>. Nesse artigo, Reginaldo, opõe-se a versão tradicional e oficial de Bocaina. Primeiro contestando o sobrenome do fundador, sendo “Marim” e não “Marinho” como Firmino traz em seu texto. O Marim, segundo Miranda, faz referência a Vila Marim, no concelho de Vila Real, onde Antônio Borges Marim teria nascido por volta de 1668.

Para Firmino, Borges “Marinho” seria natural de Chaves em Portugal. Outro ponto que Reginaldo contrapõe é por onde Borges Marim teria vindo até chegar a Bocaina. Para Firmino, “Borges Marinho” teria vindo pela Bahia, já para Miranda ele

---

<sup>3</sup> Para maiores detalhes, veja: <https://www.portalentretextos.com.br/post/coronel-antonio-borges-marim>.

veio por Sergipe (lugar onde permaneceu por um tempo fundando fazendas). Outras divergências aparecem ao longo dos artigos escritos por ambos sobre a história de Bocaina. Tais divergências serão analisadas por mim ao longo dessa dissertação. Um dos pontos em comum, tanto para Firmino como para Reginaldo é que Antônio Borges Marim ou Marinho era um português que pertenceu ao exército de Portugal e como recompensa pelos serviços prestados recebeu missões e sesmarias no Brasil.

O que concluo é que Reginaldo Miranda em seu texto traz mais fontes documentais e referências como as do AHU – Arquivo Histórico Ultramarino situado em Lisboa, dando mais consistência à sua versão sobre a história de Bocaina no Piauí. Contudo, não me proponho nessa pesquisa sustentar ou defender uma dessas duas versões, pelo contrário, problematizo a preocupação de ambos em reproduzir uma história das origens regadas a saudosismos a um colonizador português. Portanto, o que me interessa nesse estudo são as práticas culturais desse evento religioso que se ressignifica ao longo dos anos e de como abordá-lo no ensino de história.

## **CAPÍTULO 1: “A CIDADE E SUA FAMA VAI ALÉM DOS MARES”: HISTÓRIA LOCAL E ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA RELIGIOSIDADE POPULAR.**

O cantor e compositor pernambucano Chico Science, líder da Banda Nação Zumbi, ao escrever a letra de “A Cidade”, descreve as desigualdades sociais de Recife (capital pernambucana) causadas pela ambição imobiliária, empresarial e internacional sobre a cidade em que vivia, onde os ricos ascendiam cada vez mais enquanto os pobres aprofundavam sua pobreza, por isso, para o mangueboy<sup>4</sup> a fama de Recife ia “além dos mares”.

Bocaina ao contrário de Recife, é uma cidade do interior do Piauí com uma população, segundo o IBGE (censo de 2022) de 4.078 pessoas<sup>5</sup>. Os ritmos e configurações de ambas as cidades são diferentes, porém, utilizo-me de um dos versos de “A Cidade” do Chico Science para introduzir uma reflexão acerca de como a cidade interfere nos desejos e ações dos sujeitos que nela habitam.

Usamos um dos versos desta canção, para de forma metafórica dizermos que a fama dos festejos da Santa padroeira de Bocaina, não se reduz às fronteiras geográficas da cidade, indo além dos mares, se pensarmos inclusive, que segundo a história local, o português Antônio Borges Marinho, atravessando o oceano Atlântico, trouxe essa prática devocional para Bocaina, iniciando assim, o festejo de Nossa Senhora da Conceição.

Nesse sentido, pensar uma festividade católica que acontece anualmente durante 11 dias no município é também incorrer sobre as práticas dessa população nos espaços de sociabilidade, ou seja, como a cidade funciona como palco das relações sociais. É nessa relação com o lugar que se observa o festejo de Nossa da Conceição (a partir de agora: N. Sra. da Conceição) como um produtor de identidade e pertencimento que se manifesta na memória coletiva e afetiva das pessoas, devotas/fiéis ou não<sup>6</sup>.

As memórias da fé referentes a religiosidade católica popular em Bocaina ganham corpo na inter-relação entre os partícipes dessa festividade “mariana” e a cidade.

---

<sup>4</sup> Eram chamados de Mangueboys, os integrantes do Movimento Manguebeat que surgiu no ano de 1991 na cidade de Recife. Tal movimento revolucionou a música brasileira e se caracterizou por misturar elementos da cultura regional de Pernambuco com a cultura pop como o hip-hop e o rock.

<sup>5</sup> Ver: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/bocaina.htm>

<sup>6</sup> O festejo de N. Sra. da Conceição em Bocaina (Piauí) é uma manifestação cultural que não se limita ao templo (igreja). Durante essa festividade a cidade fica polvorosa e recebe inúmeros shows musicais, parque de diversão, barracas de lanches, bordeis etc. Com base em relatos que ouvi durante a pesquisa, há pessoas que não frequentam as novenas, mas se dizem devotas da Santa, padroeira do município.

Compreende-se, portanto, os espaços (sagrados e profanos) onde se desenrola “essa(s) festa(s)” como lugares de memória (Nora, 1993). Assim, podemos considerar essa cidade também como memória:

[Falar] sobre memórias da cidade pode soar no mínimo estranho para o leitor. Afinal, a cidade de pedra, asfalto, ferro e vidro não é capaz de lembrar e sim os homens e mulheres que nela vivem e se relacionam entre si e com o local em que vivem. A percepção de que o *locus* não é somente um palco onde se desenrola o espetáculo das relações sociais, mas simultaneamente produto e produtor dessas mesmas relações, conduz-nos à reflexão sobre a cidade como um espaço onde se materializam e se sustentam memórias sociais. É nesse sentido que podemos falar de memórias da cidade, ou da “cidade como memória” (Veras, 2020, p. 109).

Pretende-se dizer que no imaginário popular dos cidadãos dessa cidade, o festejo de N. Sra. Da Conceição não se reduz às conhecidas missas/novenas/rezas/procissões e, sim, a todo o universo festivo materializado nas frenéticas noites pós-novena/missa, regadas à músicas, bebidas e comidas, onde fiéis/devotos também participam, afinal, “a cidade é também um lugar de encontros, manifestado em suas praças e lugares de lazer e cultura” (Veras, 2020, p. 109). A devota, Maria Helenita de Carvalho (54 anos), relata em entrevista no dia 10 de abril de 2023, o seguinte:

[...] mas festejo é festejo né, tinha suas animações, tinha seus bailes, tinham os parquinhos que vinham, isso aí sempre existiu, claro que foi modificando [...] eu me lembro no tempo da minha mãe ela falava já tinha o carrossel e o carrossel já é um parque né [...] já tinha os bailes, cada um a seu tempo né, eu me lembro que no meu tempo de menina é... festa, tinha uma festa ou duas no clube, mas tinha os bares ali no redor da praça que na minha época os bares eram aqueles bares ali da praça da igreja e na minha época mulheres nem entrava nos bares, era só os homens, as mulheres que entravam em bares não eram bem vistas. As mulheres ficavam, o movimento era ali na praça aí ficava arrodando a praça sabe, rodeando a praça. Depois...e vinha pro parque, tinha o parque aqui no quadro do mercado, toda vida o parque, eu alcancei o parque ali no quadro do mercado [...] e depois foram construindo, eu não sei, talvez você não lembre, não seja da sua época, as barracas da Bocaina onde tinha as serestas, e tinha sempre uma festa ou duas durante o festejo, do clube do bocainense clube. Matinê... matinê era do bocainense clube, depois surgiu o... clube de toinzinho, a quadra poliesportiva que teve muita festa dia...uma festa durante a noite, tinha o matinê dia 08, tinha as barracas, hoje já não tem mais as barracas né, tudo vai acompanhando seu tempo. Hoje agora é os grandes shows aí no... nos clubes e... algumas festas ali no quadro do mercado né [...]<sup>7</sup>.

A entrevistada descreve suas lembranças de quando era criança e adolescente, sobre alguns espaços de sociabilidade que faziam parte do festejo de N. Sra. Da Conceição e sua relação com tais espaços. Em seguida, faz um paralelo com os “dias

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por Maria Helenita de Carvalho em 10/04/2023.

atuais” demonstrando em seu relato certas mudanças e permanências de acordo com sua percepção do tempo.

Maria Helenita atribui sentidos a esses lugares conferindo às suas lembranças um lugar de identidade e pertencimento. O historiador francês, Pierre Nora, cria a expressão “lugares de memória” problematizando a relação entre história e memória. As memórias evocadas nessa entrevista permitem-nos compreender a relação entre um passado, real ou imaginário, e um sentimento de vinculação a determinado grupo, materializado nessas memórias a partir de certos lugares, o que nos permite pensar que “os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (Nora, 1993, p. 12).

Para Nora (1993), esses lugares de memória fazem parte de uma construção histórica, o que lhes tira qualquer espontaneidade. Uma vez que o historiador problematiza e historiciza esses lugares, estes tornam-se documentos/monumentos (Le goff. 2013) que revelam contextos sociais e suas implicações, as relações de poder, os rituais, as paixões, as rupturas e continuidades, assim, como a seleção do que se deseja perpetuar no tempo. Nessa perspectiva, entende-se que

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (Nora, 1993, p. 13).

O festejo de N. Sra. Da Conceição em Bocaina, por sua vez, materializa-se nesses lugares de memória por meio de uma coletividade que monumentaliza esses lugares com “ilusões de eternidade [...] sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza” (Nora, 1993, p. 13). Cabe aqui lançarmos um olhar crítico que nos permita analisar os vestígios de determinada sociedade que esses lugares de memória nos revelam, decodificando, assim, essas práticas culturais que geram representações coletivas (Chartier, 2002).

Observa-se, portanto, que história e memória são coisas distintas. Uma das funções da história é problematizar a memória e historicizar os espaços na qual essa memória está vinculada. Na teia das relações sociais, a memória coletiva se estabelece nos palcos da cidade que é ao mesmo tempo “produto e produtor dessas relações” (Veras,

2020, p. 109). Sob a égide dos sentidos que os indivíduos atribuem aos locais por eles praticados, convém compreender que os lugares de memória

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou. O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter vontade de memória. (Nora, 1993, p. 21-22).

De acordo com Pierre Nora (1993), os lugares de memória compreendem, portanto, três dimensões: material (onde a memória se apoia e é tomada pelos significados), funcional (pois possuem a incumbência de firmar as memórias) e simbólico (onde a identidade se evidencia e manifesta-se). Exerce a missão de não permitir o esquecimento, atribuindo-lhes sentidos e materializando o imaterial (Nora, 1993).

Pierre Nora não acredita que memória e história sejam a mesma coisa. Na sua reflexão, para que a memória exista ela precisa está amparada no que ele chama de lugares de memória. E mais uma vez: o que é esse lugar de memória? O lugar de memória seria um monumento, um objeto ou algum elemento material ou não material que remete à memória.

Uma fotografia, uma música, um espaço, podem ser um lugar de memória, pois, remetem a experiência de algum momento. Então, ele parte desse princípio desse lugar de memória. Entende-se nesse prisma que memória e história são coisas distintas, ou seja, não se confundem. A memória seria a acumulação de lembranças, de material memorialístico que se dá através da preservação de determinados lugares de memória.

A História, por sua vez, pode ser aquilo que vem para problematizar a memória. Uma das funções da história seria analisar a memória, no sentido de que a memória não faz a crítica, ela reúne lembranças, enaltece. Se tomarmos, por exemplo, um monumento a um político ou uma rua com o nome de alguém, a memória não fará uma crítica a essa pessoa, pelo contrário, vai enaltecer, pois, é uma forma de lembrar.

A história é o que vem para problematizar esse lugar, historicizando-o. Imagine uma escola que tem o nome de um bandeirante que matou indígenas. A história agirá criticamente indagando sobre o porquê desse nome, por que estamos valorizando determinado personagem, quem foi ele, como podemos entender essa figura no contexto social dele, quais são as questões que ele traz, quais os interesses que estão envolvidos em dá ênfase a esse personagem e não a outro.

Isso é uma das funções da história, já a da memória é lembrar e a do lugar de memória é fazer com que a memória se mantenha viva. É por isso que há uma grande disputa pela memória, para que ela tenha sua relação conectada a determinados espaços e/ou personagens. A disputa pela memória é, de certa forma, uma questão de poder, então, quando se estabelece uma leitura, um nome de um lugar, o favorecimento da preservação de determinado patrimônio de memória ao invés de outro, isso também é uma relação de poder.

A cidade é mais do que um espaço geográfico/físico, é um lugar onde reúne práticas e saberes que dão base à memória coletiva e revelam a nossa identidade. Nesse sentido, “a cidade e sua fama vai além dos mares” (Chico Science), através dos seus lugares de memória e da memória coletiva.

A prova disso é que ao indagar algumas pessoas naturais de Bocaina e que hoje moram em outras cidades de outros estados desse país, sobre o que elas têm mais saudade da cidade natal delas, a resposta é: do “festejo”<sup>8</sup>. Percebe-se, então, que mesmo “saindo de Bocaina, Bocaina não sai delas”, pois a relação de pertencimento com o lugar advém de suas lembranças, flinando pela cidade durante essa época festiva e “é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (Nora, 1993, p. 22).

Eis a relação dos sujeitos com o lugar. É a perspectiva de que “a cidade somos nós e nós somos a cidade” (Gadotti, 2007, p. 73). Pensamos aqui a cidade a partir da religiosidade popular expressa no festejo de N. Sra. da Conceição e de como essa festividade afeta o cotidiano das pessoas e os fluxos da cidade. Já mencionamos que a

---

<sup>8</sup> Muitas pessoas naturais de Bocaina (Piauí) moram há anos em outras cidades do Brasil. Foram em busca de melhores condições de vida. O principal reduto dessa migração é o estado de São Paulo. No ano de 2022 a igreja matriz de N.Sra. Da Conceição de Bocaina em nome do pároco Pe. Feitosa acrescentou mais um evento na programação do festejo que foi a criação da peregrinação da imagem da Santa pelas casas dessas pessoas que residem em várias cidades do estado de São Paulo.

cidade fica polvorosa e muda seu ritmo nesse período, mudando também as formas como as pessoas se relacionam com ela.

Nesse compasso, lançamo-nos na desafiadora tarefa de pensar a aplicabilidade dessa manifestação cultural de Bocaina como tema para o ensino de história. Quais são as representações que os discentes têm dessa festividade? Que interpretações fazem a partir desse festejo? Que conexões estabelecem com o lugar durante os dias que ocorrem essa festa? Eis alguns dos pontos de reflexão a que nos propomos.

As representações coletivas, as práticas culturais, a relação dos sujeitos com a cidade a partir da religiosidade popular, os diálogos entre história local, memória, patrimônio, educação patrimonial e ensino de história, são a tônica das reflexões propostas para esse primeiro capítulo.

### **1.1 História Local e Memória: diálogos para um ensino de história plural e problematizador.**

Um dos desafios que se impôs na minha práxis docente foi o de não ser um professor reprodutor de um conhecimento histórico acabado. Rejeitava ser esse tipo de docente ainda durante a graduação em História, tendo em vista que a motivação para cursar uma licenciatura nessa área veio no Ensino Médio, através de um professor chamado Rubens Leal, que muito aguçou meu senso crítico.

Na perspectiva de despertar a criticidade dos meus alunos, procuro, no dia a dia da sala de aula, instigá-los com algumas provocações acerca dos temas que estão sendo trabalhados, para que se sintam sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem. Nesse aspecto, procuramos nos distanciar da concepção de uma educação bancária, pois,

Quanto mais analisamos as relações educador-educandos, na escola, em qualquer de seus níveis (ou fora dela), parece que mais nos podemos convencer de que estas relações apresentam um caráter especial e marcante — o de serem relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras. Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morto, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica num sujeito — o narrador — e em objetos pacientes, ouvintes — os educandos. Há uma quase enfermidade da narração. A tônica da educação é preponderantemente esta — narrar, sempre narrar. Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. [...] Esta concepção “bancária” implica, além dos interesses já referidos, outros aspectos que envolvem sua falsa visão dos homens. Aspectos ora explicitados, ora não, em sua prática. Sugere uma dicotomia inexistente homens-mundo. Homens simplesmente no mundo e não

com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo espacializado neles e não aos homens como “corpos conscientes” (Freire, 1987, p. 33-36).

Partindo dessa concepção, proponho uma reflexão com o(a)s discentes para que possamos problematizar o livro didático (que veremos com mais detalhes no segundo capítulo) e seus conteúdos ainda bastante eurocêntricos. A ideia se dá no sentido de contextualizarmos tais conteúdos com suas realidades, fazendo uma conexão do micro com o macro, pondo em evidência o cotidiano deles.

A história local, então, surge como um tema aplicável ao ensino de história, que nos proporcionou a mobilização de reflexões a partir das memórias e dos patrimônios locais como fontes construtoras para essa história. Por meio de uma metodologia participativa e interativa, os alunos puderam associar a história de Bocaina com a do Piauí, do Brasil e a dita “história geral”, tornando-os sujeitos pensantes e não passivos do processo de ensino-aprendizagem.

Em um primeiro momento, situamos geograficamente e historicamente o município. Bocaina está localizada na mesorregião sudeste piauiense e na microrregião de Picos. No último censo do IBGE (2022), Bocaina obteve uma população de 4.078 pessoas.

Através de textos memorialísticos, como o de Luís José da Luz (cidadão dessa cidade e que escreveu a história de Bocaina a próprio punho), transcrito por José Rodney Leal Brito em 25 de fevereiro do ano 2000 e que fora anexado no relatório da ducentésima quinquagésima festa da Imaculada Conceição em 2004, e de um artigo escrito por Firmino Libório Leal (jornalista, escritor e bocainense) intitulado *Fagulhas da História da Colonização de Bocaina-PI*<sup>9</sup> (elaborado também por meio da oralidade<sup>10</sup>), constrói-se uma narrativa oficial sobre a História de Bocaina.

Posta essa narrativa para a sociedade, inicia-se um processo de construção de uma identidade coletiva sobre o lugar e seu “fundador”. Antônio Borges Marinho seria o personagem de uma história fundante da cidade, que recebeu sesmarias da Coroa

---

<sup>9</sup> Esse artigo foi publicado no Jornal de Picos, Jornal Folha de Picos e no livro Antologia Upeana, obra esta publicada pela União Picoense de Escritores em fevereiro de 2005.

<sup>10</sup> Firmino Libório Leal também escreveu um livro intitulado “Vozes da Ribeira” (2008) que reúne relatos orais de seu tio, Lindório de Sousa Neto, sobre a história de Bocaina. Segundo Firmino Libório, o outro personagem que conhecia a história de Bocaina e que da base a seus escritos, era a figura centenária de Urbano Leal de Souza Brito, parente direto de Raimundo de Souza Brito, este filho de Antônio Borges Marinho – “o fundador de Bocaina”.

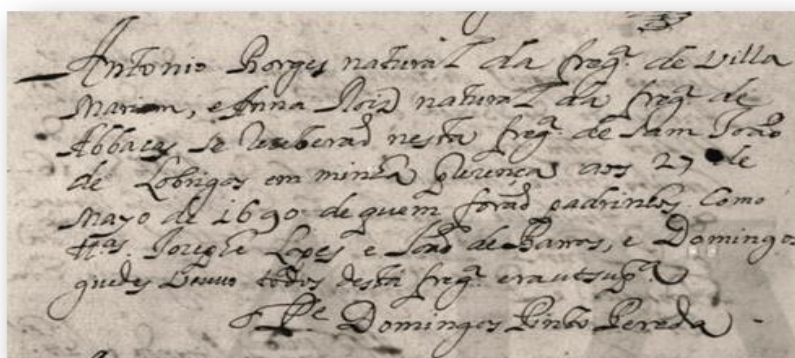
portuguesa pelos atos benéficos feitos a Portugal enquanto integrante do exército português.

De acordo com essas memórias proclamadas a uma história oficial e tradicional do município, a capela que hoje é a igreja matriz de N. Sra. da Conceição de Bocaina, foi concluída no ano de 1754, recebendo como presente da irmã Antônio Borges Marinho, a Srta. Antônia Borges Leal Marinho, a imagem de N. Sra. da Conceição e o sino para a capela. A partir dessa data, dava-se início ao festejo da referida Santa como padroeira dessa localidade que na época chamava-se fazenda boqueirão e posteriormente fazenda Bocaina.

Segundo Firmino, os pais de Borges Marinho, o senhor João Borges Marinho e Anna, pertenciam à nobreza portuguesa e, pelos serviços prestados ao exército português, ganhou a aposentadoria e sesmarias, vindo ao Brasil juntamente com o filho mais novo, chamado Gonçalo Borges Marinho, para visitar seus outros filhos, que vieram para o Brasil anos antes e que daqui enviavam notícias das terras, dos feitos e do povoamento da região onde se fixaram.

Existe, porém, uma disputa de narrativas sobre essa história da colonização de Bocaina, como já exposto na introdução. O jornalista e escritor Reginaldo Miranda em artigo publicado no Portal “Entretextos” revela outras informações acerca da colonização e do colonizador de Bocaina. Primeiramente, que o sobrenome não seria “Marinho”, e sim “Marim”, remetendo a uma região de Portugal que também destoava do que Firmino Libório defende em seu artigo.

**Figura 2:** Documento do Livro de Casamento de São João Batista de Lobjigos (1644-1702).



**Fonte:** Arquivo Distrital de Vila Real. Livro de Casamentos de São João Batista de Lobjigos (1644 - 1702), pág. 218-verso (26).

O documento acima registra o casamento que foi realizado na freguesia de Sam João de Lobrigos, no dia 27 de maio de 1690, entre Antônio Borges, natural da freguesia de Vila Marim e Anna Roiz, natural da freguesia de Abbacas. Como o próprio Reginaldo Mirando traz em seu artigo, é tentador pensar que esse termo de casamento acima se refira ao colonizador da região onde hoje é a cidade de Bocaina, mas esse documento não garante que seja o mesmo Antônio Borges que veio ao Piauí e fundou a fazenda Bocaina.

Novamente, Reginaldo discorda de Firmino em relação a região de onde Borges Marim ou Marinho teria vindo. Firmino afirma que seria da Bahia, porém, Reginaldo afirma que ele teria vindo ao Piauí por Sergipe. Um dos pontos em comum, tanto para Firmino quanto para Reginaldo, é que o tal colonizador era português e que pertenceu ao exército de Portugal, ganhando sesmarias no Brasil.

Essas duas narrativas sobre a história de Bocaina foram trabalhadas na sala de aula e a proposta foi de fazermos uma problematização dessas versões a partir da historiografia. Em determinado momento pergunto aos alunos: Vocês conheciam essas duas versões sobre a história da nossa cidade? Os discentes respondem que apenas sabem que foi Borges Marinho o fundador daquele lugar e que ele era português. Ora, essa resposta nada mais é do que o reflexo de como a história local tem sido ensinada, ou nesse caso, repassada aos alunos e a sociedade.

É nesse aspecto que iniciamos as discussões sobre essas narrativas. Afinal, o que podemos extrair dessas narrativas para se pensar a cidade, as relações sociais e culturais, o patrimônio e a memória? Como correlacionar essa história local com o regional e o nacional? Primeiramente, devemos pensar sobre qual prisma essas narrativas foram construídas.

Em ambas as versões observamos aspectos que estão ligados a uma história das origens que busca a exaltação de uma figura acerca da fundação de um lugar. É o saudosismo a um colonizador que se pretende difundir no imaginário social como o grande personagem da história da nossa cidade, o “desbravador”, o patriarca, um tipo de “herói”, aquele responsável por Bocaina existir.

Percebe-se que essa história dos grandes feitos, dos personagens ilustres, das origens ditas importantes, da exaltação a determinadas figuras, é algo típico dos relatos memorialistas sobre a colonização e fundação de cidades interioranas, mas não só isso, está ligada a uma corrente historiográfica que chamamos na historiografia de positivismo que preza e da sustentação a essa história das origens.

O formulador da teoria positivista foi o Auguste Comte, um filósofo francês, nascido na cidade de Montpellier no ano de 1798. Comte é considerado o “pai” da sociologia por propor uma ciência de análise da sociedade, se destacando como um dos pensadores mais influentes do século XIX e XX. O positivismo, por sua vez, defende uma ideia de progresso, de leis da sociedade, atuando de forma crítica na observação das ciências, da sociedade e da História.

No decorrer da primeira metade do século XIX, o espírito romântico produziu historiadores preocupados em escrever histórias nacionais, que fossem atrás da captura do espírito do povo, da alma das nações, que recuperassem os heróis com seus grandes feitos e que registrassem a saga da construção de cada Estado, a demonstrar que o germe da identidade nacional já estava presente naquele tempo das origens com os pais fundadores. [...] Na verdade, a descoberta dos sentimentos é uma invenção dos românticos, tal como essa busca do passado nacional e da escrita de uma história que revele as origens de um povo. [...] (Pesavento, 2003, p.19-20).

Não obstante, subvertemos na sala de aula a lógica da intencionalidade dos textos memorialísticos sobre a história oficial de Bocaina. O que deveria ser uma exaltação a um personagem fundador, na verdade, foi uma problematização da figura de um colonizador, que segundo essa narrativa oficial, era um homem gentil com seus negros escravizados, ao ponto de presenteá-los com a imagem de Nossa Senhora do Rosário, para que ela fosse colocada no altar-mor da igreja ao lado da imagem de N. Sra. da Conceição.

No dia 09 de dezembro, um dia após o término das celebrações da padroeira da capela, os negros escravizados celebrariam o festejo em louvor a Santa Rosário e após a celebração, se divertiriam dançando O Congo<sup>11</sup> em frente à igreja. Coloca-se, portanto, uma relação harmoniosa entre um colonizador e escravizados, dando a impressão de que não houve opressão e exploração nessas paragens.

É o que podemos observar no poema escrito por Deolinda Maria de Sousa Marques no ano de 2004, intitulado *História de Bocaina* para a ocasião da 250ª festa da Imaculada Conceição: “Nossa Senhora da Conceição/Padroeira é conclamada. /Era a devoção dos brancos, /Gente não escravizada. /Mas a Virgem dos pretos/Também era venerada” (verso 17).

---

<sup>11</sup> Segundo Deolinda Maria de Sousa Marques (nossa entrevistada), a dança do Congo em Bocaina-PI era realizada após a missa do dia 9 de dezembro, geralmente no pátio da igreja, em louvor à Nossa Senhora do Rosário que segundo a tradição oral foi designada como padroeira dos negros desta cidade desde a construção da capela em 1754. A dança envolve canto e performance, sendo uma expressão cultural e religiosa que mescla elementos africanos e cristãos.

Segundo a oralidade presente nessas narrativas oficiais, a dança do Congo era praticada pelos negros no dia 9 de dezembro, desde o século XVIII. A missa em louvor a N. Sra. do Rosário ainda permanece, mas a dança foi se perdendo ao longo dos anos, o que pode ser explicado pela diferença no tratamento, por parte da igreja e dos fiéis, com relação a essas duas celebrações e devoções.

Por um lado, um festejo que é pensado e organizado durante todo o ano e com 10 dias de duração (com todas as pompas). Por outro, uma festa/celebração de apenas um dia. Compreende-se que as tradições são construções históricas e que revelam os processos sociais. É o que observamos no texto “*Tópicos da história da igreja de Bocaina narrados em encenação*” pesquisado e organizado por Manoel dos Martírios Moura Fé (1994)<sup>12</sup>.

Nesse texto feito para ser encenado, conta-se um conflito ocorrido em 1940 em relação a dança do Congo, entre o padre José Zimmermann e o velho Manoel Verônica. O padre ao notar que os Congos comandados por Manoel se aproximavam da igreja com seus acompanhamentos musicais, no próprio patamar da igreja, impediu-lhes de adentrar, iniciando uma discussão até a permissão do então padre para que entrassem, mas sem “fazer zoadas”.

Problematizar toda essa narrativa em sala de aula foi um grande desafio que se impôs na minha prática docente, enquanto professor-pesquisador. Despertar nos alunos um olhar crítico em relação as verdades absolutas que se constroem e nos romantismos presentes nos textos memorialistas, sem, contudo, descredibilizar a história formulada a partir de relatos orais.

Interessa, portanto, para essa pesquisa, compreender essa construção de uma identidade coletiva para um imaginário social, partindo principalmente do festejo de N. Sra. da Conceição enquanto manifestação cultural e patrimônio de Bocaina, que se entrelaça à história desse lugar. A relação entre história local, patrimônio e memória, ajuda-nos a compreender a elaboração de certas narrativas e como elas se estabelecem no seio da sociedade. Doravante, entraremos nas discussões sobre essa relação e como ela pluraliza e dinamiza o ensino de História.

Para pensar a história local faz-se necessária uma análise primeira da relação entre memória e história, tendo em vista que boa parte das produções locais de cidades

---

<sup>12</sup> Esse texto foi anexado no relatório da 250ª festa da imaculada Conceição de Bocaina/PI. Tal relatório está presente nos anexos dessa dissertação.

interioranas são feitas por memorialistas ou pelos ditos historiadores amadores. Estes, buscam construir uma narrativa saudosista do lugar, pois,

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. Não há mais nenhuma família na qual pelo menos um membro não se tenha recentemente lançado à reconstituição mais completa possível das existências furtivas de onde a sua emergiu (Nora, 1993, p. 17).

Problematizar, então, os textos memorialísticos, não seria desprezá-los ou reduzi-los a algo sem credibilidade para o campo historiográfico, pois esses relatos orais são fontes de uma determinada época que remetem a certos contextos sociais. Vale ressaltar a importância desses memorialistas, pois eles reúnem, organizam e materializam uma oralidade que poderia ter se perdido e/ou entrado no esquecimento. É preciso, no entanto, frisar que memória e história não são a mesma coisa. Vejamos:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (Nora, 1993, p. 9).

Nessa perspectiva, nota-se que a história e a memória possuem suas especificidades e que não cabe ao professor-pesquisador, que também é um historiador, apenas reproduzir em sala de aula os escritos desses memorialistas, como observo por meio de minha base empírica na educação de Bocaina e em outros setores da sociedade.

É preciso ir além e superar o que seria uma educação bancária (Freire, 1987), que torna os alunos meros sujeitos receptores e passivos, apresentando aos discentes os limites/fronteiras dessa relação entre história e memória, não para dizer o que é verdade ou mentira ao apresentar-lhes a história oficial de Bocaina, mas, para ativá-los no processo de criticidade aos documentos/monumentos, tendo em vista que

A memória coletiva e sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os *documentos* e os *monumentos*. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador (Le goff, 2013, p. 535).

Os monumentos teriam o poder de perpetuar a recordação por meio da memória coletiva e possuem na sua essência uma intencionalidade, podendo ser uma escultura, uma obra arquitetônica, por exemplo. Já o documento teria o valor de prova, em um primeiro momento, utilizado no vocabulário jurídico francês no século XVII, evoluindo para o significado de testemunho histórico com os positivistas no século XIX e XX, em que a objetividade do documento escrito fala por si só, mesmo sendo selecionado pelo historiador, opondo-se à intencionalidade do monumento (Le goff, 2013).

Podemos, nesse caso, lançar luz à reflexão de que os testemunhos escritos por aqueles que chamamos aqui de historiadores amadores (ou não profissionais), carregam a intencionalidade dos monumentos que seria de perpetuar a recordação? Ora, tais relatos orais que se materializaram em textos memorialísticos objetivam monumentalizar uma identidade coletiva, impondo-se como narrativa oficial da história dos primórdios de Bocaina. Existe, portanto, na minha concepção, uma clara intencionalidade na busca de uma história das origens: a de perpetuá-la.

A problematização dessas questões em sala de aula no ensino de história, faz-se necessária, pois não queremos apenas reproduzir uma história pronta e acabada como verdade absoluta, mas sim despertar a curiosidade, a dúvida, gerar questionamentos, despertar o senso crítico, tendo em vista que a história não carrega na sua arma a bala da conformação, mas sim a bala da inquietação.

Para trabalhar com a história e a cultura local no ensino de história, o professor-pesquisador precisa fazer do seu métier um lugar plural e de possibilidades, para que os

discentes se sintam incluídos e sejam subversivos ao que a ordem vigente padroniza e impõe, assim, teremos uma aprendizagem revolucionária e transformadora.

Doravante, observemos como a história local tem sido pensada como possibilidade para o ensino de história e de como as discussões sobre o patrimônio vão sendo ampliadas no Brasil ao longo dos anos e ganham espaço nesse espectro educacional, servindo como um instrumento pedagógico no processo de ensino-aprendizagem para a construção da ideia de uma identidade coletiva.

Ao propormos abordar a história local nas aulas, faz-se necessária a observação de que os currículos de história e o livro didático ainda são bastante eurocêntricos (focando mais na Europa). Compreende-se, portanto, que há uma construção histórica por trás deste instrumento pedagógico, onde nota-se a presença de uma história universal em detrimento da história local e regional.

O desenvolvimento da economia global e do Estado moderno fez com que as fronteiras do local e regional se abrissem, eliminando os regionalismos e particularidades desses lugares (Martins, 2013). Os ideais universalistas do iluminismo ajudaram também na elaboração de uma história homogênea e padronizada a ser ensinada e difundida.

[...] A irradiação planetária do domínio europeu fez surgir “a verdadeira história universal” e colocou as escalas nacional e internacional no topo das preocupações dos historiadores. A expansão da modernidade, do Estado, do capitalismo e das filosofias universalistas (típicas do Renascimento e do Iluminismo) tentou pôr fim às singularidades e autonomias das antigas regiões. [...] A expansão da economia de mercado no continente europeu foi suficiente para gerar forças unificadoras/integradoras no seu interior. [...] As trajetórias dos Estados modernos alimentaram impulsos homogeneizadores. Afinal, no plano interno, essas novas formas de dominação combateram sem trégua os particularismos e buscaram alcançar a condição de lugar principal ao redor do qual se organizam as identidades e as lealdades individuais e coletivas. O Estado moderno investiu no “nacional” em detrimento do grupo de parentesco, da comunidade local e da organização religiosa. [...] Um terceiro vetor que concorreu para dissolver a importância do “regional” e do “local” como foco da vida dos grupos e indivíduos foi o iluminismo, movimento intelectual do século XVIII. As novas ideias iluministas apostaram firmemente na uniformização das sociedades, como resultante da marcha da história sob a égide do progresso material, científico e moral da humanidade [...]. (Martins, 2013, p. 136-137).

Nessa perspectiva, o “velho mundo” consolida-se como a ordem dominante mundial e a partir das grandes navegações e do sistema colonial entre os séculos XV e XVII, lança-se na missão civilizatória do “novo mundo” (Martins, 2013). Essa dominação cria no imaginário social a ideia de que a Europa é um exemplo e modelo a ser seguido e

exaltado. E isso se reflete na construção das políticas educacionais brasileiras ao longo dos anos.

Com as reformas empreendidas por Marquês de Pombal que culminou com a expulsão dos jesuítas da colônia portuguesa no século XVIII, observa-se a busca pelo controle da educação por parte do Estado, ainda que na referida época a ideia de educação pública fosse restrita a uma pequena parcela da população, a elite colonial, e voltada para os interesses da Coroa. Com isso, temos uma inicial experiência de ensino no Brasil ofertada pelo Estado.

No século XIX, o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) engendra uma história da nação, efetivando a construção do nacionalismo brasileiro, protagonizando na história do país os grandes feitos, personagens ilustres, os heróis nacionais, com a intencionalidade de se criar uma identidade da população em relação ao Brasil, onde se privilegiava os “verdadeiros” construtores da nação. Esta história será propagada pelos positivistas, a exemplo, do lema da nossa bandeira: ordem e progresso. É preciso utilizar-se dos símbolos, pois,

[...] A batalha do Estado contra os regionalismos alcançou o ápice com o nacionalismo político dos séculos XIX e XX. Lançando mão de um trabalho sobre a memória, a partir da manipulação de referenciais e símbolos históricos, o Estado moderno forjou a ideia de “nação” e, por conseguinte, alcançou significativa uniformidade dos comportamentos das pessoas no interior de seus territórios. Assim, por exemplo, o Estado criou bandeira, hinos, festas cívicas, moedas com efígies de heróis e governantes, animais e monumentos característicos do país e, sobretudo, difundiu uma História e um idioma oficiais ensinados com diligência numa rede crescente de escolas fundamentais públicas. Com estes e diversos outros recursos, o Estado moderno tornou mais uniformes os hábitos, costumes, valores, crenças e ideias de seus habitantes, independentemente das regiões de onde eles provinham (Martins, 2013, p. 137).

Temos, portanto, elementos que vão atuar na construção de uma história nacional ao qual os brasileiros deveriam sentir-se pertencentes. Com isso, os regionalismos, e por assim dizer, a história local estariam à margem (ou em um plano secundário) de uma história oficial patrocinada pelo Estado e difundida nas escolas públicas através de suportes pedagógicos, como é o caso do livro didático.

Na primeira metade do século XX, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e o início do que chamamos na História de Estado Novo, observa-se a construção e implementação do nacionalismo como política de governo. Por meio de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde (1934-1945), promoveram-se reformas na

Educação que visavam, através de um ensino homogêneo, centralizado, padronizado e universal, “abrasileirar” o país, constituindo cidadãos que iriam fortalecer a nação a partir do sentimento de pertencimento e identidade com relação ao Brasil (Schwartzman et al., 2000).

A finalidade seria ofertar um ensino que estimulasse e efetivasse o amor e o respeito à pátria, construindo um sentimento patriótico. E esta construção dar-se-á com o apoio da Igreja da Católica (diferente da França<sup>13</sup>), por meio do ensino da religião, onde a moral cristã era trabalhada para ajudar a concretizar o projeto nacionalista para o país (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000).

A consciência patriótica seria a base para que o projeto nacionalista de Getúlio Vargas fosse concretizado e obtivesse êxito. O ensino de história, seria nesse sentido, um ambiente fértil para a semente do nacionalismo germinar e dar frutos, uma vez que, “a escola brasileira deveria ensinar *o Brasil*, representação esta eivada por dispositivos de seleção da cultura, da história e da memória oficiais” (Silva, 2016, p. 475).

A formulação das políticas de escolarização no Brasil e o processo de massificação escolar empreendidos no governo estadonovista na primeira metade do século XX, sob o comando de Gustavo Capanema, alicerçam-se sob o prisma do nacionalismo, que busca a homogeneização cultural, a padronização, controle e universalização dos currículos. Nessa perspectiva, nota-se que

O esforço de nacionalização representou o primeiro empenho da escolarização do Brasil, produzindo uma agenda pedagógica contraditória, uma vez que enfrentou apenas parcialmente as mazelas e os dilemas educacionais do país, mas fora eficiente no sentido de fabricar os sentidos de uma nação. A massificação da escolarização, a veiculação da ideologia e das tradições nacionais, o ensino cívico dos símbolos e dos hinos pátrios, a exaltação dos heróis nacionais, as datas comemorativas, o reconhecimento oficial do patrimônio da nação pelo SPHAN e sua conservação pela repetição de atividades escolares e a circulação das ideologias governamentais desencadearam uma nova condição histórica para a escolarização. Escolarizar contextualizava-se no bojo de um universo imaginário de significado, de um patrimônio coletivo e de uma memória comum. Embora estas lógicas estejam muito vinculadas à Era Vargas, toda experiência política posterior não negligenciou os mecanismos de elaboração da brasilidade (Silva, 2016, p. 474).

A construção da nacionalidade idealizada por Capanema não se dá apenas no âmbito educacional, mas também, através da cultura, aproxima-se do movimento

---

<sup>13</sup> A instituição escolar republicana da França se opunha à influência da Igreja Católica, colocando-se como uma escola laica, pública, gratuita e obrigatória. (DUBET *apud* SILVA, 2016, p. 469).

modernista iniciado em 1922 e das ideias elaboradas por um dos seus principais expoentes, o poeta Mário de Andrade. Abordaremos mais adiante essa relação entre a escolarização e a utilização da cultura a partir do patrimônio para a idealização da nação.

Para que o ideário nacionalista que se propunha ao Brasil fosse efetivado, o governo deveria enfrentar toda e qualquer tipo de ameaça que pudesse colocar em risco sua aplicabilidade e efetivação. E para o governo Varguista, o perigo estava nos estrangeiros que haviam estabelecido colônias no país. Para isso, o Estado precisaria agir para que a identidade nacional não fosse posta em xeque.

Mencionada e incluída na pauta de discussões desde o início do século, a questão da nacionalização do ensino encontraria no Estado Novo o momento decisivo de sua resolução. Não é absolutamente gratuito esse fato; não é por acaso que só sob o regime autoritário estadonovista tenha sido possível chegar a uma política agressiva de cunho gravemente repressor. De um lado, havia a disposição do governo de enfrentar resistências à imposição de procedimentos coercitivos; de outro, uma conjuntura onde toda a ideologia dominante estava fundamentada na afirmação da nacionalidade, de construção e consolidação do Estado Nacional. Não havia, em projetos nacionalistas como o do Estado Novo, espaço para a convivência com grupos culturais estrangeiros fortes e estruturados nas regiões de colonização. [...] O “abrasileiramento” destes núcleos de imigrantes era visto como um dos elementos cruciais do grande projeto cívico a ser cumprido através da educação, tarefa que acabou se exercendo de forma muito mais repressiva do que propriamente pedagógica, mas na qual o Ministério da Educação se empenharia a fundo (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 91-93).

As colônias de estrangeiros, concentradas principalmente no sul do país, configuravam uma ameaça ao projeto de Vargas. Estes estrangeiros já haviam inclusive criado escolas próprias de educação básica, onde difundiam sua língua e sua cultura. Os alemães eram vistos com mais receio do que os italianos, visto que eles possuíam um fechamento maior diante de suas origens. A escolarização brasileira deveria, portanto, ser controlada “mediante a padronização do ensino e a unidade de programas, currículos, compêndios e metodologias de ensino” (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 93). Visto que,

Havia, concomitante aos conteúdos nacionais, o ideal de homogeneidade e centralização na construção da escolarização no Brasil. Essa padronização notabilizou-se pela existência de uma universidade padrão, a busca por escolas-modelo, a elaboração de currículos mínimos obrigatórios e universais, a padronização dos materiais didáticos e a elaboração de sistemas federais de controle e fiscalização (Silva, 2016, p. 475).

Dessa forma, o Ministro da Educação, do seu gabinete, controlava a educação, sabendo os conteúdos que estavam sendo ensinados assim, como os métodos empregados.

A universidade padrão seria a chamada Universidade do Brasil, a qual Mário de Andrade critica contundentemente em carta endereçada a Gustavo Capanema<sup>14</sup> (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000).

Compreende-se a importância da atuação de Gustavo Capanema no governo de Getúlio Vargas para o processo de massificação escolar que garantiu a constituição dos ideais de unidade nacional e homogeneidade cultural. Suas políticas de escolarização brasileiras influenciam até os dias de hoje no sistema educacional no Brasil, como por exemplo, um sistema de educação unificado, o uso padrão do idioma português, o controle do governo sobre a educação em seus diferentes níveis, o Estado responsável pelo financiamento da educação pública, entre outras contribuições permanentes. (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000).

Nota-se que “a escolarização ingressou na agenda política no início da república” (Silva, 2016, p. 473). O nome de Capanema é inevitável quando falamos de educação e cultura no Brasil. Observamos, até o presente momento, como a educação e o processo de escolarização foi pensado ao longo dos anos no Brasil e a influência para um sistema educacional que recebeu da França, muito a partir dos desdobramentos provenientes do Iluminismo e da Revolução Francesa.

Diante desses ideais nacionalistas que nortearam as políticas de escolarização no Brasil, reflitamos sobre como provavelmente o professor atuou na sua práxis docente, perante esta imposição para a construção da identidade nacional e de como o ensino de história serviu de espaço para a materialização desse projeto político de nação através da educação e da cultura.

O positivismo abarcaria essas discussões em torno de uma história-nação, dos heróis nacionais, do patriotismo refletido em seus grandes líderes e seus feitos ilustres e louváveis, relegando à margem as singularidades do local. Com a Escola dos Annales em 1929 e nas suas outras fases posteriormente, chegando até ao que a historiografia chama de História Cultural, temos uma superação dessa história metódica/positivista, e com isso, há a ampliação das fontes e objetos de pesquisa. A partir de então, “tudo” é possível ser estudado e historicizado.

---

<sup>14</sup> Ver Carta de Mário de Andrade a Capanema, 23 de fevereiro de 1939. GC/Andrade, M. doc. 7, série b. As cartas de Mário de Andrade à Gustavo Capanema podem ser localizadas no arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB-USP.

Discorramos agora sobre os estudos locais na historiografia brasileira. A busca pelas origens, identidade, memória, despertou o interesse sobre a história local (culminando em um processo de reinvenção e ressignificação da coletividade) e, conseqüentemente, o trabalho de análise dos historiadores que se depararam com novas demandas do tempo presente. Estes estudos sobre história local e regional geram novas ferramentas para o trabalho em sala de aula. Com isso, compreendamos que

Durante o século XIX e boa parte do século XX, os estudos de História Regional foram feitos sob a poderosa influência do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) e de seus congêneres provinciais/estaduais. Nesse período, viveu-se o auge das corografias, escritas quase sempre por membros dos institutos históricos, pessoas bem situadas nas hierarquias sociais e políticas de suas épocas. As corografias eram monografias municipais e regionais, que misturavam história, tradição e memória coletiva. [...] As corografias alcançaram padrão formal estereotipado. Traziam descrições fisiográficas das regiões, exposições da fauna e da flora, inventários dos recursos naturais. Em seguida, havia relatos das atividades econômicas; por último, os autores das corografias elaboravam efemérides e pequenas biografias de pessoas destacadas da história regional ou local. Para redigir as corografias, os autores fiavam-se, acriticamente, nas informações orais obtidas de “testemunhas” de episódios do passado ou originárias da tradição coletiva e/ou dos grupos familiares. (Martins, 2013, p. 140-141).

Firmino Libório Leal, quando escreve seu artigo<sup>15</sup> sobre a História local de Bocaina, introduz o texto citando como “patriota extremado” o literato Ferrer Freitas que é membro do Instituto Histórico de Oeiras (IHO). A citação atribuída a Ferrer Freitas faz uma descrição sobre a colonização da região do Piauí que veio a ser Oeiras (primeira capital da então província), Picos e Bocaina. Nesse sentido, podemos dizer que Ferrer Freitas é um dos corógrafos do qual Firmino bebeu na fonte.

Reginaldo Miranda, que também escreveu artigo<sup>16</sup> sobre a colonização de Bocaina, é sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI) e membro da academia piauiense de letras. A exemplo de um bom corógrafo, em seu artigo descritivo, menciona como se efetivou essa colonização, apontando aspectos geográficos, históricos e biográficos do já referido colonizador.

Observa-se em ambos os artigos a exaltação de personagens ilustres de uma história de grandes feitos, com narrativas em que “o relacionamento do ‘nacional’ com o regional e o local era reduzido à descrição de impactos de grandes acontecimentos da

---

<sup>15</sup> Ver *Fagulhas de História da Colonização de Bocaina-PI* / Firmino Libório Leal. 2009. Disponível em: <http://www.bocainapi.blogspot.com/2009/08/o-instituto-historico-de-oeiras-em-um.html> .

<sup>16</sup> Ver Coronel Antônio Borges Marim / Reginaldo Miranda. 2018. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/coronel-antonio-borges-marim> .

história do país nos espaços subnacionais” (Martins, 2013, p. 141). As corografias, portanto, incumbiam-se do papel de “mostrar que a região é o resultado do protagonismo de figuras extraordinárias” (Martins, 2013, p. 141).

Tais textos/documentos revelam-se como instrumentos de um ideário nacionalista, por objetivarem construir uma narrativa com viés patriótico, de reverência às origens e “de exaltação dos feitos das elites regionais e locais” (Martins, 2013, p. 141). Nesta perspectiva, deixam-se à margem “os homens comuns” e as singularidades locais. Não obstante,

Apesar de suas evidentes limitações, as corografias forneceram, até pelo menos a década de 1960, os moldes e os elementos informativos para a elaboração de material didático usado nas escolas das localidades e regiões brasileiras, quando não foram, elas próprias, os textos de consulta direta das crianças nas aulas sobre história local e regional. (Martins, 2013, p. 141).

Na minha práxis docente e em uma análise crítica enquanto professor-pesquisador, observo a história local e regional em Bocaina sendo apresentada a partir de corografias e textos memorialísticos, que reproduzem a história dos vencedores, exaltando a figura do colonizador como o herói e “pai” de todos os cidadãos dessa cidade. Reverencia-se, por sua vez, a colonização deste lugar como um grande e majestoso feito de Antônio Borges Marim, colocando este, inclusive, como o coronel que bem serviu a Coroa Portuguesa e, portanto, é merecedor de todos os méritos. Neste sentido, a histórica local se conecta ao “nacional”, não como um complemento, mas como uma redução. Note que, em São Paulo, haverá um movimento de construção histórica. Vejamos:

Nas décadas de 1960 e 1970, quando o grosso modo da produção historiográfica brasileira já ocorria no âmbito da universidade, assistiu-se ao embaralhamento do nacional e do regional. A Universidade de São Paulo (USP) lançou uma torrente de pesquisas históricas, atualizadas e rigorosas (dos pontos de vista teórico e metodológico), abordando principalmente aspectos da história paulista. A hegemonia econômica e acadêmica de São Paulo possibilitou a identificação de sua história com a história do Brasil mais recente. Ainda hoje, nos livros didáticos empregados nos ensinos fundamental e médio, a trajetória republicana brasileira é examinada à luz do “modelo paulista”. São Paulo torna-se o Brasil quando o assunto é café, imigração, industrialização, trabalho e conflito social urbano, movimentos sindicais e populares, vida metropolitana, vanguardas artísticas etc. (Martins, 2013, p. 141-142).

Diante da concepção de que os livros didáticos são parte de uma construção que reúne narrativas históricas, onde a mão do Estado se faz presente no sentido do controle e da padronização, fez-se necessária uma análise crítica, juntamente com os alunos, sobre

este instrumento pedagógico no que se refere ao viés eurocêntrico e nacionalista, que privilegia o eixo sudeste do país por meio de conteúdos sistematizados.

Houve, contudo, a partir de uma “interiorização” (na década de 1980) dos cursos de pós-graduação para as demais regiões do Brasil, o despertar do interesse dos historiadores em pesquisar temas diversos regionais, ampliando seus trabalhos e suas fontes de pesquisa, abrindo caminhos para novas possibilidades e perspectivas de se pensar o regional e o local, utilizando teorias e métodos próprias do campo historiográfico. Põe-se, então, no centro das problematizações, produções como as corografias e os textos de memorialistas (Martins, 2013).

A percepção de tempo dos alunos difere da noção do tempo histórico cronológico presente no livro didático. A princípio, percebi que, ao apresentar-lhes os textos memorialísticos sobre a história de Bocaina, não se tornou inteligível para os discentes uma conexão entre o local, o regional e o nacional. Somente depois de problematizar estes escritos é que pudemos trabalhar na inter-relação entre Bocaina, Piauí, Brasil e a Europa. Se Antônio Borges Marim veio de Portugal para Bocaina-Piauí, então o que lhe motivou a essa imigração? Esta pergunta já abriu um leque para trabalhar desde as grandes navegações, passando pelo povoamento nos trópicos até chegar no império. Com isso, nota-se que

História Regional é aquela que toma o espaço como terreno de estudo. Que enxerga as dinâmicas históricas no espaço e através do espaço, obrigando o historiador a lidar com os processos de diferenciação de áreas. [...] Os “historiadores regionalistas” trabalham com regiões e localidades não porque afirmam a dicotomia entre o geral e o particular. Fazem isso porque questionam e criticam as narrativas e interpretações históricas dominantes e as crônicas triunfalistas do progresso, seus pressupostos e implicações político-identitárias (Martins, 2013, p. 143).

O trabalho do professor-pesquisado, nessa perspectiva, não é de mero reprodutor de conteúdos, mas sim de produtor de consciência histórica crítica, de pôr os alunos como protagonistas e sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem. O docente deve incumbir-se da missão de unir ensino e pesquisa, problematizando os conteúdos, as verdades postas como absolutas, instigando, indagando e refletindo.

O alunado deve, portanto, a partir de sua realidade, do seu cotidiano, do lugar onde habitam e produzem suas práticas ordinárias (Certeau, 1998), se enxergar como parte dos processos históricos. O sentimento de pertencimento a determinado espaço, leva a

construção de uma identidade coletiva, e essa por sua vez, revela as dinâmicas das relações sociais. Portanto,

Convém insistir: no mundo globalizado, a forma do local e do regional fazerem face ao global é através da revalorização de sua cultura e de seu ambiente. [...] Tudo isso justifica que a História Regional e Local adentre as salas de aula em todos os níveis de ensino, mesmo que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) privilegiem o estudo histórico das localidades (bairros, cidades, municípios) e das regiões (estados) nas séries iniciais do ensino fundamental (Martins, 2013, p. 145).

O grande desafio que se estabelece na prática docente é o de não se acomodar diante de um aparato pedagógico, como é o caso do livro didático. É preciso ir além, se conceber também como pesquisador, investigar, questionar, buscar outros recursos/instrumentos que auxiliem sua práxis. Sabemos que, muitas vezes, a profissão de professor é desvalorizada e sobrecarregada e a educação deveria ser mais assistida pelo poder público. Mas, como dizia Geraldo Vandré: “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Diante dessas questões, nos propomos a abordar a História local de Bocaina a partir do festejo de N. Sra. da Conceição, manifestação cultural que concebemos como patrimônio cultural da cidade. Através do projeto de educação patrimonial “*Memórias da fé*”, levamos à sala de aula, pessoas da comunidade para rodas de conversa, com o objetivo de os alunos confrontem suas memórias com as dos entrevistados.

Trabalhamos os regionalismos e os bens culturais do município com música, literatura, fotografias, dança e percebemos uma evolução significativa na forma com que os alunos passaram a olhar a história. O ensino de história a partir do patrimônio dinamizou e pluralizou as aulas. Estes resultados serão detalhados com afinco no terceiro capítulo dessa dissertação, por enquanto, continuaremos a refletir sobre a relação entre ensino de história, patrimônio e por conseguinte, religiosidade popular.

## **1.2 A História Local e o Patrimônio Cultural como possibilidade educativa do ensino de história.**

As discussões sobre patrimônio no âmbito do ensino de história, incidem na valorização da cultura e história locais, conectando com os demais bens culturais de natureza material e imaterial, espalhados pelo Brasil. Há de se problematizar, também,

como se dá o processo de seleção e legitimação pelo poder público do que deve ou merece ser reconhecido oficialmente com um bem cultural.

Com a ampliação das noções de patrimônio a partir da Constituição Federal de 1988, nota-se que os saberes e fazeres, as celebrações, rituais, entre outras expressões, presentes nas diversas cidades, vilas, bairros, comunidades, podem ser pensadas pelo prisma do patrimônio local. A valorização da cultura local faz frente à globalização que tenta engendrar padrões comportamentais, de hábitos, costumes e práticas universais. Observa-se que:

Nessa perspectiva, portanto, conhecer, conservar e preservar o patrimônio cultural torna-se cada vez mais um desafio para os educadores, para as políticas públicas e para as comunidades de todo o planeta. Atualmente a construção da identidade tornou-se aspecto central dos objetivos e da missão do ensino de história. Para tanto, é preciso conhecer, identificar o patrimônio cultural que nos faz sermos diversos de outros povos, mesmo em meio a um processo que, contraditoriamente, nos carrega em direção à globalização e à massificação de ideias e ao consumo dos produtos da indústria cultural. Afinal, é fato que a globalização não afeta igualmente todas as partes do planeta (Figueira; Miranda, 2012, p. 101-102).

O patrimônio, portanto, revela a história, a memória e a identidade de um povo, sendo fruto de uma construção social que produz representações de si mesmo e de sua história. Nesse sentido, o patrimônio local se entrecruza com a história local, pois reverberam o sentimento de pertencimento das pessoas na sociedade em relação ao lugar. Se, por meio do patrimônio conseguimos identificar e analisar os processos históricos de um determinado lugar, faz-se necessário, nessa articulação a que nos propomos, ressaltar que:

Algumas questões precisam ser consideradas ao propor o uso da história local no ensino de história. Em primeiro lugar, é importante observar que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos. Em segundo lugar, ao propor o ensino da história local como indicador da construção de identidade, não se pode esquecer de que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referência relacionais, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional, o latino-americano, o ocidental e o mundial (Cainelli; Schmidt, 2009, p. 138).

Diante dessa concepção, faz-se necessário correlacionar a história e o patrimônio locais com o regional, o nacional e o mundial, para, assim, não cairmos em reducionismos e evitarmos visões estáticas. O palco onde a história local transcorre não se remete a um

lugar imóvel e imutável, estando em constante diálogo com as transformações e dinâmicas que o nacional e o mundo vivenciam.

Portanto, aproximar as vivências dos alunos com o lugar, ou seja, o cotidiano deles com o ensino de história é possibilitar múltiplas concepções sobre os acontecimentos históricos tanto em nível local quanto nacional, propiciando, nesse sentido, conexões que lhes permitam observar as dinâmicas dos processos históricos e os sujeitos nelas implicados. Os discentes passam a articular os acontecimentos da história do seu município com os de outros lugares.

Tomamos o festejo de N. Sra. da Conceição em Bocaina como patrimônio local e passamos a trabalhar com essa manifestação cultural em sala de aula. Essa festividade forneceu as ferramentas para que estabelecêssemos um diálogo constante e produtivo com a histórica local, fazendo interlocuções com o regional, o nacional e o que ocorria na Europa.

Como já mencionado anteriormente, Bocaina é colonizada por Antônio Borges Marim, português que recebe sesmarias da Coroa portuguesa e tem como missão chegar ao interior do Piauí para combater os indígenas e proteger os currais que sustentavam a economia do Piauí (Miranda, 2018).

Em 1754, a capela de Bocaina é concluída, consagrada pelo jesuíta João Sampaio, e a partir de então, iniciava a devoção a N. Sra. da Conceição (Leal, 2009). Percebe-se nesses relatos sobre a história local de Bocaina, a possibilidade de fazer relações com o que passava no Piauí, no Brasil e em Portugal.

Portanto, cabe ao professor apresentar não apenas os textos memorialísticos sobre a história do lugar, mas também propor o diálogo dessa história local com a história que o livro didático traz, por exemplo. Esse é ponto chave das discussões que propõem o uso da história local como recurso pedagógico para o ensino de história. Apresentá-la, problematizá-la e correlacioná-la. Vejamos:

Como elemento constitutivo da transposição didática do saber histórico para o saber escolar, a história local pode ser vista como estratégia pedagógica. Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana. Como estratégia de aprendizagem, a história local pode garantir melhor apropriação do conhecimento histórico baseado em recortes selecionados do conteúdo, os quais serão integrados no conjunto do conhecimento (Cainelli; Schmidt, 2009, p. 139).

Nesse sentido, objetiva-se, através da história local, inserir o aluno no espaço onde promove suas práticas cotidianas, dando sentido ao lugar, e por conseguinte, construindo sua identidade. Mobilizar esses alunos a serem pesquisadores da sua própria história, promovendo reflexões sobre sua realidade.

O uso da história local possibilita, também, análises sobre os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, ampliando o leque de discussões e de relações possíveis com o regional e o nacional. Evidencia as transformações e permanências dos processos históricos e democratiza a história, pondo no centro das reflexões sujeitos até então silenciados pela história nacional. A utilização da história local permite, portanto, trabalhar a pluralidade, tendo em vista que

O trabalho com a história local no ensino da história facilita, também, a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob a forma de conhecimento histórico. Ademais, esse trabalho pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla e produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e retrabalhado, contribui para a construção de sua consciência histórica (Cainelli; Schmidt, 2009, p. 140).

O aluno como sujeito ativo do processo de ensino-aprendizagem, foi a primeira preocupação que tive ao propor trabalhar a história e o patrimônio locais no ensino de história, através da educação patrimonial. A partir do cotidiano desses discentes, pudemos analisar quais as representações eles têm da história local e do festejo de N. Sra. da Conceição.

Como esses alunos interpretam essa festividade religiosa? Quais as conexões que fazem com a história local, regional e nacional a partir desse patrimônio imaterial? Quais significados atribuem às suas práticas cotidianas e as relações que estabelecem com o lugar/espço? Essas perguntas nortearam o desenvolvimento do nosso projeto de educação patrimonial que objetivou que os alunos conhecessem e aprendessem a valorizar o patrimônio histórico-cultural da sua cidade. Vale novamente mencionar que

Nota-se a presença, na atualidade, de tensões entre as características locais, o patrimônio cultural local e nacional e a globalização, isto é, a presença de embates entre as culturas locais e regionais e as tendências uniformizadoras da globalização. A forma mais eficaz de responder às tendências padronizadoras é a revalorização da cultura local, de suas tradições, costumes e vivências, e da construção de identidades sociais, uma vez que o local e o cotidiano como espaços da memória são constitutivos de possibilidades educativas e formadoras. A educação patrimonial comprometida com a cidadania é capaz

de incentivar a construção de um mundo mais tolerante, plural e verdadeiro (Figueira; Miranda, 2012, p. 115).

Observa-se, portanto, que a resistência da história e a cultura local frente às influências da globalização, reside nas práticas de valorização da história e memória locais sobre o lugar que os sujeitos habitam. Estes, atribuem sentidos aos espaços por eles praticados com o intuito de constituir e preservar a identidade coletiva.

Vale ressaltar, também, que as discussões sobre o local ganham força com um movimento historiográfico que no final da década de 1970 promove estudos que potencializam o interesse dos historiadores pela história local. Estamos falando da micro-história. Vejamos:

Em fins da década de 1970, ocorreu na Itália um movimento de renovação historiográfica que acabou dando novo impulso aos estudos de história local. Historiadores como Giovanni Levi, Carlo Ginzburg e Carlo Poni publicaram trabalhos numa linha denominada micro-história. [...] Para chamar a atenção para as peculiaridades italianas, inclusive no campo da documentação, esses historiadores se dedicaram a explorar em outra perspectiva as especificidades locais, passando a criticar a mera importação de modelos historiográficos provenientes da França. A micro-história nasceu, portanto, motivada pela necessidade de explorar o local e o específico. [...] uma das maiores contribuições da micro-história reside justamente no fato de que essas pesquisas privilegiam o particular, o pormenor e o empírico, permitindo ao pesquisador visualizar contradições e incongruências do processo histórico e, dessa forma, revelar as estratégias de sobrevivência usadas pelos grupos sociais em sua vida cotidiana (Figueira; Miranda, 2012, p. 108-109).

Observar os detalhes do cotidiano com profundidade e visão microscópica, ressaltando os conflitos e interações entre o local e o global, são elementos base da micro-história. Estas acepções acerca dessa produção historiográfica, ajudam-nos a compreender melhor a realidade dos sujeitos que ressignificam seus espaços, sua história e cultura, a fim de que a memória coletiva seja preservada como alicerce de sua identidade.

No próximo capítulo, abordaremos as relações entre ensino de história, religiosidade popular e educação patrimonial, a partir da minha práxis docente e do festejo de N. Sra. Da Conceição, articulados no projeto *“Memórias da fé”* que subsidia essa pesquisa.

## **CAPÍTULO 2: ENSINO DE HISTÓRIA, RELIGIOSIDADE POPULAR E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ENTRE TEORIAS E PRÁTICAS.**

### **2.1 A PRESENÇA DA RELIGIOSIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA: Reflexões a partir do livro didático.**

Para refletirmos sobre a presença da religiosidade no ensino de história a partir do livro didático, tivemos como base as experiências vivenciadas em sala de aula que foram propiciadas pelo projeto de educação patrimonial e que se ancora nas discussões sobre ensino de história propostas pela professora e historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt, presentes nas obras *Ensino de História: fundamentos e métodos* (2008) e *O Saber Histórico na Sala de Aula* (2004), está organizada pela Bittencourt com a contribuição de outro(a)s autores(a)s.

Estas obras discorrem sobre reflexões acerca da práxis docente, a formação inicial e continuada de professore(a)s, a função do livro didático como instrumento pedagógico, o currículo, a História ensinada, e os discentes não como meros sujeitos passivos no processo de ensino-aprendizagem.

A minha experiência como professor de História despertou-me inquietações que me fizeram levantar algumas indagações: Como ensinar História? Em que medida consigo provocar o desejo e a curiosidade dos meus alunos(a)s por essa disciplina? O que significa ser um bom professor? Tais perguntas nascem do meu recente contato com a sala de aula e, diante da pouca experiência, alguns receios vieram à tona. Resolvi problematizar as questões acima colocadas e trazê-las para a minha pesquisa no mestrado profissional em ensino de história (ProfHistoria).

Nesse sentido e com essa percepção, elaboro um projeto escolar intitulado “Memórias da fé” para ser aplicado no 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Urbano Leal na cidade de Bocaina/PI. É uma série composta por 22 alunos, com o perfil social de classe média baixa e quase todos se consideram católicos (segundo questionário que elaborei para que eles respondessem), a exceção de uma aluna que frequenta a igreja Assembleia de Deus. Na primeira etapa do projeto, organizei algumas aulas em sala, para abordar temáticas como religiosidade popular, memória, patrimônio, educação patrimonial e ensino de história.

No que se refere aos saberes históricos dos discentes, propus uma primeira reflexão: Como e quando o catolicismo e a religiosidade no geral aparecem nos livros

didáticos? A proposta de atividade foi analisarmos os livros didáticos de História (do 6º ao 9º do fundamental II) adotados pela escola (coletânea História sociedade e cidadania do Alfredo Boulos) e identificarmos em quais conteúdos há a presença da religiosidade popular.

**Figura 3:** projeto de educação patrimonial na E.M Urbano Leal



**Fonte:** Acervo do autor

Refletimos como esses conteúdos contribuíram/contribuem para o processo de conhecimento histórico, social, cultural e político sobre a História Geral e do Brasil no contexto educacional/escolar e para a construção do imaginário católico popular brasileiro. Nesse aspecto, invoco as contribuições de Bittencourt (2004) sobre as concepções e caracterização do livro didático, e de Chartier (2014), que pensa a História do livro e da leitura, assim como a evolução da escrita acontece e o que ela envolve.

O livro didático escorre para além da função de ser um recurso pedagógico a ser utilizado por professores e alunos, é um produto cultural carregado de interesses e significados, pertencente a um tempo e a determinados grupos sociais. Não esqueçamos que o fazer historiográfico é uma prática ligada a um lugar social (Certeau, 2011), então, o livro didático é um instrumento reprodutor de discursos e narrativas históricas sob a ótica de diversos agentes envolvidos na sua feitura e consumo (Bittencourt, 2004).

São muitas as críticas em relação ao livro didático, todavia, não estou aqui para fazer juízo de valor sobre um veículo pedagógico tão complexo e de múltiplos

significados, mas para evocar questionamentos que considero pertinentes sobre os usos e apropriações desse suporte educacional na educação escolar. Corroborando com o já exposto,

O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores. É importante destacar que o livro didático como objeto da indústria cultural impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor [...] (Bittencourt, 2004, p. 71).

Nesse sentido, ao analisarmos o livro didático devemos ter em mente que ele é um produto comercial com fins lucrativos e educacionais, um instrumento pedagógico fabricado em um determinado contexto para um público específico. Está ligado a um lugar social que emite suas demandas. E como já podemos observar, as narrativas históricas contidas no livro didático possuem a legitimação do Estado que financia sua produção e autoriza a circulação comercial entre as escolas. Esse veículo pedagógico é

[...] portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa. A complexidade da natureza desse produto cultural explica com maior precisão o predomínio que exerce como material didático no processo de ensino e na aprendizagem da disciplina, qualquer que seja ela. O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aulas e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor (Bittencourt, 2004, p. 72-73).

O que o livro didático deve trazer como conteúdo? Eis uma das minhas indagações ao pensar o livro como um instrumento pedagógico. Lembro que na minha experiência escolar não tive contato com conteúdo que abordasse a História e a cultura afro-brasileira e africana, mesmo com a lei 10.639/03 instituída, pois, os professores tinham a liberdade de escolher quais conteúdos deviam ensinar.

Diante da cultura histórica escolar ainda bastante eurocêntrica, as temáticas tidas como importantes estavam voltadas para a Europa ou o que passava por ela. Evidente que

há um silenciamento de alguns assuntos, como por exemplo, sobre as religiões de matriz africana no ensino de história.

No processo de análise que faço com os alunos do 9º ano da E.M Urbano Leal sobre a presença da religiosidade popular e, mais especificamente, do catolicismo no ensino de história através do livro didático, encontramos diversas passagens sobre o catolicismo em textos, imagens e ilustrações. Constatamos a hegemonia da Igreja Católica durante séculos e que sua influência é refletida ainda nos dias de hoje perante a cultura ocidental e nesse caso, especificamente, na nossa cultura escolar e com a legitimação do Estado.

Seria o livro didático um documento-monumento (Le Goff, 2013) que objetiva perpetuar discursos/narrativas dominantes? Para Le Goff (2013) os textos eram escritos com uma intencionalidade e caberia ao historiador fazer a crítica deles, penso aqui, portanto, esse veículo pedagógico como esse documento com caráter de monumento, “assim, o papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado” (Bittencourt, 2004, p. 73).

No entanto, não podemos negar o outro lado funcional do livro didático, ou seja, o impacto que ele pode causar positivamente na vida escolar dos alunos(a)s. Os saberes acadêmicos sistematizados nos conteúdos do livro didático por meio de textos, gravuras, imagens e ilustrações com uma linguagem acessível do conhecimento histórico científico, podem despertar nos discentes o interesse pela leitura, escrita e pesquisa, uma vez, que esse recurso pedagógico traz uma organização dos conteúdos com uma indicação de atividades, exercícios a serem feitos, sugestões de leituras extras, de filmes, músicas, numa relação de textos com outras linguagens,

entretanto, o livro didático é limitado e condicionado por razões econômicas, ideológicas e técnicas. A linguagem que produz deve ser acessível ao público infantil ou juvenil e isso tem conduzido a simplificações que limitam sua ação na formação intelectual mais autônoma dos alunos. Autores e editores ao simplificarem questões complexas impedem que os textos dos livros provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores. Sua tendência é de ser um objeto padronizado, com pouco espaço para textos originais, condicionando formatos e linguagens, com interferências múltiplas em seu processo de elaboração associadas à lógica da mercantilização e das formas de consumo (Bittencourt, 2004, p. 73).

Todavia, cabe também ao professor pôr em prática a sua autonomia. O livro didático não pode e nem deve prender o docente mecanizando sua prática. É função do

professor despertar o senso crítico dos discentes, levando questionamentos sobre os diversos conteúdos. Seria uma forma de burlar o sistema escolar com as práticas ordinárias (Certeau, 1998).

Nessa perspectiva, apesar do livro didático carregar em si um direcionamento legitimado pelo Estado, uma vez que “façam o que fizerem, os autores não escrevem livros, os livros não são de modo algum escritos. São manufaturados por escribas e outros artesãos, por mecânicos, outros engenheiros e por impressores e outras máquinas” (Chartier, 1990, p. 126 apud Bittencourt, 2004, p. 71-72). As práticas cotidianas vão interferir na forma como aluno(a)s e professores se apropriam desse recurso pedagógico, mesmo diante daquela escola cuja direção escolar e os pais exigem do professor o seguimento fiel do livro didático.

O exercício de análise do livro por parte dos alunos com a orientação do professor, objetivou o levantamento de questionamentos sobre a temática da pesquisa, ou seja, como as religiosidades nas diversas sociedades são pensadas e apresentadas nesse veículo pedagógico. Uma das questões que mais empolgou a opinião dos discentes foi o fato de algumas sociedades acreditarem em vários deuses.

A partir dessa questão, trabalhamos os conceitos de politeísmo e monoteísmo. Discorrendo inicialmente sobre as sociedades antigas (Mesopotâmia, Egito, Grécia, Roma), observamos o contexto social de cada civilização e as relações desses povos com suas divindades. A crença em vários deuses levantou o questionamento de vários discentes: “Por que nós não temos vários deuses?”

Como no livro didático, ora analisado, não possui um capítulo sobre os hebreus, pesquisamos esta civilização e sua religiosidade por meio do celular. A partir da pesquisa pudemos compreender o que é uma sociedade monoteísta. Nessa perspectiva, colocamos também o que o livro traz sobre o islamismo, deixando ainda mais claro para os alunos o que representa o monoteísmo.

Com a ascensão do cristianismo na civilização romana e com o Édito de Milão concedido pelo imperador Constantino, que dava liberdade de culto aos cristãos, temos, por conseguinte, no governo de Teodósio (em 380), a decretação do cristianismo como religião oficial do Império Romano.

Nessa perspectiva, propomos uma reflexão sobre as influências que o ocidente e, por assim dizer, o Brasil recebem da civilização greco-romana. Os discentes, então, passaram a compreender como se deu a construção, ascensão e projeção do cristianismo,

explicando uma das suas dúvidas: “Por que acreditamos num único Deus?”, ou seja, por que somos/sou cristão?

A História Cultural e/ou Nova História possibilitou uma ampliação do campo e da escrita da História, com novos temas e novos questionamentos. É o que percebemos ao analisarmos o livro didático. Algumas discussões são colocadas a fim de estimular o debate acerca das representações que foram criadas sobre determinados personagens, como é o caso de Jesus Cristo.

No capítulo sobre Roma, por exemplo, direcionado ao 6º ano, no tópico “*ascensão do cristianismo*”, o autor coloca uma imagem de Jesus Cristo retirada de uma cena do filme “Jesus de Nazaré (1977)”, como convencionou-se conceber no ocidente, principalmente nas produções audiovisuais, um Jesus: branco, loiro, de olhos verdes, e abaixo da imagem levantou um questionamento: “Será que Jesus tinha olhos verdes como os do ator desse filme? Não há registro da imagem de Jesus. As representações de Jesus variaram no tempo e no espaço” (Boulos, 2018).

**Figura 4:** Filme de Franco Zeffirelli. Jesus de Nazaré, ITA, 1977.



**Fonte:** Livro didático História sociedade e cidadania, 6º, Alfredo Boulos.

Essa imagem de Cristo e as indagações sobre ela foi um ponto de partida para a nossa reflexão coletiva (ressaltamos que não fizemos uma discussão sobre o filme, mas sobre essa imagem específica presente no livro didático referenciado). Estabelecemos um debate instigante sobre a construção do imaginário acerca da figura de Jesus. Para o

ocidente cristão, seria interessante termos um Cristo negro? Oriental? Com esses questionamentos conseguimos lançar conexões sobre a História e a antiguidade. Mais adiante analisamos a Idade Média, o Feudalismo e a forte influência da igreja católica sobre a vida e os corpos da sociedade em questão. Tivemos outra discussão reflexiva-crítica.

Detectamos e analisamos outros capítulos em que o catolicismo é retratado, como nos assuntos que tratam sobre as mudanças na Europa feudal, cruzadas, Renascimento, Reforma e Contrarreforma, absolutismo, colonização da América portuguesa, os jesuítas e seu papel missionário no Brasil colônia, os jesuítas no Brasil e na educação, o processo de interiorização do Brasil e a presença da Igreja Católica.

Além dessas pontuações acima citadas, levantamos um debate importante sobre como o livro didático por nós analisado, traz as religiosidades dos povos indígenas e africanos. Ficou nítida a percepção de todos os alunos que pouco se mencionava sobre as práticas religiosas destes povos.

De um modo muito discreto, pontua essa relação com o sagrado, porém, sem entrar em detalhes. Não encontramos, por exemplo, a palavra orixás. O que levantou alguns questionamentos: Por que o livro didático não traz uma discussão sobre os deuses africanos? O que se optou ao silenciar? Afinal, o que são os Orixás? Como podemos abordar esse assunto sem reproduzir discursos preconceituosos? Essas indagações propiciaram uma reflexão crítica que mobilizou bastante os discentes.

A partir dessas reflexões, os alunos questionaram o porquê de na disciplina de Ensino Religioso não estudarem as diversas religiões, mas apenas o cristianismo, focando no catolicismo. Propomos, então, uma análise mais abrangente, para que pudéssemos compreender sem julgar, professor A ou B.

Foi interessante, pois, os discentes conseguiram compreender a relação dos sujeitos com o lugar de onde falam, as relações cotidianas e as implicações nas suas práticas. O que se observa em relação a esse questionamento dos alunos, é que geralmente os professores de ensino religioso são formados em outras áreas e acabam sendo designados para ensinar tal disciplina por uma questão de preenchimento de carga horária das suas respectivas disciplinas de formação.

Todavia, esta é uma suposição que ora faço, a partir de uma análise empírica. No decorrer da minha vida estudantil e agora profissional, os professores de Ensino Religioso tinham/tem esse perfil, e as aulas se resumiam/resumem a contar histórias bíblicas e rezar

o “Pai Nosso”. É preciso, pois, pensar também como são os cursos de formação nessa área. Enfim, logrou-se êxito nas reflexões sobre como as religiosidades aparecem no livro didático.

Discorremos, também, sobre a missão do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) criado no século XIX para construir uma História do Brasil que trouxesse uma identidade nacional, baseada nos grandes feitos e nos heróis nacionais, como foi o caso de Tiradentes, no qual criaram uma representação sobre sua vida e imagem que muito se assemelha com a de Jesus Cristo.

Em seguida, trouxemos para o debate as posições da Igreja Católica na Ditadura Civil-militar brasileira, até chegarmos no objeto de pesquisa que decidi trabalhar no mestrado (profhistoria): os festejos de Nossa Senhora da Conceição em Bocaina-PI e a possibilidade de trabalhá-lo no ensino de história. A partir dessa perspectiva, levantamos um leque de possibilidades para trabalharmos em sala de aula na disciplina de História a relação entre história local, religiosidade popular e patrimônio.

Por essa razão, criei o projeto: “Memórias da Fé”, inicialmente para aplicar com os alunos do 9º ano do fundamental, em que a primeira etapa do projeto seria analisar a religiosidade popular, principalmente na presença da Igreja Católica e do catolicismo no ensino de história através do livro didático e discutir questões como religiosidade popular, patrimônio e a relação entre memória e história até chegarmos nas festividades em louvor a Nossa Senhora da Conceição.

A escrita passa por um processo de evolução (Chartier, 2014), as narrativas históricas sofrem mudanças, alterações, as representações e as apropriações também são afetadas pela escrita. A corrente historiográfica positivista, por exemplo, tinha uma forma de escrever, a escrita historiográfica se modifica e temos outras formas de se escrever a História, como é o caso da corrente Marxista, da Nova História e/ou História Cultural.

Em um livro didático ou na prática docente podemos ter a presença dessas três correntes do pensamento Histórico. A escrita vai desempenhar um papel importante na constituição da burocracia estatal e...

A conexão entre experiência religiosa e os usos da escrita constitui outro fenômeno essencial. Escritos inspirados deixaram muitos traços: autobiografias espirituais e exames de consciência, visões e profecias, viagens místicas e narrativas de peregrinação, preces e conjurações. Em terras católicas (mas não exclusivamente nelas), esses testemunhos de fé preocupavam as autoridades eclesiásticas, que tentavam contê-los ou, quando pareciam

transgredir os limites da ortodoxia, impedi-los ou destruí-los (Chartier, 2014, p. 29).

O autor do livro didático que analisamos (coletânea História sociedade & cidadania), Alfredo Boulos Júnior, traz entre as suas referências bibliográficas, a Bíblia Sagrada. Isso exemplifica o que diz Chartier na citação acima sobre os usos da escrita e a experiência religiosa. Muito do que sabemos sobre a vida de Jesus está presente nas profecias e nos relatos de fé que encontramos nessa fonte histórica que é a bíblia cristã.

Isso influencia a escrita sobre a Igreja e o catolicismo nos livros didáticos de História? Acredito que em certa medida sim, e que partindo da concepção de que a escrita serviu para modelar comportamentos, condutas, hábitos, transformando-as em práticas, podemos compreender as ações da Igreja Católica em diferentes contextos na História.

Como já mencionamos, Bocaina é uma cidade do centro-sul do Piauí e sua região foi colonizada segundo relatos orais por Antônio Borges Marim no século XVIII, um português que pertenceu ao exército de Portugal e que recebeu terras no Brasil da Coroa portuguesa para povoar.

Uma das primeiras atitudes de Borges Marim foi a de mandar construir uma capela na fazenda boqueirão (hoje Bocaina) que teria como padroeira Nossa Senhora da Conceição. Nesse sentido, observamos a presença da igreja católica no processo de colonização do interior do Piauí.

Os festejos de Nossa da Conceição em Bocaina, que em 2022 completou 268º anos de tradição, é uma das manifestações culturais mais vivas do município, configurando-se como patrimônio do povo bocainense, e que a partir dessa manifestação podemos pensar o ensino de história local, fazendo conexões com a presença da Igreja Católica e do catolicismo no Brasil, no Piauí e em Bocaina, a partir do período colonial.

Pensando no potencial das representações, analisamos o livro didático e essa festividade Mariana com base nos conceitos de prática, representação e apropriação elaborados por Roger Chartier. Na análise que fizemos na primeira e segunda etapas do projeto “Memórias da Fé”, podemos compreender que a prática seria a própria Igreja Católica, a realidade em si. A representação seria o livro didático, e os textos que foram escritos sobre a Igreja Católica e o catolicismo, nele contidos. E a apropriação é a forma como os consumidores (público leitor, docentes e discentes) dão sentido a esse produto (o livro didático).

## 2.2 O FESTEJO: entre práticas e representações.

O festejo católico em louvor a Nossa Senhora da Conceição de Bocaina (Piauí) é uma festa popular que faz parte do calendário anual da cidade. Como manifestação cultural, seu universo simbólico pode ser pensado a partir das discussões empreendidas por Roger Chartier no que se refere às práticas, representações e apropriações. Tais conceitos potencializam essa pesquisa sobre festa e religiosidade popular.

**Figura 5:** Festejo de N. Sra. da Conceição, 8 de dezembro de 2019.



**Fonte:** página do facebook da paróquia de N. Sra. da Conceição.<sup>17</sup>

A prática seria a experiência concreta da vivência de Nossa Senhora, a realidade que a fundamenta e também a forma como a representação se materializa nos comportamentos coletivos. A representação é o festejo religioso, a imagem, as canções. O ritual é uma representação que alude à prática, à realidade que seria a experiência da própria Santa. E as apropriações são os modos como as pessoas da comunidade (Bocaina) tomam aquela representação, sentem-na, se apropriam dela, se emocionam e vivenciam aquele momento.

---

<sup>17</sup> Ver: <https://www.facebook.com/conceicao.bocaina>

**Figura 6** – Imagem original de Nossa Senhora da Conceição



**Fonte:** Acervo do autor.

Essa imagem de Nossa Senhora da Conceição, segundo a oralidade local, foi doada pela irmã de Borges Marinho (colonizador das terras onde hoje encontra-se a cidade de Bocaina) em 1754, ano em que a edificação da igreja é concluída. Eis, portanto, um exemplo da representação do festejo da padroeira do município em questão. Segundo Roger Chartier (2002), a representação é uma forma de dar a ver coisa ausente, então, quando eu represento, seja na forma de uma pintura, de um livro, de um simbolismo religioso, eu não estou trazendo aquilo de fato, mas estou representando, criando uma maneira de me aproximar daquilo sem aquilo estar presente.

Sendo assim, por exemplo, uma imagem de Santo/a, uma festa popular, uma fotografia familiar, um texto que fala de determinado lugar são representações. Estes não são os Santos, a prática, a pessoa, o lugar, mas são representações daquele lugar, são uma linguagem que fala e dar forma as coisas sem ser de fato as coisas. Essas coisas existem no mundo material, mas ele é representado através da festa, da imagem, da fotografia, da música. Como já mencionado acima, Chartier estabelece três conceitos que fundamentam o que é representação, prática e apropriação.

A prática para ele seria o mundo das coisas materiais, as coisas em si, por exemplo, uma cidade. A cidade é uma prática, é algo que está no mundo da matéria, da realidade. A representação seria compor uma música sobre a cidade, fazer uma festa em homenagem a cidade, um filme, um quadro sobre a cidade. A representação não é a realidade em si, ela é uma linguagem baseada em uma dada realidade e a partir das representações existem

as apropriações. As apropriações seria o momento em que tomo aquela representação e interpreto-a.

O que Chartier chama a atenção é que as práticas também são limitadas, que eu não posso apenas olhar para uma representação e dar uma interpretação totalmente descabida para ela só porque é minha opinião. As apropriações, de algum modo, se desdobram de uma certa lógica que aquela realidade que baseou, e a representação fundamentou. Isso está muito presente na obra do Chartier através do que ele escreve no “Leitura e Leitores na França do Antigo Regime” (2004) para construir esses conceitos que são as práticas de leitura.

Ele vai dizer que existem determinadas vivências que se estabelecem na França do Antigo Regime que são representadas através de livros que contam histórias e situações. Esses livros são representações daquela realidade, mas esses livros circulam entre grupos sociais diferentes, então, muitas vezes, inclusive, os pobres e camponeses, têm acesso a esses livros por meio da biblioteca azul que é uma coleção de livros que difundem determinadas experiências e representações para as classes populares. Portanto, as classes populares têm acesso aos livros, elas se apropriam daquilo através da sua própria experiência social, porém, de algum modo, conectada com aquela realidade.

O conceito de representação que o Roger Chartier define na obra dele, principalmente na “À beira da falésia” (2002), no texto “O mundo como representação”, é o conceito que serve como pedra fundamental da noção de História Cultural que ele está propalando. Representação seria um meio do caminho entre um tipo de conhecimento que aceita e acolhe a ficção, a literatura e a linguagem, mas ao mesmo tempo, não se renderia a uma espécie de radicalização da linguagem, como Chartier acreditava que Hayden White fazia. Porém, acreditava que a linguagem era importante e a História se aproximava da literatura, do simbólico.

Outra discussão pertinente para pensarmos festa(s), um festejo religioso popular, nesse caso, as festividades de Nossa Senhora da Conceição em Bocaina/PI, é o que Mikhail Bakhtin traz em “*A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais (1999)*”. A análise do riso popular, do cômico, do carnaval no medievo e renascimento e da teoria da Carnavalização desenvolvida por Bakhtin, servirá também como base teórica para o objeto de pesquisa desse artigo.

Ao analisar o carnaval, as brincadeiras em torno dessa manifestação cultural, Bakhtin concebe que tais festas são carregadas por inversões que despertam um outro

olhar sobre as coisas. Burlar as leis, regras, códigos comportamentais, tensionar as hierarquias através do riso, estão presentes nessa discussão sobre carnaval, festas, empreendida por esse teórico russo ainda na década 1940. O festejo religioso, assim como o carnaval, é uma manifestação cultural que possui uma reunião de elementos, simbolismos, da cultura popular.

Apropriando-se do conceito de carnavalização do Bakhtin, Chagas (2020), em sua tese de doutorado intitulada *O auto do santo preto e a bênção das três fomes: A carnavalização-afeto das festividades jurunenses de São Benedito em Belém do Pará*, faz uma conexão da carnavalização pensada por Bakhtin com uma festa religiosa popular, e assim, traz a expressão carnavalização-afeto para pensar um festejo de devoção a São Benedito e...

Ressalte-se que uma concepção estreita do caráter popular da cultura, assinalada por Bakhtin, é presente desde o século XIX, nascida na época pré-romântica. Hoje essa concepção de estreitamento ainda gera problemáticas no tocante a valoração e compreensão dessa dimensão do popular que, no entanto, continua trazendo em si o burlesco e o extraoficial como uma de suas características. Em síntese, carnavalização é o nome dado por Bakhtin a esse conjunto de práticas e comportamentos burlescos e satíricos populares que se manifestava no cotidiano social na Europa e não se refere ao período das festas carnavalescas unicamente. A carnavalização é um estado de espírito, nascido do contexto subversivo dos festejos carnavalescos, mas que se manifesta em épocas e lugares diferentes, estando presente, inclusive, em festejos do catolicismo popular, tais como as festividades jurunenses de São Benedito. É um estado comportamental onde a espetacularidade pode se revelar em seus três subconjuntos de ações. (Chagas, 2020, p.48).

Esse comportamento burlesco é presente no festejo de Nossa Senhora da Conceição, pois se expressa no caráter profano da festividade, no pós-novena, nos bares, shows, parque, bebidas, comidas, que fazem parte do conjunto que chamamos popularmente “os festejos da Bocaina”. São tensões já legitimadas pela comunidade, que participam da espetacularidade, pois

Como “estado de espírito” a carnavalização em manifestações contemporâneas específicas pode ser compreendida como um conjunto de comportamentos que incluem o riso livre, a bebida, a comida, a dança, a música etc. praticados na permissividade do extracotidiano da festa, no calor da multidão, do aglomerado dos corpos, em uma adaptação de tempo e espaço. É um contexto que se instaura a partir de um centro norteador que, no caso das festividades jurunenses, é a devoção ao Santo. (Chagas, 2020, p.48-49).

E em nosso caso, em relação a devoção à Santa, Imaculada Conceição, e as festividades que atraem bocainenses que moram em outras cidades, outros estados, e que

nessa época do ano retornam a Bocaina e se alegram, se emocionam com as novenas, com as procissões e promovem almoços, jantares, regados a bebidas e muita comida. A reunião, o reencontro de amigos nos bares, nos clubes, casas de shows etc.

O motivo originário é a devoção a Santa e, o divertimento – as danças, o álcool, as comidas – é o complemento daquilo que se faz parte integrante dos festejos de Nossa Senhora da Conceição, construído e naturalizado no imaginário popular do povo bocainense e adjacências. São corpos individuais que se tornam corpos plurais, nas procissões, carregando a imagem da Santa, “nos suores das danças e nos risos do álcool (Chagas, 2020, p.50). O festejo, nessa perspectiva, se configura entre práticas, representações e apropriações.

Consubstanciam, portanto, na nossa análise da festa de N. Sra. da Conceição, as categorias teóricas de “carnavalização” e de “prática, representação e apropriação”, pois, como já mencionado, o festejo em questão oscila entre o sagrado e profano. Os sujeitos atribuem significados diversos a essa festividade, tornando-a fora do controle absoluto da própria Igreja Católica e, nesse sentido, a “carnavalização” se efetiva, pois, estes sujeitos burlam certas regras morais de conduta adotadas pela Igreja, como por exemplo, ir aos shows e bares após a missa/novena.

O festejo é uma prática social que pode ser representado através do que foi escrito a respeito, daquilo que foi produzido, fotografado, escrito enquanto poesia etc. Essas são representações a partir de uma prática que é o festejo. As apropriações que os sujeitos concebem sobre essa festividade dialogam com o que entendemos como “carnavalização”, pois, os sentidos que o festejo provoca nas pessoas são plurais. E esta percepção ficou evidente entre os discentes que participaram do projeto de educação patrimonial. Nas rodas de conversa, muitos relataram que para eles o festejo de N. Sra. da Conceição não é só a missa/novena, mas também, os shows, os bares, o parque, as barracas de lanche etc. Percebo, a partir dessa observação, que o sagrado e o profano no “festejo de Bocaina” não são antagônicos na prática, mas se complementam. Os sujeitos através de suas práticas “carnavalizam” o Festejo de N. Sra. da Conceição.

### **2.3. ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: valorização da memória e busca pela identidade coletiva.**

O uso da educação patrimonial como recurso para o ensino de história, passa pela valorização da memória e busca da identidade coletiva. Objetiva-se, portanto, aproximar as vivências dos alunos com o que é ensinado nas salas de aula através da disciplina História. Compreendemos que colocar as questões locais para os discentes, além de tornar as aulas mais dinâmicas, pluraliza as percepções de tempo e os coloca como sujeitos ativos do processo de ensino-aprendizagem.

O projeto de educação patrimonial intitulado “*Memórias da fé*”, que foi dividido em quatro etapas, buscou apresentar aos alunos não só o festejo de N. Sra. da Conceição como patrimônio da cidade de Bocaina, mas outras manifestações culturais que se fazem presentes nas práticas da população.

Nesse sentido, os objetivos do projeto versam sobre trabalhar uma manifestação cultural da cidade, analisando-a como patrimônio local e sua aplicabilidade no ensino de história. Evocamos, portanto, na primeira e segunda etapa do projeto, as noções de patrimônio e as discussões em torno da memória, história e religiosidade popular.

A partir do momento que os discentes compreendem as questões que envolvem o patrimônio, assim como, conseguirem identificar os tipos de bens culturais, busca-se entender as representações e os sentidos que estes atribuem ao festejo religioso que ora estamos analisando. Para isso, tomamos os exemplos de educação patrimonial já realizados em outros cantos do país, como é caso dos projetos de educação patrimonial realizados na cidade de São Martinho da Serra no Rio Grande do Sul, (Ramos et.al, 2003), para a partir dos métodos utilizados, tomarmos como guia, e assim adaptarmos à nossa realidade.

Contudo, faz-se necessário uma discussão prévia sobre o que se têm pensado a respeito do patrimônio e da educação patrimonial, principalmente no âmbito escolar, com as políticas educacionais de escolarização no Brasil (Silva, 2016). Observa-se, portanto, que a cultura e o patrimônio fizeram parte da inserção do ideário nacionalista (já apresentado anteriormente) nas políticas públicas brasileiras e que se projetaram e materializaram-se, através da massificação escolar.

As reformas e ações empreendidas por Gustavo Capanema, como ministro da Educação e Saúde durante o governo de Vargas, atingiram não só o campo educacional,

mas também, o cultural, de modo que seu nome está consagrado quando falamos de educação e cultura no Brasil, destacando-se “na reforma do ensino secundário, na organização da Universidade do Brasil, na implantação do ensino industrial, na criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 27-28).

Interessa-nos, nesse sentido, compreender como o Patrimônio foi pensado e incorporado nas políticas públicas do país. Com a criação de um órgão responsável por pensar e mobilizar o que seriam os bens culturais do Brasil, faz-se necessária uma análise do contexto em questão para explicitarmos as motivações para a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua missão. Nessa perspectiva,

Se a tarefa educativa visava, mais do que a transmissão de conhecimentos, à formação de mentalidades, era natural que as atividades do ministério se ramificassem por muitas outras esferas, além da simples reforma do sistema escolar. Era necessário desenvolver a alta cultura do país, sua arte, sua música, suas letras; era necessário ter uma ação sobre os jovens e sobre as mulheres que garantisse o compromisso dos primeiros com os valores da nação que se construía, e o lugar das segundas na preservação de suas instituições básicas; era preciso, finalmente, impedir que a nacionalidade, ainda em fase tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações. Como sempre, estas ações do Ministério da Educação não se dariam no vazio, mas encontrariam outros setores, movimentos e tendências com as quais seria necessário compor, transigir, ou enfrentar. (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 97).

A cultura e as artes faziam parte do interesse de Gustavo Capanema, pois, a cultura era a base fundamental para a construção do sentimento nacionalista que se pretendia projetar no país. Além dos laços com intelectuais mineiros, tinha como chefe de gabinete, Carlos Drumond de Andrade, nada menos que um dos nomes mais preponderantes do movimento modernista. (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000).

O que se observa, no entanto, é que nem Capanema e muito menos Getúlio Vargas, estavam comprometidos com o que Mário de Andrade propunha para o movimento modernista: uma busca pelas raízes da cultura brasileira. Percebe-se, nesse sentido, que tanto a cultura como a educação, serviriam para o projeto nacionalista de país que o Estado Novo almejava. E nessa perspectiva,

Não era uma relação tão fácil quanto se imagina. Não há nada que revele, nos documentos e escritos do ministro, que ele se identificasse com os objetivos mais profundos do movimento modernista, que, na perspectiva de Mário de Andrade, buscava uma retomada das raízes da nacionalidade brasileira, que permitisse uma superação dos artificialismos e formalismos da cultura erudita superficial e empostada. [...] Era um projeto revolucionário em seus objetivos.

Mas o modernismo, do qual Mário de Andrade foi um dos principais representantes, era suficientemente amplo e ambíguo para permitir interpretações bastante variadas, e não se colocar em contradição frontal com o programa político e ideológico do Ministério da Educação. (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 97-98).

Nota-se que o projeto de nação idealizado no governo de Vargas e endossado a partir das ações do Ministro da Educação, Capanema, tinham evidentes objetivos: construir a identidade nacional brasileira e eliminar qualquer empecilho que impedisse a concretização dessas ações. Como já pode-se observar, a cultura serviu como instrumento para a efetivação do ideal de nação que se propunha.

Não é difícil imaginar que o patrimônio fosse idealizado nessa perspectiva, ou seja, que fizesse parte dessa construção de um país homogêneo e unificador, em que os bens culturais refletissem um Brasil que revelasse sua identidade coletiva. Por isso, é pertinente pensar que Capanema sabia o que estava fazendo ao se aproximar e se apropriar de questões do movimento modernista. Sem nenhuma ingenuidade, observa-se que

[...] O que preponderou no autoritarismo brasileiro, no entanto, não foi a busca das raízes mais populares e vitais do povo, que caracterizava a preocupação de Mário de Andrade, e sim a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se tratava de constituir. Capanema estava, seguramente, muito mais identificado com esta vertente do que com a representada pelo autor de *Macunaíma* [...] Era sem dúvida no envolvimento dos modernistas com o folclore, as artes, e particularmente com a poesia e as artes plásticas, que residia o ponto de contato entre eles e o ministério. Para o ministro, importavam os valores estéticos e a proximidade com a cultura; [...]. (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 98-99).

Diante dessa afirmativa, uma vez que o objeto dessa pesquisa é uma festividade religiosa católica analisada como patrimônio de uma cidade, é pertinente pensar na influência que a Igreja Católica exerceu no campo educacional e, por assim dizer, na construção das políticas educacionais brasileiras. Seria, portanto, uma explicação para o livro didático (veículo pedagógico elaborado com o aval do Estado) evidenciar o catolicismo e silenciar outras religiosidades?

Este e outros questionamentos, como por exemplo, o que se pensou e se convencionou selecionar como um bem cultural da nação, fazem parte das nossas reflexões acerca do patrimônio como um recurso para a educação na sua missão de edificar o sentimento nacionalista perante a população, que era evocado pelas ações do Ministro da Educação de Getúlio Vargas. Nessa perspectiva, “a ideologia de produção de uma unidade nacional, a partir de um patrimônio e uma memória comum, foi balizadora

da cidadania moderna, a qual foi fabricada a partir da escolarização massiva”. (Silva, 2016, p. 470).

Compreende-se, portanto, que no bojo dessa massificação escolar, o patrimônio fez-se presente e necessário no constructo da unidade nacional a partir de uma homogeneidade cultural (Silva, 2016). Nesse sentido, ações de educação patrimonial foram empreendidas, ainda que esta nomenclatura não fosse empregada. Para isso, em 1936 foi criado o SPHAN, que teve papel fundamental para evocar uma identidade nacional. Vejamos:

Neste contexto, em 1936, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), planejado pelo poeta modernista com o interesse no conhecimento, conservação e divulgação da cultura nacional. Tal projeto inclinou-se para um projeto de construção de uma cultura nacional oficial, de maneira que a consciência nacional seria materializada pela consciência patrimonial (Silva, 2016, p. 474).

Capanema solicitaria a Mário de Andrade que “elaborasse um projeto de lei de proteção às artes no Brasil, que seria o embrião do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 99). Nota-se que os empreendimentos para se pensar o patrimônio passa pelo crivo da homogeneidade cultural que criaria e/ou fortaleceria a unidade nacional.

O conceito de Patrimônio se modificou ao longo dos anos e para isso vamos refletir sobre o que diz a legislação em determinadas épocas. No Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Estado Novo governado por Getúlio Vargas, traz entre os seus Artigos:

Art. 1 Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

De acordo com esse dispositivo, só seria considerado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se o bem fosse inscrito nos Livros do Tombo, quer dizer, o bem tinha que ser tombado. Tal Decreto pouco abraçou os anteprojetos de Mário de Andrade, apesar de ter se inspirado neles. Compreensível atitude se analisarmos o contexto e o que

representou o Estado Novo, que por se tratar de um governo ditatorial não iria conceber a democratização da cultura brasileira.

Observamos, portanto, um patrimônio recortado, ou melhor, selecionado, à serviço do ideário de identidade nacional que se projetou naquele momento. Nessa perspectiva, as ações de Capanema com relação a cultura nacional se entrecruzaram com as voltadas para o campo educacional, e pensar o patrimônio significaria educar para a unidade nacional. Nesse sentido,

Educar para o patrimônio nacional tornava-se ação emblemática destes contornos da escolarização. O patrimônio, a unidade nacional e a brasilidade eram conteúdos incontornáveis para a escola pública brasileira. [...] Educar associava-se ao objetivo de conservação dos valores e do patrimônio próprios da unidade desejada para o país, mesmo que orientada por princípios elitizados e eurocêtricos. Embora não designada pela nomenclatura atual, educação patrimonial estava diluída nas escolas e em outras agências socializadoras do século XX. [...] No Brasil, em específico, as referidas temáticas emergiram, sobretudo, nas contribuições de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O objetivo destas ações seria a produção de uma consciência preservacionista, matizada desde a gênese do SPHAN, a partir de uma responsabilidade compartilhada com outros órgãos educativos governamentais, principalmente pela escassez de recursos orçamentários destinados à cultura no Brasil. (Silva, 2016, p. 475-476).

Temos, por sua vez, um patrimônio sendo pensado de forma elitista e com base eurocêntrica, o que se reflete, por exemplo, no tombamento de bens culturais de natureza material aqui no Brasil de origem europeia, como é o caso das edificações portuguesas. A busca pelas nossas origens partia das bases colonizadoras e nessa perspectiva “a unidade nacional e a homogeneidade cultural compuseram uma agenda civilizatória aos programas de massificação escolar e, conseqüentemente, produziram sentidos às relações entre educação e patrimônio cultural no Brasil” (Silva, 2016, p. 477).

A posteriori a primeira metade do século XX, na década de 1980, iniciativas/ações de educação patrimonial são empreendidas no âmbito do Museu Imperial no Rio de Janeiro, cujos resultados serão por um lado satisfatórios, mas, por outro lado, reforçaram valores dos colonizadores, desvinculando o educando do seu cotidiano (Haigert, 2003). Nota-se que

Até a década de 1980, há uma relação de opacidade entre educação patrimonial e patrimonialização cultural. [...] Em 1983, ocorreu no Museu Imperial, em Petrópolis, um seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos. A proposição central informava sobre a atualização de trabalhos pedagógicos desenvolvidos na Inglaterra sob o nome de Heritage Education. Educação patrimonial é inserida, com mais regularidade, nas produções do Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), contribuindo para a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial, em 1999 (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999). Tal publicação, embora educação patrimonial, na época, tivesse sido delineada a partir de sua dimensão estritamente metodológica, desencadeou um conjunto de novas experiências educativas em museus e instituições culturais, bem como engendrou novas relações entre as coletividades e seus patrimônios. No âmbito das intervenções governamentais, o documento não conduziu a reordenamentos substantivos em seu conteúdo político ou em sua posição institucional, visto na ausência da temática em políticas públicas no país. O documento, contudo, ofereceu uma (primeira) definição de educação patrimonial [...]. (Silva, 2016, p. 476).

Os resultados provenientes do “1º Seminário de Educação Patrimonial no Brasil” (Haigert, 2003, p. 35), realizado no Museu Imperial do Rio de Janeiro, trouxe questões importantes referentes aos usos metodológicos de como trabalhar educação patrimonial em museus, “no entanto, esta experiência não leva em consideração o cotidiano do educando, restringe-se aos trabalhos dentro do Museu, resgatando a memória da Corte imperial” (Haigert, 2003, p. 35-36).

Neste aspecto, problematiza-se como se concebeu em um primeiro momento as questões envolvendo a interação entre educação e patrimônio, e sobre a própria definição que se tinha de patrimônio e como este se constituía. As noções de patrimônio se ampliaram, ganhando novos contornos, levando em consideração a diversidade cultural e a educação patrimonial, por sua vez, a realidade dos educandos. A partir da abrangência do conceito de patrimônio, concebe-se a educação patrimonial que toma o patrimônio e seus significados para uma prática educativa, sendo

essa prática, baseada na identificação e interação com o bem cultural, amplia as possibilidades de aprendizado e facilita a compreensão da história local e o estabelecimento da sua relação com os temas mais amplos da História. Além disso, oportuniza ao aluno a experiência de se sentir parte da História e entender que o conhecimento que ela produz nunca é perfeito ou acabado; na verdade, está sempre se constituindo. Ademais, a metodologia de Educação Patrimonial tem se transformado diante de novas possibilidades para a construção de práticas pedagógicas a partir da troca de conhecimentos gerais e específicos entre a comunidade e ambientes de ensino/aprendizagem (Schiavon e Torres, 2015, p. 520).

Com esse entendimento conectamos nosso projeto de educação patrimonial, “Memórias da fé”, com o que Roger Chartier pensou como prática, representação e apropriação. Nesta concepção, os alunos se reconhecem como sujeitos ativos do processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo que o festejo de Nossa Senhora da Conceição faz parte de suas realidades, que direta ou indiretamente, lhes afetam. Mobilizar essa conexão

entre patrimônio e ensino de História com os discentes se faz necessário nessa pesquisa e para minha prática enquanto professor de História, pois

Trabalhar o conceito de patrimônio é reconhecer, dentre outras coisas, que para avançar no entendimento não precisamos ir longe. Ao contrário, o que precisamos pode estar bem pertinho de nós, bastando apenas que dediquemos um olhar sensível ao nosso redor e ao que de fato atribuímos valor e, do mesmo modo, o que nos valoriza e dá sentido à nossa vida. É um olhar para dentro: primeiro para dentro de nós, depois para dentro de casa, do jardim, do quintal, do bairro, da cidade, e, finalmente, da região e do país. (Santos, 2013, p. 12).

Minha pretensão nesse estudo é ir do micro para o macro, ou seja, compreender e fazer com que os alunos compreendam a cultura e a história local para que, a partir de então, analisem a história regional, do Brasil e do mundo, fazendo pontos de conexão ao que lhes é comum (o festejo de nossa senhora da Conceição) como, por exemplo, a vinda dos jesuítas e da Igreja Católica para o Brasil na época da colônia.

Portanto, aproximar os discentes de seu cotidiano é tarefa primordial da educação patrimonial. Como já mencionado, as percepções, interações e interpretações em relação ao patrimônio se ampliaram ao longo dos anos. A partir de questões locais, coletivas, reivindicações de atores e movimentos sociais, culturais e políticos, promoveram-se novos olhares do poder público e, com isso, novas normativas jurídicas que passaram a levar em consideração a pluralidade de práticas culturais, e por assim dizer, a diversidade cultural. Contudo,

A educação patrimonial ocupa ainda lugares incertos e difusos na construção das políticas brasileiras. Em alguma medida, desde a criação do SPHAN, na década de 1930, tal educação esteve associada à unidade nacional, à fabricação de um imaginário brasileiro ou mesmo à preservação de artefatos e representações tangíveis de patrimônio. Num contexto onde o patrimônio estava associado a suas dimensões materiais, de pedra e cal, a educação para o patrimônio esteve estritamente associada a cidades históricas que experimentaram processos de tombamento oficial, nas quais seu repertório pedagógico e cultural assumia contornos conservatórios. Conservar a ordem urbana, preservar os bens, resgatar um passado distante eram objetivos corriqueiros para iniciativas neste tipo de educação. Esta representação figurava uma definição estável, fixa e neutra de patrimônio, além de localizar sua discursividade em um passado desvinculado das mudanças socioculturais do tempo presente. A década de 1970 trouxe-nos um novo elemento para situarmos a educação para o patrimônio no Brasil, qual seja: sua aproximação a planos e programas de desenvolvimento social. (Silva, 2016, p. 477).

O patrimônio ganha novos contornos e novos usos. Não só as questões sociais e culturais serão exploradas, mas também, a lucratividade econômica que o patrimônio

poderia trazer (Yúdice, 2004, apud Silva, 2016). Nesse sentido, educação, patrimônio, turismo, economia, se conectam e se materializam em políticas de Estado.

Diante dessa acepção, analiso o festejo de N. Sra. da Conceição em Bocaina, para além da devoção. É uma festividade que também gera lucratividade econômica. Durante os dias de festa, a cidade recebe a visita de pessoas vindas de outros lugares, como de cidades vizinhas, mas também, de municípios mais distantes.

Isso se dá, porque muitas pessoas que são naturais de Bocaina, foram morar e trabalhar em diversos lugares. Por ser um festejo conhecido e, em certa medida, divulgado pela região do Vale do Guaribas<sup>18</sup>, vários devotos e devotas migram para Bocaina nessa época de festividades, aquecendo a economia local.

Como já mencionamos, donos de bares e casas de shows lucram com o festejo de Bocaina (como é popularmente conhecido e referenciado). Por essa razão, convidamos Wlisses Sousa (produtor cultural da cidade) para uma roda de conversa com os alunos, a fim de que ele partilhasse as representações que tem deste festejo.

O que ficou claro na análise feita a partir das reflexões que fizemos e ainda estamos fazendo em sala de aula, é que o festejo de N. Sra. da Conceição é um bem cultural da cidade (ponto de concordância entre todos os alunos), que existem representações individuais e coletivas sobre essa festividade (que abordaremos com mais detalhes no terceiro capítulo) e que a festa vai além das missas e novenas, ou seja, o festejo de N. Sra. da Conceição é também os shows nos clubes e praça pública, o parque de diversão, as barracas de lanches, os bares movimentados, enfim, uma pluralidade de significações.

Com isso, nossa experiência de educação patrimonial a partir de um festejo religioso, corrobora com as discussões empreendidas até o presente momento, sobre a ampliação da concepção de patrimônio, que leva em consideração a diversidade cultural, a multiculturalidade, as singularidades locais, enfim, o que até então poderia ser considerado como patrimônios invisíveis. E isso fica claro do ponto de vista institucional, acerca dessa amplitude, que com

A chegada de Gilberto Gil ao Ministério da Cultura, em 2003, acelerou estes processos de reconhecimento político da diversidade cultural brasileira, assim como sua inserção em lógicas de desenvolvimento social a partir de circuitos

---

<sup>18</sup> “O território da Cidadania Vale do Guaribas-PI está localizado na região Nordeste e é composto por 39 municípios”. Vale do Guaribas. Projeto Viva o Semiárido. Disponível em: [Vale do Guaribas - Projeto Viva o Semiárido \(vivaosemiarido.org.br\)](http://Vale do Guaribas - Projeto Viva o Semiárido (vivaosemiarido.org.br)). Acesso em: 10 jun. de 2023.

de economia criativa (ou economia da cultura). Diversas experiências em educação e diversidade cultural ou em educação patrimonial foram potencializadas, a partir, por exemplo, da criação do Programa Cultura Viva que procurava consolidar experiências em políticas culturais em andamento no interior do país (Silva, 2012, apud, Silva, 2016, p. 480).

Outras ações institucionais com relação a educação patrimonial foram promovidas, como foi o caso dos dois primeiros encontros nacionais de educação patrimonial, que resultaram em documentos de direcionamentos importantes para a prática que relaciona educação para o patrimônio. Vejamos:

Entre 12 e 17 de setembro de 2005, ocorreu o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial, em São Cristóvão, Sergipe. [...] O encontro explicitou um campo de tensionamentos entre os movimentos sociais, que reivindicavam o direito a escolher suas referências patrimoniais, e os agentes estatais (com interesses diversos) que historicamente demandam intervenções mais incisivas do Estado no setor. [...] O II Encontro Nacional de Educação Patrimonial ocorreu entre os dias 17 a 21 de julho de 2011, em Ouro Preto, Minas Gerais. Este encontro resultou na divulgação de um documento final intitulado Texto Base para uma Política Nacional no Âmbito da Educação Patrimonial, onde constam seus eixos temáticos, diretrizes e ações [...] (Silva, 2016, p. 481).

Outra ação institucional importante com relação a educação patrimonial foi a criação do Programa Mais Educação, “instituído pela Portaria Interministerial Nº 17/2007 e pelo Decreto Nº 7.083/2010 (Brasil, 2010) [...]”. Recentemente, a educação patrimonial foi inserida no rol de temáticas (denominadas macrocampos) do programa [...] (Silva, 2016, p. 482).

Preocupando-se com as questões sociais e com a evasão escolar, o Programa Mais Educação discorre entre seus objetivos proporcionar uma educação de tempo integral, onde tenha-se uma permanência maior dos alunos na escola, proporcionando-lhes o contato com questões sociais e culturais que implicam no seu cotidiano (Silva, 2016).

Longe de ser uma seleção/escolha ingênua, o patrimônio incorre na busca e/ou valorização de uma memória, e como já observamos, as disputas por memória também são disputas de poder. Contudo, nossa escolha em analisar a aplicabilidade de um bem cultural de natureza imaterial, no ensino de história, mobiliza-nos no sentido de observamos as subjetividades locais. Com isso, nota-se que

Recentemente, construiu-se uma nova qualificação: o “patrimônio imaterial” ou “intangível”. Opondo-se ao chamado “patrimônio de pedra e cal”, aquela concepção visa a aspectos da vida social e cultural dificilmente abrangidos pelas concepções mais tradicionais. Nessa nova categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e

mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta existe no sentido de registrar essas práticas e representações e acompanhá-las para verificar sua permanência e suas transformações. A iniciativa é bastante louvável, porque representa uma inovação e flexibilização nos usos da categoria “patrimônio”, particularmente no Brasil (Gonçalves, 2009, p. 28).

Na concepção do festejo como patrimônio, ressaltamos que o Patrimônio Imaterial se refere aos saberes e fazeres, as festas, as celebrações, aos rituais, aos costumes, ao que é intangível e, portanto, os festejos de Nossa Senhora de Conceição se enquadram nas discussões acerca do patrimônio. Um dos objetivos dessa pesquisa é lançar luz a essa reflexão e perspectiva, trazendo esse debate para a população de Bocaina, para fazermos o reconhecimento dessa festividade como patrimônio cultural imaterial religioso.

A repercussão dos festejos se dá de forma ampla e atinge o cotidiano da população ainda que indiretamente. O ritual, os simbolismos, as práticas, representam o imaginário social sobre a festa em louvor à Virgem da Conceição. Os fiéis e a população em geral atribuem significados ao evento cultural religioso, pois este expressa, para além de uma devoção, o sentimento de pertencimento.

A Constituição de 1988 nos seus Artigos 215 e 216 ampliou a concepção de patrimônio, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural brasileiro e em 2005 houve algumas Emendas. Coloca-se:

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. **§ 1º** O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. **§ 2º** A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. **§ 3º** A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) **I** defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) **II** produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) **III** formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) **IV** democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) **V** valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005). **Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: **I** - as formas de expressão; **II** - os modos de criar, fazer e viver; **III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; **IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; **V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico,

arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

A concepção de patrimônio presente nos Artigos 205 e 216 da CF de 1988 além de ampliada, não coloca a obrigatoriedade de que para ser considerado Patrimônio, determinado bem deva ser tombado. Com isso, valoriza-se a pluralidade da cultura brasileira coberta de subjetividades que o poder institucional, noutros tempos, não abarcaria. Com esse entendimento:

[...] O tombamento, portanto, tinha papel instituinte do valor cultural – daquele valor que credenciava a inclusão do bem um rol formalmente definido. Ao inverso, a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é antes de mais nada um fato social – essa afirmação, nos órgãos de preservação, nas décadas de 1970 e 1980, provocava escândalo e alimentava mal-entendidos [...] Entretanto, mesmo sem qualquer intervenção do poder público, existe o “patrimônio cultural nacional” (Meneses, 2012, p. 33-34).

Nessa perspectiva, a festividade da Imaculada Conceição em Bocaina faz parte do patrimônio local e pode inclusive ser oficializado pelo poder público municipal, assim como já aconteceu em outras cidades brasileiras. É preciso, todavia, compreender que o processo de patrimonialização não é ingênuo e precisa-se problematizá-lo. No caso da participação do poder público, por exemplo, pode haver a marginalização de alguns bens.

Vale ressaltar novamente, que para Jacques Le Goff (2013), os documentos e monumentos são materiais da memória coletiva, sendo os monumentos uma herança do passado e os documentos uma seleção do historiador, ambos, documento e monumento, se projetam e objetivam perpetuar-se no tempo. O processo de seleção, de escolha, não é neutro, por isso, cabe ao historiador a crítica e problematização. Afinal, o que merece reconhecimento, ser preservado e considerado um bem cultural? Cabe problematizar que esse processo não deixa de ser seletivo.

Nessa perspectiva, apresentar aos alunos o patrimônio local é, num primeiro momento, confrontá-los com a própria realidade. Problematicar as questões locais, analisar as próprias práticas, observar que o local, o regional e o nacional não estão desconectados, torna o ensino de história mais instigante, democrático e significativo para os educandos. A educação patrimonial e/ou educar para o patrimônio, nessa perspectiva,

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4)

A relação das sociedades e do Estado com o patrimônio têm mudado, se ampliado, ganhando novos contornos e representações ao longo dos anos. No Brasil, a educação patrimonial, que em um primeiro momento, esteve ligada a museus, apresentando uma história, a princípio recortada e distante da realidade de muitos educandos, agora se projeta levando em consideração o cotidiano dos sujeitos e as peculiaridades do lugar. Todavia, nota-se que

Inúmeras ações de importância na área de Educação Patrimonial estão sendo desenvolvidas hoje no Brasil, por instituições públicas, organizações não governamentais e municípios. Dispersas em suas localidades de origem, muitas dessas ações poderiam ter um alcance e visibilidade maior, estimulando projetos em outras partes do país, mas acabam circunscritas às municipalidades e, quando muito, à região circunvizinha. São ações que revelam uma multiplicidade de estratégias possíveis em Educação Patrimonial, cada qual adaptada a seu contexto e objetivos específicos e que configuram essa nova área de atuação denominada de Educação Patrimonial, cujos princípios e conceituação ainda estão por serem construídos num debate coletivo. (Scifoni, 2012, p. 31).

Muito se tem avançado nos objetivos e resultados de se educar para o patrimônio, porém, ainda temos bastante coisa a fazer. As políticas educacionais e culturais precisam, cada vez mais, serem ampliadas, para que, de fato, possamos ver a pluralidade de sentidos que os sujeitos atribuem aos lugares, suas práticas e à própria história.

Os projetos de educação patrimonial desenvolvidos na rede pública de educação da cidade de São Martinho da Serra no Rio Grande do Sul, idealizado por alunos e professores da Universidade de Santa Maria (UFSM), trouxeram contribuições importantes para a nossa pesquisa e para o desenvolvimento do nosso projeto “*Memórias da fé*”.

Na elaboração deste projeto, nos espelhamos nos procedimentos de preparação dos alunos e professores, para a aplicação do que se almejava: educar para o patrimônio. Assim, utilizamos uma metodologia participativa, com a interação de alunos, professores e comunidade. Nosso projeto de educação patrimonial tem logrado êxito perante a escola e a sociedade, todavia, tem nos desafiado naquilo que seria nosso ponto fraco: reinventarmo-nos enquanto professores-pesquisadores.

### **CAPÍTULO 3: O FESTEJO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM BOCAINA-PI E O PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL “MEMÓRIAS DA FÉ”.**

#### **3.1 MEMÓRIAS DA FESTA: Devoção e práticas socioculturais.**

No alvorecer do dia 29 de novembro, devotos de Nossa Senhora da Conceição chegam à Bocaina após uma longa caminhada de 22km (saindo de Picos). Entre foguetes, músicas, preces e promessas (pagas ou prometidas), inicia-se oficialmente os festejos da padroeira desta cidade. Mas, nem sempre foi assim, o festejo se ressignificou ao longo dos anos e é o que veremos agora a partir das memórias dos fiéis.

Como já mencionamos no capítulo 1, o festejo de Nossa Senhora da Conceição, inicia-se no ano de 1754, com a finalização da construção de uma capela ordenada pelo colonizador português, Antônio Borges Marinho. Esta história é relatada por memorialistas locais e tornou-se a história oficial do município de Bocaina, na qual é ensinada nos lares, escolas e demais espaços onde o assunto emerge.

Essa narrativa, que é passada de geração a geração pela oralidade, nos revela como os bocainenses constroem sua identidade enquanto um grupo pertencente a um lugar. A devoção e as práticas socioculturais expressas no festejo são o ponto chave que despertam o sentimento de pertencimento coletivo que conecta as pessoas da comunidade.

**Figura 7:** Imagem original de N. Sra. Da Conceição



**Fonte:** Acervo do autor.

A história local traz que a primeira missa em louvor a N. Sra. da Conceição foi celebrada pelo jesuíta João Sampaio (trazido por Borges Marinho), na data de 8 de dezembro de 1754. O colonizador português conduz a estátua da Santa, que mandara trazer de Portugal, até o altar, e oficializa a devoção à N. Sra. da Conceição e a proclama como padroeira da fazenda boqueirão (hoje Bocaina).

Oscar de Barros Sousa no seu livreto intitulado “Bocaina e Nossa Senhora da Conceição: Influência colonial portuguesa e defesa do dogma da mãe de Deus” (2005), traz uma discussão interessante sobre o reconhecimento por parte da Igreja Católica à devoção a Maria (mãe de Jesus Cristo) como Santa. Vejamos:

Em 1854, a oito de dezembro, o papa Pio IX oficializa o dogma de Nossa Senhora da Conceição. Se desde os primórdios da igreja, a fé popular já aclamava a Santa, a partir daquela data a igreja reconhecia o que o povo já tinha visto antes. A igreja admitia que Deus suspendeu, por milagre, o contágio hereditário da falta original (Sousa, 2005, p. 7-8).

Essa oficialização do dogma de Nossa Senhora da Conceição pelo Papa Pio IX em 1854, se dá através da Bula papal “*Ineffabilis Deus*”. De acordo com Sousa (2005), considera-se relevante o fato de que 100 anos antes da divulgação da Bula do Papa Pio IX, em Bocaina já se tinha a prática devocional à N. Sra. da Conceição.

Muito embora o dogma à N. Sra. da Conceição tenha sido promulgado pela Igreja Católica em 1854, a devoção a mesma vem desde muito antes e com o próprio aval da Igreja. Nossa Senhora da Conceição foi considerada padroeira de Portugal no ano de 1646, tornando popular entre os lusitanos e em toda a lusofonia<sup>19</sup>.

Se o Brasil foi colônia de Portugal e Antônio Borges Marinho um dos cidadãos portugueses que veio ao novo mundo em busca de terras, progresso pessoal e reconhecimento da realeza, pressupomos então, pela lógica dos fatos, que o colonizador que fez moradia nas paragens do sertão piauiense, trouxe consigo sua cultura, ou seja, sua fé e devoção a N. Sra. da Conceição.

Nessa perspectiva, o que Sousa (2005) concebe como algo destacável – o fato de que na fazenda bocaina já se praticava a devoção à Imaculada Conceição desde 1754 (100 anos antes da bula “*Ineffabilis Deus*”), é um reflexo das configurações pessoais de

---

<sup>19</sup> Informação extraída de artigo publicado no site da Uol Educação em forma de entrevista com o padre e professor da PUC-SP, Felipe Cosme Damião Sobrinho, por Matheus Adami em 08 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/12/08/nossa-senhora-da-conceicao-conheca-a-historia-e-a-oracao.htm>. Acesso em: 03 de jan. 2024.

Antônio Borges Marinho, portanto, um indivíduo que nasceu e cresceu em Portugal, uma nação que já tinha N. Sra. Da Conceição como padroeira desde 1646.

Após a capela de Bocaina ser edificada em 1754, ficou sob o comando da família de Borges Marinho, ou seja, era propriedade privada, só anos mais tarde se integrou a estrutura institucional da Igreja Católica. De acordo com a tradição oral, as celebrações religiosas na capela ficavam a cargo do padre João Sampaio e que quando os jesuítas foram expulsos do Brasil por Marquês de Pombal, Antônio Borges Marinho não aceitou tal decisão e o escondeu em suas terras.

João Sampaio, envelhecido e doente, faleceu em Bocaina e foi enterrado dentro da capela de N.Sra. da Conceição, prática comum na época e que foi interrompida somente anos mais tarde com a construção de um cemitério. Vale ressaltar que as pessoas que eram sepultadas dentro da igreja tinham uma posição social de destaque, cabendo ao restante das pessoas o sepultamento nos arredores da igreja.

Quando Antônio Borges Marinho faleceu, a procuração da igreja ficou com seu filho, Raimundo de Sousa Brito. E quando este morreu, repassou também “a chave” da igreja para seu filho. Observa-se, portanto, que a capela além de ser propriedade privada da família Borges Marinho, era comandada por pessoas consideradas socialmente importantes para aquele lugar. Vejamos:

Muito doente, já prevendo sua morte entregou para seu filho, Manuel de Sousa Brito, a procuração da Igreja e em 1840 faleceu. É necessário ressaltar que nesta ocasião a igreja de Bocaina era de propriedade da família Borges Marinho. Só anos mais tarde é que a capela passa a incorporar a estrutura oficial da Igreja Católica. Convencionou-se, entre os moradores daquele tempo, a “procuração” da igreja. Quem a tivesse era a pessoa que respondia pela administração da capela. Antes de falecer, Manuel de Sousa Brito, entregou a procuração da Igreja ao seu sobrinho Antônio Borges Leal. Em 1895, Antônio Borges Leal reformou o teto e outras partes desgastadas da igreja e construiu um cemitério como propriedade da mesma, proibindo em se enterrar na igreja pessoas da família, como vinha sendo praxe. Em 1901, perto da sua morte, Antônio Borges entrega a procuração da igreja para seu irmão Vicente Leal. Neste mesmo ano ainda foi sepultado na igreja o padre Manuel Florêncio da Canabrava, que frequentava e celebrava aos domingos missa na Bocaina. Vicente Leal em 1925 passa o comando da a Benvido Francisco da Luz, que construiu a sacristia e um coro. Cícero Gomes Vieira recebe a procuração da igreja de Benvido Francisco da Luz e reforma o altar de Nossa Senhora da Conceição. Logo depois entrega a administração para Francisco José de Sousa Leal, que construiu uma torre de 22 metros na frente da igreja em 1951 (Sousa, 2005, p. 16).

O comando da capela de N. Sra. da Conceição, como podemos observar, foi exercido por anos pela família Borges Marinho, seus descendentes e pessoas influentes

da sociedade. É importante pensarmos nesse comando dos gestores da igreja, pois os festejos acabam também passando pelo controle desses procuradores. A importância da capela de Bocaina foi registrada também em matéria de jornal, como se observa em “A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889”, em artigo publicado em 20 de julho de 1870, no setor de publicações gerais, pelo auto nominado “O Liberal Velho”.

[...] Esteve entre nós o respeitavel conego João de Souza Martins, até o dia 23 do corrente, praticando todos os actos de seu ministerio com o infatigavel e sollicitude com que sempre tem desempenhado os seus deveres quer como vigario da freguesia de N. S. da Victoria de Oeiras, quer como vigario geral, e quer como visitador, que tem sido em tres epochas diversas, desde 1839 até hoje, Durante este periodo ministrou o Sacramento da Confirmação á mais de mil pessoas, fez cerca de cem baptisados, e muitos casamentos, sobrando-lhe ainda tempo para visitar a capella de N. S. da Conceição da Bocaina, distante d’aqui 5 leguas, o cemiterio, as aulas primarias, e outras repartições públicas. [...] (A Imprensa, 20 de julho de 1870, p. 4)<sup>20</sup>.

O cônego, João de Souza Martins, foi um influente vigário com atuação na província do Piauí durante o período do Império, atuando também na política<sup>21</sup>. A presença de uma figura de prestígio tanto no clero como na política piauiense, na capela de N. Sra. da Conceição, revela-nos que a religiosidade católica em Bocaina já se destacava na província.

Outro exemplo de figura influente e de prestígio que visitou Bocaina e sua religiosidade católica, foi o jurista, escritor e político, Antônio Coelho Rodrigues, como mostra o jornal “A Imprensa”, em publicação do dia 11 de abril de 1869: “[...] compartilhassêmos umas idéas e as apregoasse em pública reunião no dia 8 de dezembro na Bocaina por ocasião da festa do Orago da capella, que ali existe. [...]”.<sup>22</sup>

Os artigos jornalísticos acima mencionados são úteis para analisarmos como a religiosidade católica em Bocaina, expressa no festejo de N. Sra. da Conceição, e onde essa festividade acontece, ou seja, na capela destinada a referida Santa, repercutem na província do Piauí, atraindo pessoas diversas, influentes no clero e na política. Podemos dizer que a fama do festejo de Bocaina ultrapassa suas fronteiras.

---

<sup>20</sup> Trecho de artigo publicado no periódico “A Imprensa”, publicações gerais, em 20 de julho de 1870, Picos, p. 4, pelo auto nominado “O liberal velho”. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

<sup>21</sup> Ver Cônego João de Souza Martins / Reginaldo Miranda. 2022. Disponível em: <https://www.portalentextos.com.br/post/conego-joao-de-souza-martins>.

<sup>22</sup> Firmino de Souza Martins. 1869. ALGUMAS PALAVRAS AO SR. DR. A. C. RODRIGUES E AO PÚBLICO. A Imprensa. 11 abr. 1869.

A igreja e o festejo de N. Sra. da Conceição estabelece, com o tempo, o que chamamos na História de mudanças e permanências. O festejo de Bocaina fez parte das vivências não só de membros do clero e da política piauiense, como o jornal “A Imprensa” nos revela, mas também das experiências de literários e poetas, como é o caso de Fontes Ibiapina, que em seu romance “Sambaíba” (1963) bem descreveu a festividade em louvor a N. Sra. da Conceição de Bocaina.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da capela do povoado Bocaina – (capela que tem para uns duzentos e poucos anos) – é uma das Santas mais milagrosas das quebradas do Piauí. Suas festas, (de primeiro a oito de dezembro), são das mais bem concorridas. Não pode haver festejo maior. De um a oito de dezembro Bocaina é mais movimentada do que qualquer dia de festa nos PICOS. Por aquelas cercanias há gente e mais gente que tem promessa a pagar à Santa. Mesmo os que não devem promessas se botam para lá, porque as festas são mesmo animadas (Ibiapina, 1963, p. 227).

Fontes Ibiapina, além de escritor, foi advogado e juiz de direito. Nasceu em Picos-PI no ano de 1921 e faleceu em 1986 na cidade de Parnaíba-PI. É detentor de uma vasta obra (que se divide entre contos, romances, crônicas, folclore e teatro) de sucesso regional. Foi membro da Academia Piauiense de Letras, sendo consagrado como um dos seus melhores escritores e pesquisado por estudiosos da literatura piauiense.

Em “Sambaíba”, Ibiapina traz as vivências do sertão piauiense e nos revela a fama e grandiosidade do festejo de N. Sra. da Conceição, já tão falada nessa pesquisa. Na concepção do escritor, o festejo de Bocaina é o maior da região, superando até mesmo as festas religiosas de Picos (cidade que detinha o domínio político e administrativo sobre Bocaina). Bocaina era povoado de Picos e sua emancipação ocorreu em 10 de abril de 1964.

Ibiapina, também nos revela uma das mudanças que ocorreram no festejo de N. Sra. da Conceição. Ele relata que a festa acontecia do dia primeiro a oito de dezembro, diferente do que acontece nos tempos atuais, sendo tal festividade realizada entre 29 de novembro a oito de dezembro.

Todavia, uma das características do festejo que Fontes Ibiapina traz e que se mostra como uma das permanências dessa festividade, é a animação das festas e a movimentação de pessoas em Bocaina durante o período em questão. O autor de “Sambaíba” não está se referindo apenas à devoção à Santa, mas também às outras práticas que fazem parte do festejo de Bocaina. Ele continua,

Os pátios do povoado repletos de latadas e bancas. Movimento pesado. Bancas de Bôlo, de bebidas, frutas. Bancas de jogos, de mercadorias diversas. Barracas de toda espécie e natureza. Bancas de um-tudo que se desejasse. Tinha até um carrousel. O povo se sentava nas cadeiras. Quando as bancadas atupetadas, o proprietário, que era ali um sujeito importante, saía recebendo de cada um a importância da rodada. Depois o cabra da concertina puxava no fole, e um sujeito bolia na estroenga do bicho. O carrousel velho rodava, rodava com tanta velocidade, chega quem estava de fora não via bem os que estavam rodando. Aquilo era que era diversão! Muitos, depois da rodada, saíam baldeando, botando o feijão pra fora, dando de-comer às formigas. Mas satisfeitos. Vomitavam com gosto. A maior invenção do mundo, aquele tal de carrousel! Festa animada. Os pátios repletos de luzes de lamparinas. As casas do povoado não davam vencimento à rancharia daquele povão. As ruas atupetadas de gente, de ponta a ponta. Muitos não aguentavam o banheiro e dormiam no chão – pelas calçadas, pelo patamar da igreja, por aquelas quebradas de morros. Outros se divertiam a noite toda – dançando, bebendo, jogando, namorando, fazendo outras coisas (Ibiapina, 1963, p. 227-228).

As memórias que Ibiapina relata em “Sambaíba” sobre o festejo de N. Sra. da Conceição em Bocaina, conectam-se com o que já discutimos nesta pesquisa, ou seja, que a festividade Mariana não se reduz ao espectro apenas do sagrado. O profano, portanto, faz parte do festejo e representa para os devotos um complemento e/ou parte integrante da festa.

As práticas profanas se originam a partir das práticas devocionais à Santa padroeira de Bocaina. Para os devotos de N. Sra. da Conceição, o festejo não é só as novenas/missas, mas também a diversão. É o que Bakhtin (1999) vai pensar ao desenvolver o conceito de “Carnavalização” e partindo deste, Chagas (2020) propõe a ideia de Carnavalização-afeto para analisar um festejo religioso (discussão já refletida nesta pesquisa).

Os sujeitos subvertem os sentidos originais atribuídos a determinadas manifestações culturais, imprimindo suas necessidades, particularidades, a tais manifestações, que por sua vez, ressignificam-se. Bakhtin (1999), ao analisar o carnaval no medievo, pensa a Carnavalização a partir das práticas populares em relação ao carnaval, que se distorcem dos sentidos que a igreja atribua a este evento.

O Festejo de N. Sra. da Conceição em Bocaina se conecta, portanto, com a “Carnavalização-afeto” proposta por Chagas (2020). Os devotos atribuem sentidos a essa festividade, subvertendo e diferindo da vontade dos representantes eclesiásticos da igreja católica. Vejamos:

[...] É... uma coisa também assim que me lembrou da minha adolescência que foi antes do da do período das barracas e das serestas era que um momento que foi construída aquela praça, a praça Borges Marinho que fica ali na na na antiga

igreja que foi demolida né, é... então a praça era um local de encontro da juventude e as pessoas ficavam circulando em redor a praça, uns no sentido e outros noutros, justamente para acontecer os encontros né e as pessoas os jovens ficavam ali é circulando a praça os que tinham namorado ficavam circulando com os namorados os que não tinham ficavam circulando para tentar encontrar alguém que estava paquerando né ou mesmo ser visto para arranjar alguma paquera, isso no período cedo da noite, era o espaço assim que era frequentado por todos. E tinha também os bares, aquelas moças mais modernas e os rapazes que tinham namorada, depois iam também para os bares, aí tomava uma re um refrigerante uma cerveja né, isso foi antes do período das serestas e das barracas depois foi que surgiram as festas nas nas barracas cobertas de lona ou de palha com os seresteiros, né... aí houve um momento também que teve um conflito porque a igreja não aceitava mais as festas no período do festejo porque achava que os donos de clube estavam se usufruindo do ensejo do festejo para promover festa, teve polêmicas pesadas né, porque na realidade a igreja nunca entendeu que um grande festejo sempre vai ter um centro de romaria, sempre vai ter o lado religioso e o lado profano, e eles acham que o direito é só deles e que naquele momento só tem que acontecer o... o lado religioso, e isso nunca vai ser só assim. É, os próprios teólogos mostram que os grandes centros de romarias tem aquelas pessoas que vão pelo pela devoção ao Santo e outros que vão para encontrar o namorado, para vender o produto, com os mais diversos fins, para reencontrar os amigos né, é... para exibir a roupa nova, isso sempre gerou um conflito dentro dentro do da concepção da igreja, que eles acham que tudo tem que ser direcionado para ele, que todas as rendas têm que ser deles, aí eles não são muito assim amante das pessoas que promovem festa para arrecadar é... dinheiro ou pra ganhar dinheiro nesse período. eles não gostam né, porque eles querem que o centro seja só o festejo religioso [...].<sup>23</sup>

As memórias relatadas de Deolinda Maria de Sousa Marques, sobre o festejo de Bocaina, corroboram a ideia de que o período festivo em louvor a N. Sra. da Conceição reúne práticas plurais, que vão da devoção (a dimensão do sagrado) à diversão (o profano). O que se percebe ao analisar os depoimentos, as memórias da fé desses devotos, é que as práticas profanas não são uma afronta a Santa padroeira de Bocaina, ao tempo que não concordariam com a imposição da igreja a pôr um fim a esta diversão que as pessoas experienciam nos bares, parques, ruas, becos e casas de shows, durante os dias de festejo.

Nas memórias da fé de Maria Helenita de Carvalho, também observamos estes conflitos colocados por Deolinda Maria de Sousa Marques, entre membros do clero e as práticas populares durante o festejo de N. Sra. da Conceição. A religiosidade popular em Bocaina também produziu tensões com alguns sacerdotes. Helenita diz:

[...] uma coisa puxa a outra né? Eu acho que uma coisa puxa a outra. O nome já tá dizendo: festejo. Eu acho que o festejo não é só a parte como a igreja diz, a parte religiosa não, tem a parte profana, uma parte puxa a outra né. Alguém que vem para a parte da igreja, acaba ficando pra uma festa, quem vem pra festa acaba vindo mais cedo pra igreja também, eu acho que uma coisa não

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida por Deolinda Maria de Sousa Marques em 21/07/2023.

atrapalha a outra. Durante muito tempo houve essa confusão na Bocaina, de a igreja querer proibir... pra você como nunca foi, é... essa coisa sempre existiu, que em 1950 o padre da época, o padre Madeira, não celebrou a missa de 8 de dezembro, inclusive fechou a igreja para nenhum fiel entrar dentro, por conta das coisas profanas que eles falavam que existia e que se tivesse não tinha missa, ou só podia ter uma das duas coisas. Então, em 1950 não se celebrou a missa do dia 8. O padre Madeira fechou a igreja, mandou que fechasse, ele não, o encarregado, fechasse a igreja e que não era pra ser aberta dia 8. A igreja foi aberta de 8 de dezembro à tarde porque a mãe do senhor Neno Marco morreu... e se é costume se passar com os corpos na igreja e ele veio na casa do encarregado, Cícero Gomes, e Cícero Gomes disse que não entregava a chave para abrir a igreja, que era ordem do padre. Aí ele disse: “ai você não dá não?”, “pois eu vou entrar com minha mãe dentro da igreja!”, “eu vou derrubar a porta da igreja!”, “você quer ver? Você me acompanhe!”. Ele disse: “não, não, pois tome a chave. Não precisa disso tudo não”. Então, em 1950 já houve isso e 1982 também, o padre Hermínio não celebrou a missa do dia 8, não teve procissão no dia 8, por conta que não podia haver festa dia 7 de dezembro... e houve festa dia 7 de dezembro e ele não celebrou a missa dia 8. Em 2002 repetiu-se a história, o então padre Manuel, cismou que se tivesse festa na quadra dia 7 de dezembro não celebrava a missa dia 8, e houve a festa na quadra e houve a missa dia 8, porque dia 7 ele adoeceu, ele desmaiou na missa, desmaiou em cima da mesa do altar, e o então, na época nós estávamos, a... paróquia, a diocese estava sem bispo, nós tínhamos um administrador que era o padre Bezerra e tinha vindo celebrar dia 7, e disse ao povo que dia 8 celebrava a missa e veio celebrar! E autorizou fazer a procissão, e houve a procissão, mas sem padre, ele não poderia ficar e não teve padre... a procissão foi feita só pelos fiéis. Então desde sempre teve as festas, claro que tudo ao seu tempo né, há 20, 50 anos atrás, não tinham os shows que tem hoje né, era tudo no seu tempo, mas sempre existiu as festas, porque é festejo, uma coisa traz outra, movimenta a economia da cidade nesse tempo, não adianta... compra roupa, compra calçado, compra um perfume, compra uma coisa, vai pras festas, dá uma saidinha, anda no parque, movimenta a economia da cidade [...]”<sup>24</sup>.

Com estes depoimentos, torna-se evidente que o campo da religiosidade popular é também conflituoso e que os sujeitos subvertem, por muitas vezes, ordens que lhes tiram os sentidos e significados da festividade religiosa. Não é o que o padre pensa sobre a moral/conduta cristã que deveria ser intrínseca ao festejo, mas o que os devotos concebem como parte inerente da própria festa.

Flanando pela cidade, interrogo as pessoas aleatoriamente: e se não tivesse mais as barracas, os shows, os bares, o parque, as bebedeiras, durante o festejo de N. Sra. da Conceição? As respostas são imediatas, rápidas e convictas, sem um piscar de olhos: “ah, aí não seria festejo né...”, “rum, que conversa é essa, rapaz? Tá doido!”.

Para os bocainenses (talvez não todos, mas provavelmente a maioria), devotos da Santa padroeira que participam do festejo, sagrado e profano não são antônimos (com a licença e o perdão da semântica), mas partes integrantes desse período festivo em louvor a N. Sra. da Conceição.

---

<sup>24</sup> Entrevista concedida por Maria Helenita de Carvalho em 10/04/2023.

O festejo precisa das práticas ordinárias (Certeau, 1998) para sobreviver e ser o que é, no imaginário da população, nos modos de fazer das pessoas comuns, no contra-ataque às regras, condutas, controles e convenções impostas por ordens dominantes. As práticas cotidianas, culturais, populares são plurais e fogem dos preceitos de qualquer sacerdote que seja.

Analisando a questão da economia local, que durante o período festivo se beneficia, como Deolinda e Maria Helenita pontuaram, observamos que a movimentação de pessoas (devotas ou apenas interessadas nas diversões), atraem para a cidade bastante consumo de bens e serviços, o que podemos destacar como um dos pontos do turismo religioso que acontece em Bocaina neste período específico, ou seja, visitantes de outras cidades que atraídos pela devoção ou pela diversão, ativam a economia do município. Wlisses de Moura Alencar (40 anos) nos demonstra essa questão da economia local:

[...] trabalho há 20 anos já com festa no período dos festejos. Sou devoto de Nossa Senhora da Conceição. Devido ser dono de bar e trabalhar com eventos durante os festejos, procuro tirar um dia pra ir à novena. Já participei sim da caminhada, é uma tradição de todo bocainense. Devido a grande presença de devotos de Nossa Senhora da Conceição, nota-se um movimento bem maior do que os outros períodos do ano. Festejos de Bocaina é um momento de reflexão e de muito trabalho, pois é um período que a nossa cidade se enche de alegria e devoção, aumentando a fé e dando renda pra nosso povo [...]<sup>25</sup>.

Wlisses, produtor de eventos em Bocaina, corrobora a reflexão de que o festejo de N. Sra. da Conceição é um momento de devoção e alegria para os bocainenses, onde o movimento (circulação) de pessoas aumentam e conseqüentemente, também, a renda dos trabalhadores desse município que ofertam serviços que se relacionam diretamente ou indiretamente com o festejo. Nessa perspectiva, se faz concreta a reflexão de que o festejo ativa a economia local.

Época em que se compra uma roupa nova, um calçado novo, onde se elevam as chances de uma paquera, um namoro. É tempo de festa, de diversão, de reencontros, de regressos à terra natal por parte daqueles que nasceram e cresceram em Bocaina e que por algum motivo tiveram que procurar outros lugares para morar. Os bocainenses sabem muito bem como celebrar e mesmo saindo de Bocaina, esta, não sai deles.

Todos os anos, os devotos da Santa padroeira de Bocaina aguardam ansiosos pelo festejo. Seguem os rituais dessa festividade que se ressignifica ao longo do tempo. Há

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Wlisses de Moura Alencar em 14/07/2023.

mudanças e permanências nesta festividade que se relacionam com o ambiente, com o contexto, com as vontades e desejos que são próprias da comunidade (de criar, recriar, mudar, reinventar, manter, salvaguardar) e das práticas cotidianas. O festejo é uma construção social.

**Figura 8:** Imagem de N. Sra. da Conceição erguida por uma devota.



**Fonte:** Acervo pessoal de Isalina Brito.

Os rituais que regem o festejo de N. Sra. da Conceição em Bocaina ganham novas configurações ao longo dos anos. Na fotografia acima, uma devota ergue a imagem da Santa padroeira no alvorecer do dia 29 de novembro de 2023. Na ocasião, os devotos estavam chegando à frente da igreja matriz de N. Sra. da Conceição, após a romaria de Picos a Bocaina.

Esta caminhada é uma tradição do festejo que foi formalmente instituída em 2004 pelo padre José Pio Feitosa Marinho. A romaria já era realizada, mas por iniciativa própria de alguns fiéis e em dias aleatórios. Com o padre Pio (como é mais conhecido), a igreja formalizou a romaria como uma das práticas devocionais pertencente a programação do festejo de Bocaina.

O festejo de Nossa Senhora da Conceição nos últimos anos, se tornou ainda mais conhecido no estado devido a uma caminhada que acontece de Picos a Bocaina, do dia 28 de novembro para o dia 29, onde é realizada uma missa na igreja de São José Operário no bairro São José, e de lá saem vários fiéis

acompanhadas da imagem de N. S. da Conceição com destino a Bocaina, um percurso de 22 km realizados durante a noite e madrugada, chegando a Bocaina ao amanhecer do dia 29, os devotos fazem esse trajeto rezando, cantando, e agradecendo a Nossa Senhora por todos os pedidos alcançados ao longo do ano. Esta caminhada é chamada por muitos como romaria, devido a cada ano, o número de fiéis aumentarem, buscando principalmente a devoção e a penitência. No começo a caminhada acontecia individualmente, devotos faziam promessas, e vinham pagar sozinhos, de várias formas, e uma delas era a caminhada que também é uma forma de penitência, o número de devotos que faziam esse tipo de promessa foi aumentando, depois de alguns anos se pensou a possibilidade de fazer essa caminhada de forma organizada, e a ideia deu certo, a caminhada mobiliza um número muito grande de fiéis, pessoas que moram entre Picos e Bocaina, passam a noite acordados esperando a imagem passar, muitos disponibilizam água para os fiéis, outros lanches, enfim tentam contribuir com essa romaria cada um à sua forma. (Rocha, 2016, p. 83-84).

A romaria de 22km, onde os devotos seguem a Santa, com louvores e orações, com exceção de 2005 (quando a caminhada foi iniciada em Sussuapara), iniciava-se na igreja de São José Operário, em Picos, após a missa, passando a ser realizada anos mais tarde a partir da praça Antenor Neiva, defronte ao Hospital Regional Justino Luz.

O padre Pio, também, criou em 2004 a peregrinação da imagem de N. Sra. da Conceição entre as casas dos bocainenses residentes em Teresina (capital do Piauí), encerrando com a missa na igreja Nossa Senhora de Lourdes no bairro Vermelha, instituindo outra prática devocional do festejo que virou tradição.

Em 2023, o atual pároco de Bocaina (Padre Francisco Antônio Feitosa), criou a peregrinação da Santa entre os lares dos bocainenses que residem no Estado de São Paulo, indicando a criação de outra prática devocional que provavelmente se tornará tradição dessa festividade.

Nota-se, portanto, mudanças, permanências e novas criações referentes às práticas religiosas durante o festejo de N. Sra. da Conceição em Bocaina. A partir das memórias da fé, observamos como essa manifestação cultural do catolicismo popular se ressignificou nos rituais dessa festividade e ganhou novos contornos nas vivências dos devotos da Santa padroeira. Vejamos:

[...] As lembranças que eu tenho da minha infância e da minha adolescência são bem diferentes do festejo de hoje, eu lembro bem que antes era as novenas, exclusivamente só a novena do dia 29 ao dia 7, e no dia 29 de madrugada tinha alvorada. A alvorada era apenas com foguetes, e o bater do sino, então tocava-se assim muito o sino festivamente e soltava-se fogo ao amanhecer, ainda no escuro, era a alvorada do dia 29. Aí na noite começavam as novenas que eram apenas aquelas orações iniciais da novena né, é... as Ave Maria, as três Ave Maria, a ladainha e o bendito de Nossa Senhora. Essa novena, as orações eram rezadas por uma única pessoa, da minha lembrança era Chico Leal de Moura Fé, o doutor Moura Fé, e tinha o coro na igreja que era uma parte de madeira

que era construído no final da igreja, onde ficavam as cantoras, que elas cantavam o “a nós descer divina luz”, as Ave Maria né, três vezes, a ladainha e o bendito, então era simplesmente isso, e terminava e as pessoas iam para casa. Eu lembro de alguns anos que... quando eu já era maior que tinha as quermesses, uma quermesse em frente à igreja que era o quê, eles construíram um espaço, cercava com palha de coco, e lá tinha as brincadeiras né, as moças que prendiam os rapazes para soltar, da, dava uma contribuição que era uma forma de arrecadar dinheiro para a igreja, é... tinham apresentações, elas trajavam uma roupa diferente e ficava lá que era a... chamava as quermesse, é... teve um ano também que teve o bailado, que era um grupo de moças que saíam nas casas dançando, finalzinho da tarde, e arrecadando também, os donos das casas davam aquela contribuição para o festejo. É... com o passar do tempo, começaram a surgir, é... também outras atividades além da quermesse, mas isso já nos anos, final dos anos 70, 80. Então tinha a novena do dia 29 ao dia 7, no dia 8 tinha a missa sem a presença do padre, era só as pessoas mesmo da comunidade que faziam as novenas, no dia 8 tinha a missa e à tardinha a procissão com a imagem. Depois, já na minha adolescência foi que as missas foram introduzidas durante o novenário, não é mais só novena, é novena-missa, e teve uma época também que surgiram é... as barracas, foi naquele período do apogeu das serestas, os cantores que cantavam individualmente música de estilo seresteiro, porque a gente sabe que na década de 60/70 surgiram as bandas né, que eram chamados conjuntos e tinha as festas dos clubes, mas os anos 80 foram marcados pelos seresteiros, então eram construídas barracas na cidade onde as pessoas logo depois da novena é... vinham para as barracas tomar cerveja, brincar, é... conversar e ouvir música em tom baixo cantado por um seresteiro, então isso foi o que essa transformação do lado mais... vamos dizer assim, mais de animação do festejo que surgiu também esse lado é... isso associado às festas de clube, que tinha as festas de clube, nos clubes bocainense né, depois passou a ser no Reencontro né, que sempre tinha essas festas no período do festejo, mas não eram todas as noites, e antes, cedo da noite, tinha as festas nas barracas com os seresteiros [...]<sup>26</sup>.

A descrição do festejo a partir das memórias da fé de Deolinda, corroboram as de Maria Helenita, que por sua vez, revela-nos que as práticas culturais da religiosidade popular em Bocaina, modificam-se ao longo do tempo. O ambiente, o contexto e o cotidiano, despertam novas necessidades e vontades das pessoas que querem e buscam uma festa cada vez mais bonita e animada.

Desde que a igreja de Bocaina passou a integrar a estrutura administrativa da Igreja Católica, vários sacerdotes exerceram a função de responsáveis por ela. De comunidade à área pastoral e depois, no dia 27 de outubro de 2007, é criada a paróquia de N. Sra. da Conceição, pertencente à Diocese de Picos. O pároco de Bocaina, passa a administrar as comunidades pertencentes ao território onde a igreja Matriz (paróquia) está inserida.

Essa elevação eclesiástica da igreja de Bocaina, dentro da estrutura institucional da Igreja Católica, ganha sentidos de importância junto ao bispado a partir das atribuições

---

<sup>26</sup> Entrevista concedida por Deolinda Maria de Sousa Marques em 21/07/2023.

e práticas dos fiéis durante o festejo de N. Sra. da Conceição. A criação do rito de peregrinação da Santa pelas residências de devotos bocainenses em Teresina, por exemplo, revela-nos uma intenção de projetar o festejo da padroeira de Bocaina para além do local, ou seja, a nível estadual, reforçando assim, a ideia de que um bem cultural produz o sentimento de identidade coletiva, despertando o desejo de valorização e reconhecimento do mesmo pela comunidade. É um ganho simbólico, tanto para os fiéis quanto para os eclesiásticos.

Todavia, interessa-nos nesta pesquisa, as memórias referentes ao festejo de Bocaina. Por isso, iremos no próximo tópico abordar um fato específico que perturbou e ameaçou as memórias da fé de alguns devotos. Estamos falando da demolição e reconstrução da igreja Matriz de N. Sra. da Conceição. Desde que tal projeto foi pensado e elaborado, várias foram as críticas e polêmicas. De um lado, os que defendem a reconstrução, e do outro, os que são contra e condenam.

### **3.2 TOMBAR OU DERRUBAR? (In)consciência patrimonial e a disputa pela memória na reconstrução da igreja católica de Bocaina/PI.**

Uma das funções do historiador é analisar o objeto pesquisado com certo distanciamento, de forma imparcial, mesmo que saibamos que na prática, não existe neutralidade, nem na pesquisa e muito menos na vida. Todavia, iremos apresentar as disputas pela memória acerca da reconstrução da igreja de Bocaina, sem julgamentos preconcebidos.

O projeto de reconstrução da igreja de Bocaina, que primeiramente foi anunciado como reforma da igreja, ao ser elaborado e divulgado para a população, gerou polêmicas. O pároco Francisco Antônio Feitosa (o padre Feitosa), emitiu aos fiéis a preocupação em relação à segurança deles, pois a igreja apresentava diversas rachaduras, o que poderia ocasionar uma tragédia, mais cedo ou mais tarde.

Muitos devotos se posicionaram a favor do pensamento do padre Feitosa com relação ao risco de a igreja desabar possivelmente sobre “a cabeça das pessoas”. A partir de então, iniciou-se uma discussão por parte da sociedade sobre a reforma ou reconstrução da igreja Matriz de N. Sra. da Conceição.

O grupo que se posicionou contra à reconstrução da igreja, com destaque para José Marques Filho (vereador), José Rodney Leal Brito (bancário aposentado), Deolinda Maria de Sousa Marques (professora aposentada) e Maria Helenita de Carvalho

(professora), alegaram que a igreja é patrimônio do povo de Bocaina, portanto, um bem histórico-cultural da cidade e que sua demolição representaria um apagamento da memória coletiva e da própria história de Bocaina.

Os debates acerca do projeto de reconstrução (que vale repetir: primeiro se apresentou como uma reforma) da igreja geraram discussões acaloradas dentro e fora do templo (como por exemplo, nas redes sociais). Um abaixo-assinado foi criado pela igreja para consultar à população sobre o projeto em questão, se eram a favor ou contra, mas alguns dos que se posicionaram contra, alegam que o abaixo-assinado foi manipulado pelos devotos(a)s que seguiam às orientações do pároco.

No dia 23 de setembro de 2022, pela manhã, foi realizada uma audiência pública na câmara municipal de Bocaina, para discutir a reforma, reconstrução ou preservação da igreja de Bocaina. O auditório da casa legislativa lotou de devotos que eram tanto a favor como contra a reconstrução<sup>27</sup>.

**Figura 9:** Audiência pública na Câmara Municipal de Bocaina.



**Fonte:** Portal Cidadesnanet.com.

---

<sup>27</sup> Ver “Audiência Pública discute reforma e preservação da Igreja de Bocaina como patrimônio e foca em segurança. Entenda!” / Willians Sousa. 2022. Disponível em: < <https://cidadesnanet.com/news/destaque-3/audiencia-publica-discute-reforma-e-preservacao-da-igreja-de-bocaina-como-patrimonio-e-foca-em-seguranca-entenda/#:~:text=Entenda!,-Publicado&text=A%20C%C3%A2mara%20de%20Vereadores%20de,compromete%20a%20seguran%C3%A7a%20dos%20frequentadores> />.

Na audiência pública, o vereador José Marques Filho colocou em pauta o projeto de lei nº 15 de 02 de maio de 2022 de sua autoria, que dispõe sobre o Tombamento da igreja de Bocaina. O vereador José Filho (como é mais conhecido) ressaltou em seu pronunciamento que é a favor da conservação da igreja, pois, ela é um bem histórico-cultural de Bocaina.

O parlamentar ainda frisou que concordava com a necessidade de uma reforma, mas, que derrubar a igreja que tem paredes com mais de 200 anos, seria ignorância sobre o que é patrimônio, e que a engenharia moderna teria ferramentas suficientes para reparar os danos estruturais sem que precisasse derrubá-la.

O padre Feitosa, por sua vez, relatou que os danos físicos causados pelo tempo colocavam a estrutura da igreja em risco e que o intuito do projeto seria a proteção física dos fiéis. O sacerdote ressaltou que consultou um especialista de Recife em revitalização de prédios antigos, e este lhe disse que os materiais antigos utilizados na construção da igreja não suportariam a intervenção de materiais modernos, o que tornaria a reforma apenas um paliativo.

O engenheiro responsável pelo projeto de reconstrução da igreja, Airton José da Costa Luz, também se pronunciou sobre os danos que se apresentavam na sua estrutura e que apenas a pia batismal, a imagem e as pedras, seriam passíveis de preservação, pois o restante já havia sofrido interferências, retirando sua originalidade.

O padre Feitosa, então, discorreu sobre a história da igreja de Bocaina, as alterações que foram feitas no templo ao longo dos anos, para justificar a necessidade de uma reconstrução. O pároco, no entanto, deixou a decisão, de apenas uma reforma ou a própria reconstrução, aos fiéis, porém, afirmando que caso a igreja viesse “a cair, desabar”, a culpa não seria da Igreja Católica e que deixaria tal decisão documentada por escrito, como uma prova futura.

As interferências na estrutura da igreja ao longo dos anos, ora relatadas pelo padre, também serviram de suporte na sua arguição em prol da reconstrução do templo. Uma das menções sobre as reformas que a igreja já sofreu, refere-se ao ano de 1974, quando a torre da igreja desabou às 4h da manhã do dia 13 de abril, após uma intensa chuva.

**Figura 10:** Igreja de Bocaina (1965).



**Fonte:** Acervo pessoal de José Rodney Leal Brito.

A fotografia acima (a original dela) foi tirada, segundo José Rodney, por Albertino “de Hosana”<sup>28</sup> no ano de 1965. Nela, observamos a torre que desabou em 1974, sendo refeita (de maneira diferente) logo após o desabamento. Nessa perspectiva, a constatação das mudanças estruturais pelas quais a igreja de Bocaina passou, tornam-se óbvias, mas não justificáveis para a memória afetiva daqueles que a reconheciam como patrimônio e foram contra sua demolição e reconstrução.

[...] E hoje, hoje pra mim é... a festa da Bocaina não existe mais, porque houve uma descaracterização total né, é... principalmente depois da demolição da igreja centenária, bicentenária, é... quase tricentenária, onde o objetivo da igreja só é uma exibição dos próprios padres né e desvirtuaram completamente o que é a devoção e a religiosidade do povo, então a minha devoção, a minha crença em Nossa Senhora não vai mudar, sou devota de Nossa Senhora da Conceição e serei enquanto eu existir, mas na realidade as festas, o festejo de Bocaina para mim não existe mais, a partir do momento da demolição da igreja mudou completamente o sentido do que é a festa de Nossa Senhora da Conceição, não sei como algumas pessoas admitem e concordam e apoiaram essa atitude criminosa [...]<sup>29</sup>.

Observa-se que a reconstrução da igreja de Bocaina interferiu no sentimento de pertencimento (dos devotos que foram contra sua demolição), em relação ao próprio

---

<sup>28</sup> Em Bocaina, os mais velhos costumam referir-se às pessoas vinculando o nome delas ao pai, a mãe, ao marido ou esposa.

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Deolinda Maria de Sousa Marques em 21/07/2023.

festejo de N. Sra. da Conceição. Perante esta constatação, cabe-nos indagar: a engenharia moderna não seria mesmo capaz de restaurar a igreja? Faltou consciência patrimonial por parte daqueles que foram a favor da demolição para a reconstrução? Ou o que lhes motivou foi a vaidade pelo moderno, o novo, o bonito?

Não importa mais, pois a igreja “foi ao chão”! Desabou! Não pelos efeitos do tempo, como previu o padre Feitosa, mas pela força das marteladas e das máquinas, movidas pelo desejo humano de mudança. E junto aos escombros ficaram as lágrimas pulsantes de revolta dos que concebiam a igreja como um dos lugares de memória do festejo e da própria história de Bocaina. É o que também nos relata Maria Helenita:

[...] Não é reforma! É destruição, é demolir a igreja. Eu sou totalmente contra! O maior santuário da América Latina é o santuário de Aparecida e lá quando a igreja não comportou mais o povo, o que que fizeram? Eles derrubaram a igreja para fazer outra? Não! Eles fizeram um santuário, interligaram as igrejas com uma ponte, uma passarela. Eu andei lá, lá tem missa todo Santo dia, quase que eu não consigo entrar dentro da igreja de tão lotada que é, porque ela não é uma igreja grande, é uma igreja pequena, mas eles não demoliram a igreja. Quantas mil igrejas se é reformada em Minas Gerais, na Bahia? Aí a da Bocaina tem que ser demolida! A da Bocaina não está oferecendo risco a ninguém! Ela precisa de uma reforma, porque a minha casa, a tua casa, se a gente não fizer reforma nela, ela cai, mas é uma reforma, não é destruir. Igreja grande para caber o povo em Bocaina, só tem um tempo que não cabe o povo dentro da igreja que é no festejo. E no festejo, ele só faz uma igreja para caber o povo no festejo se ele derrubar a praça e fizer a igreja no lugar da praça! Mas naquele lugarzinho da igreja aumentando 1 metro ou 2, vai continuar sem caber o povo dentro da igreja. O que a gente faz, povo que não tem passado não tem futuro! Viu? A gente tem que ter a história da gente. Dizem: “ah, porque a igreja não tem mais 40% de originalidade”. Não tem porque todo mundo que passa por aqui, derruba um tampo e ninguém faz nada! A população apoia! A população não vê o futuro! Sobra desinformação viu, e sobra também é... luxúria, porque querem uma igreja luxuosa, porque querem uma igreja bonita, moderna, como eu vi no festejo dizer que “para a gente bem celebrar, precisa ter uma igreja grande, bonita”. No meu entender, para bem celebrar, nós não precisamos de um templo luxuoso. Pode-se bem celebrar debaixo de um pé de pau, não precisa de um templo luxuoso. Nós temos um templo, não é luxuoso, só precisa fazer reforma para deixar ele seguro, que aliás, ele não está oferecendo risco à população. Ele está um pouquinho maltratado! Precisa de reforma? Precisa! Mas, pode-se bem conservar ele. Falta consciência cultural das pessoas, visão de patrimônio, porque estão vendo muito é o lado material, quando eu digo material de luxo, que querem uma igreja luxuosa. A gente tem que manter a história da gente. Veem a parte da beleza e não vê a parte de se preservar a história. Nossa igreja tem quase 270 anos. Dizem: “ah, não tem, já perdeu mais de 80% de sua originalidade, é... as portas já foram quadradas, depois redonda, a torre já caiu”. Sim, mas ainda tem uma parte dela feita por Borges Marinho e por que não preservar esse pedaço? Eu vejo em Minas Gerais na Bahia, se restauram igrejas, se recuperam, igrejas que estão caindo, para não perder a história! Aí na Bocaina é para derrubar o que está em pé! [...] <sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Maria Helenita de Carvalho em 10/04/2023.

Em seu relato, Maria Helenita expressa profunda dor com relação a demolição e reconstrução da igreja de Bocaina, considerando como um dos fatores para seu afastamento da instituição local e de seus deveres como católica, citando por exemplo, não contribuir mais com o dízimo e até de comungar. Para a devota, o festejo é diretamente afetado, pois para ela, um povo que não valoriza seu passado, não celebra o futuro.

Com o advento da modernização, os templos católicos antigos passam a disputar com outros espaços de sociabilidade, o lócus da vida social na cidade, buscando sua importância simbólica para a população e ganhando novos significados. Nessa perspectiva, “portanto, seja no sentido tradicional, seja no sentido pós-moderno a destruição violenta de algumas igrejas pode ser considerada uma catástrofe. Mesmo sem mortes e ferimentos, ela provoca uma grande comoção na comunidade, abalando sua identidade” (Oliveira, 2014, p. 39).

O projeto de lei que objetivava o tombamento do conjunto arquitetônico da igreja de Bocaina, como Patrimônio Histórico-Cultural religioso, foi rejeitado por ampla maioria dos vereadores. O projeto que entrou em pauta na sessão do dia 23 de setembro de 2022 para uma apreciação e debate com a população, só foi levado a plenária para votação no dia 8 de outubro de 2022.

Dos 9 parlamentares da Câmara Municipal, 7 votaram contra o projeto, 1 voto a favor (proferido pelo vereador José Filho, proponente do projeto de lei) e 1 ausência. Para Maria Helenita, o resultado já estava decretado antes mesmo da votação, pois a maioria dos vereadores se mostravam para a sociedade como favoráveis à reconstrução. Após o aval do poder legislativo, de parcela da sociedade e do clero por meio do Bispo Diocesano, Dom Plínio José Luz da Silva, legitimou-se a demolição da igreja para a sua posterior reconstrução.

Nota-se, portanto, a partir da fala da entrevistada e devota acima mencionada, bem como da análise das audiências públicas e publicações pró-reconstrução veiculadas através das redes sociais (da paróquia, do pároco e de vários bocainenses), que houve um acordo entre o pároco de Bocaina (idealizador do projeto de demolição e reconstrução da igreja), o bispado, os vereadores e as elites locais que defenderam como necessária a modernização da igreja e aos que eram contrários à reconstrução, se dizia que viviam no passado. O poder público local também se esquivou da possibilidade de ser responsável pela manutenção da igreja, caso viesse a ser tombada como patrimônio da cidade.

**Figura 11:** Demolição da igreja de Bocaina (2023).



**Fonte:** Autoria própria.

A igreja já foi demolida e as obras de reconstrução estão em execução. Ao arrancarem o piso interno, encontraram lápides escritas em português colonial. Na escavação do terreno, fósseis humanos também foram localizados. Campanhas estão sendo realizadas pela igreja com o objetivo de arrecadar fundos para a sua conclusão, que parece não ter uma data definida até momento.

As disputas pela memória se estabelecem numa relação de poder. Memória é poder. O campo do patrimônio é conflituoso, produzindo, portanto, tensões. Tombar ou derrubar um bem histórico-cultural incide em questões peculiares que são próprias das comunidades. De um lado, o desejo pelo moderno alicerçado na sensação de segurança do ambiente (dizem). Do outro, o sentimento de apagamento da memória, da história local. Um rompimento doloroso no ato de conceber a identidade coletiva a partir do seu patrimônio cultural. A Educação Patrimonial, neste caso, teria sido útil?

### **3.3 MEMÓRIAS DA FÉ: projeto de educação patrimonial.**

O projeto de educação patrimonial intitulado “Memórias da Fé”, nasceu do desejo de inovar, melhorar minha prática docente. Traz como objetivo geral trabalhar o festejo de N. Sra. da Conceição no ensino de história por meio da metodologia da educação patrimonial. Pensar a religiosidade popular em Bocaina como patrimônio cultural

imaterial religioso da cidade, abre um leque de possibilidades educativas no processo de ensino-aprendizagem.

Educar para o patrimônio é uma das formas possíveis de compreensão da história nacional, regional e local. Como aluno da escola básica, sempre foi uma inquietação os distanciamentos entre os conteúdos do livro didático e a minha realidade, meu cotidiano. Em muitos momentos, não fazia sentido para mim o porquê de estudar aqueles eventos históricos.

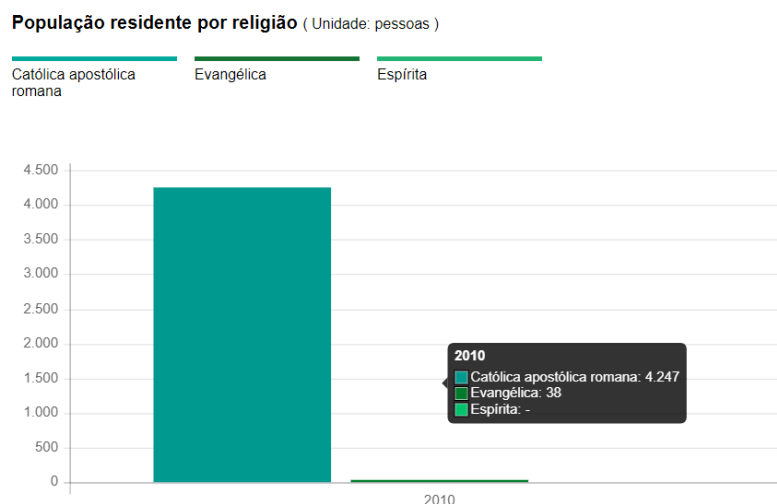
Já como professor de história, procuro não despertar nos meus alunos o mesmo desinteresse que sentia quando estava no lugar deles. O projeto “Memórias da Fé” foi pensado e elaborado com o intuito de colocar os discentes como protagonistas, no centro das discussões sobre a aprendizagem histórica. Para isso, pensei em abordar uma tradição cultural da religiosidade popular em Bocaina, com quase 270 anos de história. Com o festejo de N. Sra. da Conceição, foi possível despertar o interesse participativo dos discentes que se enxergaram na própria história local de Bocaina.

O projeto foi desenvolvido com os alunos(a)s do 9º ano do ensino fundamental (uma quantidade de 22 alunos) da Escola Municipal Urbano Leal, localizada na cidade de Bocaina-PI. A escola, no turno da manhã, abriga os alunos do fundamental II (anos finais) e, no turno vespertino o fundamental I (anos iniciais).

A cidade de Bocaina se encontra na região centro-sul do Piauí, no sertão, estando à 22km de distância de Picos e 321km de Teresina (capital). De acordo com o IBGE (Censo 2010), Bocaina é a cidade mais católica do Piauí, considerando sua população em relação a cada religião declarada.

Esse fato pode explicar o interesse da maior parte dos alunos pelo projeto de educação patrimonial, pois consideram o festejo de N. Sra. da Conceição como um bem cultural do povo e da cidade. Como já colocamos nesta pesquisa, essa festividade desperta nas pessoas o sentimento de pertencimento e identidade. A partir do festejo, de Bocaina podemos analisar e compreender a história local, tendo em vista que uma das primeiras ações de Antônio Borges Marinho, segundo a oralidade, foi a construção de uma capela, dando início à devoção a N. Sra. da Conceição.

**Figura 12:** Gráfico Censo IBGE 2010



**Fonte:** Site do IBGE

O censo do IBGE de 2010 embasou a elaboração do nosso projeto de educação patrimonial. Coloco-vos os dados deste censo, pois no último censo (2022) não consta tal informação. Compreendo que a projeção do festejo de Bocaina, perante a sociedade, está enraizada na própria história local que se revela nos dados acima.

No último censo do IBGE (2010), Bocaina tinha uma população de 4.369 pessoas. Desse total, 4.247 pessoas se declararam católicas, 38 evangélicas e 0 espíritas. Percebo diante desses dados, mas principalmente pela minha experiência empírica, o quão importante é o festejo de Nossa Senhora da Conceição para os bocainenses. Há um sentimento de identidade e pertencimento perante essa manifestação cultural que se ressignifica ao longo do tempo.

A partir desse festejo, por exemplo, podemos estudar a História da colonização do Piauí e do Brasil. A interiorização da então província, a rota do gado, as cessões da coroa portuguesa aos donatários, os Jesuítas no Brasil, compreender, por exemplo, porque o Piauí é o Estado mais católico do Brasil e Bocaina é a cidade mais católica do Piauí (IBGE CENSO 2010). Vários aspectos da religiosidade católica popular podem ser analisados no ensino de história.

O projeto “Memórias da Fé” contou com a aprovação da diretoria escolar e a participação de professoras de outras disciplinas. Dividimos o projeto em quatro etapas: observação/identificação, registro, exploração e apropriação. Seguimos esse passo a

passo, nos reinventando ao longo do caminho enquanto professores/estudantes/pesquisadores.

Na primeira etapa (identificação) aplicamos o processo da observação. Foi apresentado aos alunos os objetivos do projeto. Nesse sentido, dialogamos sobre o festejo de Bocaina no intuito de extrair dos discentes os sentimentos relacionados à festividade da Santa padroeira de Bocaina.

Expomos durante a aula, fotografias, vídeos, músicas, sobre o festejo de N. Sra. da Conceição. Foi o momento de os alunos observarem visualmente os registros dessa festividade e, a partir desse primeiro contato, se abrirem para o diálogo, com comentários, perguntas, dúvidas, depoimentos, enfim, exporem as suas práticas, representações e apropriações com relação ao festejo.

Nesse primeiro momento, explicamos o conceito de patrimônio cultural. Fizemos uma explanação sobre como o patrimônio foi pensado no Brasil ao longo dos anos pelo poder público, desde o decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937 até a Constituição de 1988. As relações do patrimônio com a sociedade e vice-versa, e os sentidos e significados que as comunidades atribuem aos bens culturais.

Colocamos como exemplo, os diversos patrimônios que já foram reconhecidos pelo IPHAN, as diferenças entre patrimônio material e imaterial, assim como funciona os processos de salvaguarda. Refletimos sobre a importância da memória e como esta influencia no reconhecimento, valorização e promoção de um bem cultural.

Discutimos sobre como lidamos com as manifestações culturais da nossa cidade. Perguntei-lhes quais bens culturais eles observam e reconhecem em Bocaina. O festejo foi a primeira expressão cultural que os discentes colocaram como exemplo. Após a explanação sobre o que é patrimônio, os tipos de patrimônio, como se dividem, suas significações e funções na sociedade, exibimos o filme “Narradores de Javé” (2003).

O filme de Eliane Caffé, aborda a dinâmica social dos moradores de um pequeno vilarejo que corre o risco de submergir com a construção de uma represa. Para evitar o desaparecimento daquele vilarejo, os moradores se unem para construir a história daquele lugar a partir das memórias dos moradores. Com a história do Vale do Javé escrita, a importância do vilarejo seria reconhecida e a construção da represa seria cancelada.

O filme em questão serviu para que os alunos compreendessem as discussões entorno da memória, da identidade, do sentimento de pertencimento a determinado lugar. A partir do debate que o filme nos proporcionou, começamos a analisar a história local

(de Bocaina), como ela se apresenta para a população, o que já foi escrito sobre a mesma e como as narrativas foram sendo construídas e disseminadas ao longo do tempo.

Em seguida aplicamos um questionário com quatro perguntas, com o intuito de extrair dos alunos as práticas, representações e apropriações acerca do festejo de N. Sra. da Conceição. Do total de 22 alunos, apenas duas discentes se declararam não católicas, sendo frequentadora da igreja Assembleia de Deus. As perguntas foram: Qual a sua religião? Você frequenta alguma igreja? Qual? O que representa o festejo de N. Sra. da Conceição para você? O que você faz durante o festejo? Diga se o festejo é ou não importante para você.

Observemos algumas das respostas desse questionário. Optamos por uma questão ética, não expor os nomes dos discentes, referindo-os pelas letras do alfabeto (a, b, c, d e assim por diante). A aluna A disse o seguinte: “Sou católica. Frequento a igreja de Nossa Senhora da Conceição. O festejo representa muita alegria, época para festejar com Nossa Senhora. Eu vou a igreja e depois vou me divertir com amigos. O festejo é muito importante para todos”.

Nota-se na resposta da “aluna A” que o festejo é um momento de fé, devoção e alegria/diversão, corroborando o depoimento de nossas entrevistadas que descrevem o festejo como um momento de práticas sagradas e profanas. Na resposta da aluna B, observa-se algo interessante: “Sou evangélica. Sim, frequento a igreja Assembleia de Deus. Para mim não é tão importante, mas sei o respeito, porque pra outras pessoas é muito importante. Durante os festejos gosto de andar na rua e ir ao parque”.

Mesmo não sendo católica, a aluna B demonstra seu respeito pela festividade em louvor da Santa padroeira de Bocaina, pois considera que é uma manifestação importante para outras pessoas. Suas respostas revela-nos e confirma a ideia que apresentamos nessa pesquisa: o festejo de Bocaina movimenta a cidade e move as práticas das pessoas independente de profissões de fé. O festejo para a “aluna B” representa um período em que ela pode se divertir no parque e nas ruas da cidade, ocupando também os espaços de sociabilidades proporcionados por essa festividade.

A “aluna C” diz o seguinte: “Sou evangélica. Não frequento igreja. Os festejos são sim importante para mim, pois é um momento em que me divirto no parque, como bastante nas barracas de lanche e meus pais compram roupas novas para eu usar”. Observa-se também como o festejo traz consigo a movimentação referente a economia

local. Como já foi analisado por aqui, essa festividade gera lucro para os donos de serviços como os de comidas, vestuário, entre outros. O “aluno D” disse o seguinte:

Sou católico. Sim, frequento a paróquia de N. Sra. da Conceição e a capela do Sagrado Coração de Jesus (Balceiro). Um verdadeiro tempo de encontro com os amigos, com a família, e para os católicos, um retiro espiritual, onde nos aproximamos de Deus e aumentamos a nossa devoção à Imaculada Conceição. Durante o festejo, eu sirvo na igreja, me encontro com os amigos e etc. O festejo é importante, todos nós bocainenses nos sentimos melhor neste tempo especial<sup>31</sup>.

Na sua resposta, o “aluno D” expressa suas práticas devocionais durante o festejo e que essa festa é um momento de encontros. O discente, que é morador do Balceiro (povoado de Bocaina), revela-nos que essa manifestação cultural da religiosidade católica popular envolve não só os moradores da sede, mas também, do interior do município. O “aluno E” relata-nos:

Sou católico. Sim, frequento a paróquia Nossa Senhora da Conceição. Para mim representa uma tradição, vou a igreja, vou as festas e vou ao parque. O festejo é muito importante, não só pelas farras, mas também pela celebração da missa onde quase todos os moradores de Bocaina estão durante a noite.

O “aluno E” reconhece que o festejo é uma tradição, revelando em suas palavras a historicidade que essa manifestação carrega. São 269 anos de uma tradição que se ressignifica ao longo dos anos, envolvendo práticas que se revezam entre o sagrado e o profano. O que se observa até o presente momento dessa pesquisa é que no imaginário dos bocainenses, a festa da Santa padroeira não seria a mesma sem as farras, as festas e as missas. Este pensamento se segue na resposta da “aluna F”:

Sou católica. Sim, frequento a paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Um tempo de alegria, louvores a nossa padroeira. É tempo de festa e companheirismo. Frequento a igreja, vou as novenas e frequento algumas festas, saindo com amigos ao final das novenas. É sim, pois é uma espécie de homenagem a nossa padroeira “Nossa Senhora da Conceição”, também conhecida como “virgem Maria” e “mãe de Deus”.

A alegria que a festa proporciona, para a “aluna F”, estabelece entre as pessoas o sentimento de companheirismo. Como se o festejo fosse um elo entre a população. Nota-se nas respostas do(a)s discentes que durante os dias de festa não há tempo para tristeza

---

<sup>31</sup> Resposta provida de questionário aplicado em 14/08/2023, aos alunos do 9º ano da Escola Municipal Urbano Leal.

e desavenças, pois, é momento de união, celebração, de encontros, amizades, diversões. O festejo ainda não se limita aos moradores de Bocaina, é o que nos revela a resposta da “aluna G”:

Sou católica. Sim, frequento sempre, principalmente nos festejos. O festejo para mim é de extrema importância, pois é onde os devotos de outros lugares podem vir e pagar suas promessas e entre outras. Acho maravilhoso e muito lindo o festejo, queria também que tivesse mais de uma vez no ano, pois é ótimo.

O festejo de N. Sra. da Conceição não se reduz às fronteiras geográficas do município de Bocaina. Como Chico Science diz em um dos versos de sua canção “A cidade”: “A cidade e sua fama vai além dos mares”, as práticas referentes à festa da Santa padroeira, envolve devotos de diversos lugares, pois a fama dessa festividade se espalhou, como bem retratou o escritor de Sambaíba (1963), Fontes Ibiapina. São fiéis que enxergam na Santa milagres alcançados ou que podem ser realizados, por isso a peregrinação, a romaria, as promessas.

A “aluna H” ressalta: “Sou católica. Sim, frequento a paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Representa (o festejo) felicidade, trabalho etc. costume ir às novenas. Os festejos é uma linda festa, que há mais de anos ela é comemorada e sim ela é importante”. Finalizamos, assim, a primeira etapa do nosso projeto de educação patrimonial, com os depoimentos (via questionário) dos alunos sobre suas representações acerca do festejo de Bocaina. Todo(a)s, remeteram essa festividade a algo importante para elas e para a cidade, corroborando nossa tese de que o festejo de N. Sra. da Conceição é um bem cultural e, portanto, patrimônio dos bocainenses.

Na segunda etapa (registro) do projeto “Memórias da Fé”, objetivamos a solidificação do conhecimento concebido pelos alunos sobre o bem cultural. A ideia foi que os estudantes soubessem identificar o festejo como patrimônio e sua importância para a comunidade. Após apresentar aos discentes o conceito de Patrimônio Cultural e os materiais selecionados sobre a festividade religiosa proposta no projeto, convidamos eles para apresentarem suas percepções acerca dela.

Pedimos a eles que produzissem textos (em diversos gêneros), pinturas, desenhos, paródias etc., sobre o festejo. Em seguida, sugerimos a socialização desses materiais produzidos, que ocorreu na sala de aula e com o restante da escola. Essa ação interligou o projeto à comunidade escolar. Nessa etapa, fizemos também uma análise dos livros

didáticos de História da escola (do 6º ano 9º), com o intuito de identificarmos nos presentes conteúdos, a presença da religiosidade popular.

Foi uma ação coletiva exitosa, pois era perceptível a empolgação pela procura e identificação, por parte dos discentes. Desde os tempos antigos, como as civilizações mesopotâmicas, egípcias, hebraicas, gregas, romanas, aos tempos medievais, modernos e contemporâneos, debatemos como o catolicismo chega aos trópicos, o processo de colonização do Brasil e a influência jesuítica, até chegarmos na própria história local de Bocaina, iniciada por um colonizador português. Notou-se o aguçamento da percepção crítica dos discentes, que passaram a compreender a busca incessante pela história das origens, que é tão comum em cidades interioranas e bastante praticada pelos historiadores do século XIX.

Na terceira etapa (exploração) do nosso projeto de educação patrimonial, fizemos um levantamento/pesquisa sobre esse bem (como entrevistas, se alguém já pesquisou e/ou produziu algo sobre o festejo, documentos, fotografias, vídeos, acervos públicos e privados, fontes em geral etc.) para justificar porque essa festividade é relevante para ser ensinada e uma referência cultural para a cidade.

Propus, em seguida, um debate entre os alunos, com a devida mediação. Após o debate, fizemos uma análise das colocações e a problematização do bem cultural, com o objetivo de despertarmos também o senso crítico. Sabemos que o campo patrimonial é por vezes conflituoso e é preciso compreender os significados que os bens culturais têm para a sociedade.

Propomos uma aula de campo, apresentando os lugares de memória (como a igreja, a praça Borges Marinho, a área próxima ao mercado municipal e a prefeitura onde fica instalado o parque e as barracas de lanche), sobre o patrimônio que estamos pesquisando durante as aulas de História. Para isso, elaboramos um roteiro prévio da visita (com o trajeto, pessoas a serem entrevistadas, quais perguntas faríamos) trabalhando o roteiro com os discentes antes da aula de campo, norteando, assim, a organização e o funcionamento produtivo da aula.

Outra proposta feita nesta etapa foi levar para a escola pessoas da comunidade envolvidas com essa manifestação cultural, para que pudessem conversar com os alunos, dar seus depoimentos para eles. Em seguida, promovendo uma roda de conversa, abrimos o diálogo entre eles, finalizando a terceira etapa, apresentando as fontes que levantamos/pesquisamos sobre o bem cultural em questão.

Na quarta e última etapa (apropriação), buscou-se evidenciar as concepções que os alunos atingiram e construíram acerca do bem cultural (a festividade religiosa), assim, como os laços de pertencimento e identidade ora despertados a partir da compreensão de suas referências culturais, se estabelecem. Os alunos, ao chegarem nesta etapa, conseguiram promover o bem cultural estudado através de práticas criativas, como a música, literatura, poesia, canais de comunicação impresso e digital e com uma exposição no pátio da escola para mostrar os resultados do projeto ao restante da comunidade escolar. Passaram, portanto, a divulgar seu bem cultural, pois, já o reconhecem como patrimônio da comunidade, valorizando-o e sabendo da importância de se preservá-lo.

**Figura 13:** projeto “Memórias da Fé”.



**Fonte:** Acervo do autor.

O projeto de educação patrimonial “Memórias da Fé” objetivou abordar o festejo de N. Sra. da Conceição a partir do ensino de história, compreendendo essa festividade do catolicismo popular como patrimônio cultural imaterial da cidade de Bocaina. Trabalhar tal manifestação cultural na sala de aula despertou entre os discentes o interesse pelo estudo da sua realidade, do seu cotidiano e, portanto, da sua própria história, ou seja, o que lhes é próximo e comum.

Procuramos seguir as orientações do IPHAN em relação ao passo a passo que a educação patrimonial deve basear-se, todavia, sabemos que entre a teoria e a prática docente, surgem desvios e reinvenções que se conectam às realidades diversas dos

espaços e das pessoas. Alicerçamos, também, nosso projeto na habilidade da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) - EF03HI04<sup>32</sup>- (BRASIL, Ministério da Educação, 2017) e na ideia de inventários participativos (ferramenta proposta pelo IPHAN) que “é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nessa atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local” (Florêncio et al, 2016, p. 7).

Os inventários participativos não almejam a formalização e oficialização do patrimônio do ponto de vista institucional. Essa ferramenta proposta pelo IPHAN serve para que a comunidade reconheça suas referências culturais e, com isso, passem a valorizar e promover seus patrimônios. Portanto,

Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida. (Florêncio et al, 2016, p. 5).

Educar para o patrimônio constitui-se como uma ação educativa inerente dos inventários participativos e “[...] apresenta-se, de preferência, como um exercício de cidadania e participação social [...]” (Florêncio et al, 2016, p. 7). Conclui-se, nessa perspectiva, que inventariar é uma atividade de educação patrimonial.

Objetivamos com o projeto “Memórias da Fé”, fazermos um levantamento dessa referência cultural (o festejo) da comunidade de Bocaina, promovendo a identificação, o reconhecimento e valorização do patrimônio local por parte da sociedade, principalmente dos alunos e alunas da Escola Municipal Urbano Leal.

Como disse o mestre Milton Nascimento em sua canção “Maria, Maria” (1978): “...Maria, Maria é um dom, uma certa magia, uma força que nos alerta...”. Milton Nascimento não se refere à Maria (Santa da igreja católica, mãe de Deus), mas às mulheres brasileiras que carregam lutas e sonhos no seu dia a dia. Podemos refletir a partir desse verso sobre a força, as graças, superações e alegrias que as devotas e devotos bocainenses expressam em suas práticas religiosas e atribuem à intercessão de N. Sra. da Conceição em suas vidas.

---

<sup>32</sup> Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A presente pesquisa trouxe como objetivo geral trabalhar o festejo de N. Sra. da Conceição no ensino de história a partir da metodologia da educação patrimonial. Analisamos as representações dos discentes e de determinadas pessoas da cidade sobre essa festividade, com o intuito de compreendermos como essa festividade se configura em um dos bens culturais da população de Bocaina.

Nessa perspectiva, objetivamos despertar entre os discentes o sentimento de identidade e pertencimento em relação ao lugar que surgem a partir das memórias que o patrimônio produz. Além de promover o conhecimento sobre a história local e o senso crítico dos discentes, tornando-os protagonistas na construção do processo de ensino-aprendizagem.

A importância desse estudo e levantamento histórico dar-se-á pelo fato de que não é possível falar de uma tradição de mais de 200 anos, como é o caso dos festejos de Nossa Senhora da Conceição em Bocaina, sem falar do lugar, de como surgiu, de como foi se construindo ao longo dos anos. Compreender como esse processo de colonização se deu no interior do Piauí é também compreender como a religiosidade católica foi se configurando em seus primeiros passos em Bocaina.

A historiografia nos mostra há anos que os jesuítas vêm ao “novo mundo” para expandir o catolicismo, que foi fragilizado com a Reforma Protestante na Europa. Caberia catequizar o novo mundo, “civilizar”, impondo sua cultura. Portanto, pensar os festejos de Nossa Senhora da Conceição como patrimônio imaterial do povo bocainense é também compreender a história do Piauí, do Brasil e do cristianismo, o que torna pertinente essa pesquisa, que propõe analisar a relação entre patrimônio, religiosidade popular e ensino de história.

Os festejos de Nossa da Conceição em Bocaina, que no ano de 2023 completou 269º anos de tradição, é uma das manifestações culturais mais vivas do município, configurando-se como patrimônio da população bocainense, e que a partir dessa manifestação podemos pensar o ensino de história local, fazendo conexões com a presença da igreja católica e do catolicismo no Brasil, no Piauí e em Bocaina, a partir do período colonial.

Ao escolher os Festejos de Nossa Senhora da Conceição em Bocaina-PI como objeto dessa pesquisa, surge-me o desafio: como relacionar essa manifestação cultural

com o ensino de história? Compreendi, então, que o meu campo empírico pode ser a festividade Mariana que acontece em Bocaina, mas a minha missão enquanto professor-pesquisador é de pensar a religiosidade católica popular no ensino de história na perspectiva histórico-cultural e não doutrinária.

A proposta da Educação Patrimonial é interdisciplinar e leva em consideração a realidade dos alunos, o contexto em que vivem, e como eles lidam com a memória social e com o patrimônio local. Com essas reflexões por parte dos discentes, onde eles serão produtores de relatos, sujeitos ativos na construção do conhecimento que mobilizam sua capacidade interpretativa, promovemos um ensino mais dinâmico e a aprendizagem histórica (Rüsen, 2012).

Um grande desafio do professor de História, nos dias de hoje, é conseguir fazer uma conexão entre a disciplina História e a realidade do aluno, para assim dar sentido ao mesmo sobre o espaço escolar e sua missão. Ao mesmo tempo que consideramos importante o livro didático trazer vários episódios da História Geral e brasileira, não podemos deixar de problematizar seu teor ainda bastante eurocêntrico, o que provoca nos alunos e alunas, às vezes, um certo distanciamento e indiferença em relação a disciplina.

A ideia de trabalhar/pesquisar o cotidiano e a realidade dos discentes tem por objetivo aproximar escola e comunidade, escola e alunos, ou mesmo, “derrubar os muros do colégio” e do currículo, que impossibilitam essa aproximação. Nesse sentido, os festejos de Nossa Senhora da Conceição tornam-se um excelente conteúdo para se trabalhar em sala de aula questões relacionadas à cultura e à história local, assim como a inserção do alunado nesse contexto, como sujeitos de sua própria história.

As festividades em homenagem à “Vigem Maria”, acontecem entre 29 de novembro e 08 de dezembro com as novenas, mas mesmo antes, ainda no mês de novembro, realiza-se uma peregrinação da imagem da Santa pelas casas dos bocainenses que moram na capital Teresina, e ao fim desta peregrinação, é celebrada uma missa que marca o retorno da imagem para “a sua casa”. No dia 28 de novembro à noite, os fiéis juntamente com a imagem da Imaculada Conceição, saem em procissão e caminham 22 km, entre Picos e Bocaina, rezando, cantando os hinos marianos, como forma de agradecimento às graças alcançadas, pagando suas promessas e renovando seus pactos e pedidos.

Portanto, ao considerar a religiosidade católica popular e sua relação com o ensino de história, minha pretensão nesse estudo é ir do micro para o macro, ou seja,

compreender e fazer com que os alunos compreendam a cultura e a história local, para que a partir de então, analisem a história regional, do Brasil e do mundo, fazendo pontos de conexão ao que lhes é comum: o Festejo de Nossa Senhora da Conceição.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. 4. ed. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1999.
- BARBOSA, Tanya Maria Brandao. **Elite colonial piauiense: família e poder**. 1993. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Acesso em: 26 jan. 2023.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. / Circe Bittencourt (org). 9. ed. - São Paulo: Contexto, 2004. – (Repensando o Ensino).
- \_\_\_\_\_. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: \_\_\_\_\_. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 9. Ed. - São Paulo: Contexto, 2004. p. 69-89.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 6º ano: ensino fundamental: anos finais**. – 4. ed. – São Paulo: FTD, 2018.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 7º ano: ensino fundamental: anos finais**. – 4. ed. – São Paulo: FTD, 2018.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 8º ano: ensino fundamental: anos finais**. – 4. ed. – São Paulo: FTD, 2018.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 9º ano: ensino fundamental: anos finais**. – 4. ed. – São Paulo: FTD, 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo: um estudo sobre a religião popular**. Uberlândia: Edufu, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De10025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm) Acesso em: 15 de jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria. **História Local e o ensino de História**. São Paulo: Scipione, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAGAS, Eduardo Wagner Nunes. **O Auto do Santo Preto e a bênção das três fomes**: a carnavalização-afeto das festividades jurunenses de São Benedito em Belém do Pará. Orientador: Miguel de Santa Brígida Júnior. 2020. 318 f. Tese (Doutorado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13214>. Acesso em: 05 set. 2022.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: a História Entre Certezas e Inquietudes. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **A mão do autor e a mente do editor**/Roger Chartier; tradução George Schlesinger. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

Entrevista concedida por **Maria Elenita de Carvalho** em 10/04/2023, Bocaina (Piauí).

Entrevista concedida por **Deolinda Maria de Sousa Marques** em 21/07/2023, Bocaina (Piauí).

Entrevista concedida por **Wlisses de Moura Alencar** em 14/07/2023, Bocaina (Piauí).

FIGUEIRA, Cristina; MIRANDA, Lilian. **Educação patrimonial nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 1ª edição, 2012. [capítulo 6 – História Local, Identidade e Patrimônio Cultural].

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Brasília-DF, 2016. 134 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GONÇALVES, José Reinaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 320 p.

HAIRGERT, Gindri Cynthia. **Estado da arte sobre educação patrimonial**. In: SOARES, André Luis Ramos (Org). *Educação patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003. 120 p.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2022.

IBIAPINA, Fontes. **Sambaíba**. Teresina, PI: Edição do caderno de letras “Meridiano”, 1963.

LEAL, Firmino Libório. **Crônicas: Vozes da Ribeira**. Bocaina, PI: Organizador, 2008, 104 p.

LEAL, Firmino Libório. **Fagulhas de História da Colonização de Bocaina-PI**. Blog Bocaina Piauí. 18 de ago. de 2009. Disponível em: <http://bocainapi.blogspot.com/2009/08/o-instituto-historico-de-oeiras-em-um.html>. Acesso em: 01 jun. de 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 7ª ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MARTINS, Firmino de Souza. 1869. ALGUMAS PALAVRAS AO SR. DR. A. C. RODRIGUES E AO PÚBLICO. **A Imprensa: periódico político (PI)**. 11 abr. 1869.

MARTINS, Marcos Lobato. **História Regional**. In: Pinsky, Carla (Org.). *Novos Temas nas Aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2013.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. In: IPHAN. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MIRANDA, Reginaldo. **Coronel Antônio Borges Marim, o senhor de Bocaina**.

Portal Entretextos, Teresina, 23 de jun. de 2018. Disponível em:

<https://www.portalentextos.com.br/post/coronel-antonio-borges-marim-o-senhor-de-bocaina> . Acesso em: 10 jan. de 2023.

MIRCEA, Eliade. **O Sagrado e o Profano**. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **“Um dia a igreja cai”: importância cultural dos templos religiosos na cidade de Goiás**. São Paulo, Unesp, v. 10, n.1, p. 28-47, janeiro-junho, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: Um Guia**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 192 p.

O LIBERAL VELHO. Publicações gerais. 1870. **A Imprensa: periódico político (PI)**. 20 jul. 1870. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 132p. (Coleção História &... Reflexões, 5).

ROCHA, Cássia de Moura Araújo. **“Gente de devoção, de reza, de promessa”: as práticas religiosas em devoção à Nossa Senhora da Conceição em Bocaina - PI, nos anos de 2000-2015**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História)- Universidade Federal do Piauí, Picos, 2016.

RÜSEN, J. **Aprendizagem histórica**. Fundamentos e paradigmas. Curitiba: W & A Editores, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SANTOS, Nara Limeira F. **Com quantas rimas se faz um patrimônio? In:**

TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). Educação patrimonial: educação, memórias e identidades / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); - João Pessoa: Iphan, 2013. 108 p. (caderno temático; 3).

SOUSA, Willians. **Audiência Pública discute reforma e preservação da Igreja de Bocaina como patrimônio e foca em segurança. Entenda!**. Portal Cidadesnanet,

Picos, 23 set. de 2022. Disponível em: <https://www.cidadesnanet.com/news/destaque-3/audiencia-publica-discute-reforma-e-preservacao-da-igreja-de-bocaina-como-patrimonio-e-foca-em-seguranca-entenda/>. Acesso em: 13 dez. de 2023.

VERAS, Rogério de Carvalho. **AS MEMÓRIAS DA CIDADE: a educação patrimonial nos (des) encontros de memórias e culturas**. In: BARROS, Antonio Evaldo Almeida; CAMÊLO, Júlia Constança Pereira; JÚNIOR TOURINHO, Washington (Orgs.). Ensino de História: linguagens, memória e saberes históricos. – Curitiba: CRV, 2020. 256 p. (Coleção Ensino de História em foco – volume 1).

SCHIAVON, Carmem Burgert; TORRES, Tatiana Carrilho Pastorini. **Educação Patrimonial: a cidade como recurso para o ensino de história**. Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.3, vol.3, jul/dez. 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2ª Edição, São Paulo: Scipione, 2009.

SCHWARTZMAN; Simon; BOMENY; Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. – São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCIFONI, Simone. **Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema.**? In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. 104 p.: il. color. 30 cm. (Caderno temático; 2).

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. **Educação Patrimonial e Políticas de Escolarização no Brasil**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 467-489, abr./jun. 2016.

SOARES, André Luís Ramos (Org). et al. **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003. 120 p.

**APÊNDICE A – DIMENSÃO PROPOSITIVA: Subsídios Didáticos para a  
Educação Patrimonial no Ensino de História: religiosidade popular em Bocaina-PI.**

**MARCUS VINÍCIUS DA LUZ  
ROCHA SOUSA**

DIMENSÃO PROPOSITIVA/PRODUTO EDUCACIONAL

# **SUBSÍDIOS DIDÁTICOS PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA:**

**RELIGIOSIDADE POPULAR EM BOCAINA-PI.**



# SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                                         |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Apresentação</b>                                                                                                                                                                                     | <b>03</b> |
| <b>Afinal, o que é Patrimônio?</b>                                                                                                                                                                      | <b>04</b> |
| <b>Patrimônio Cultural</b>                                                                                                                                                                              | <b>06</b> |
| <b>Educação Patrimonial</b>                                                                                                                                                                             | <b>08</b> |
| <b>Professor(a), veja algumas perguntas que você<br/>pode fazer antes de elaborar e aplicar um projeto de<br/>educação patrimonial</b>                                                                  | <b>09</b> |
| <b>Aplicando um projeto de educação patrimonial na<br/>escola. Como trabalhar o festejo de Nossa Senhora da<br/>Conceição de Bocaina-PI no ensino de história por meio<br/>da educação patrimonial?</b> | <b>10</b> |
| <b>Etapas da Educação Patrimonial</b>                                                                                                                                                                   | <b>11</b> |
| <b>Observação/Identificação</b>                                                                                                                                                                         | <b>11</b> |
| <b>Registro</b>                                                                                                                                                                                         | <b>11</b> |
| <b>Exploração</b>                                                                                                                                                                                       | <b>12</b> |
| <b>Apropriação</b>                                                                                                                                                                                      | <b>12</b> |
| <b>O Festejo de Nossa Senhora da Conceição da<br/>Bocaina-Pi: Patrimônio Cultural Imaterial da Cidade</b>                                                                                               | <b>14</b> |
| <b>Interdisciplinaridade na Educação Patrimonial</b>                                                                                                                                                    | <b>15</b> |
| <b>Dicas para ampliar seu conhecimento sobre<br/>patrimônio</b>                                                                                                                                         | <b>16</b> |
| <b>Referência</b>                                                                                                                                                                                       | <b>17</b> |

# APRESENTAÇÃO

**CARO,  
PROFESSOR (A).**

Primeiramente, parablenizo vosso interesse e dedicação em buscar ferramentas para melhorar, aperfeioar, sua atuação docente. Diante da complexidade e dos desafios que se apresentam no processo de ensino-aprendizagem, faz-se necessário nos reinventarmos enquanto professore(a)s e procurarmos novas metodologias que coloquem o aluno(a) no centro de nossas ações, tornando-os sujeitos ativos e não meros receptadores passivos.

Não podemos perder as esperanças de que um ensino emancipador e uma aprendizagem revolucionária, podem gerar bons frutos e resultados satisfativos, melhorando assim nossa Educação Básica. Nessa perspectiva, precisamos e devemos ser criativos e inovadores, pois, a educação não é uma fórmula pronta e acabada e a aprendizagem é uma via de mão dupla. Como pensou Paulo Freire, a educação não deve ser bancária, onde os estudantes são apenas depósitos de conteúdo.

Este produto educacional foi desenvolvido a partir da pesquisa do professor Marcus Vinícius da Luz Rocha Sousa no Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistoria) na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, sob a orientação do professor Dr. Rogério de Carvalho Veras, que resultou na dissertação que tem como título “MEMÓRIAS DA FÉ: o ensino de história e a educação patrimonial a partir dos festejos de Nossa Senhora da Conceição, em Bocaina-PI”. Esta última somada a elaboração de um produto didático, são os requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

A dimensão propositiva (produto educacional) que vos apresentamos é um instrumento pedagógico que visa auxiliá-los em vossas práticas cotidianas nas salas de aula. Objetiva-se, portanto, dar-lhes suporte para uma ação (intervenção) direta e efetiva com os discentes, dinamizando o ensino e diminuindo as distâncias entre os conteúdos oficiais que são ensinados e a própria realidade dos alunos e alunas. Para isso, abordaremos a utilização da metodologia da educação patrimonial no ensino de história a partir da cultura, aqui expressa na religiosidade popular. Desejo uma boa leitura!

***Devore esse material sem moderação!***

***Marcus Vinícius da Luz Rocha Sousa***

---



## AFINAL, O QUE É PATRIMÔNIO?

Você já se perguntou, o que é patrimônio? Qual a importância do patrimônio para a sociedade? As discussões sobre patrimônio foram ampliadas nos últimos anos, dentro dos espaços acadêmicos cujo tema ganhou relevância ao se pesquisar cultura, memória, identidade, cidade, urbanismo etc. E no seio das comunidades, da sociedade, que cada vez mais busca seu lugar de pertencimento e quer salvaguardar sua memória.

Em suma, patrimônio se refere aos bens culturais de um povo, de um lugar, de uma pessoa, sejam eles de natureza material (tangíveis) ou imaterial (intangíveis). Podemos dizer que são heranças do passado que constroem a nossa identidade e memória,

A respeito do patrimônio material, podemos citar como exemplo as edificações, núcleos urbanos, sítios arqueológicos paisagísticos, acervos pessoais, museológicos, fotográficos, cinematográficos, documentos etc.

Já com relação aos bens de natureza imaterial, podemos citar os saberes e fazeres, as celebrações, tradições orais, formas de expressão etc. Mais adiante veremos com mais detalhes como se divide o patrimônio cultural. Beleza? Agora você precisa compreender como o patrimônio foi pensado e classificado ao longo dos anos pelo poder público.

## SE LIGA AQUI PROF:

O conceito de Patrimônio se modificou ao longo dos anos e para isso vamos refletir sobre o que diz a legislação em determinadas épocas.

No Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Estado Novo governado por Getúlio Vargas, traz entre os seus Artigos:

**Art. 1** Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

A Constituição de 1988 nos seus Artigos 215 e 216 ampliou a concepção de patrimônio, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural brasileiro e em 2005 houve algumas Emendas. Coloca-se:

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

V valorização da diversidade étnica

e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005).

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Conseguiram compreender a ampliação do conceito de patrimônio? Para ficar mais claro, observem essa citação:

*“O tombamento, portanto, tinha papel instituinte do valor cultural -daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido. Ao inverso, a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é antes de mais nada um fato social - essa afirmação, nos órgãos de preservação, nas décadas de 1970 e 1980, provocava escândalo e alimentava mal-entendidos”*

Entretanto, mesmo sem qualquer intervenção do poder público, existe o “patrimônio cultural nacional”. (MENESES, 2012, p. 33-34).



Professor (a), agora vamos falar um pouco como se organiza o patrimônio cultural. E para ficar mais legal, sugiro que façam uma pesquisa no site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional): <http://portal.iphan.gov.br/>

Tá, mas para que serve o IPHAN? O que faz?

Continua comigo que eu te explicarei!

## PATRIMÔNIO CULTURAL



A preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro é de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Criado em 1937 no governo de Getúlio Vargas, esta entidade é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura. É de competência do IPHAN a proteção e promoção dos bens culturais brasileiros, garantido sua manutenção e acesso para as gerações presentes e futuras.

O procedimento para apatrimonialização de um bem cultural se dá tanto quando a população reconhece o bem e o leva para o Estado ou quando o Estado confere à população. O IPHAN é o gestor do Patrimônio e por meio das políticas públicas que regem os bens culturais (no seu reconhecimento e preservação), elabora um conjunto de ações avaliativas para a salvaguarda desse Patrimônio, que culmina no Tombamento (apropriado aos bens de natureza material) ou no Registro e Inventário (adequado aos de natureza imaterial).

Professor (a), lembra que já falamos sobre a ampliação do conceito de Patrimônio?

O Decreto nº. 25, de 30 de novembro de 1937 trazia a nomeação Patrimônio Histórico e Artístico (valorizando nosso passado colonial de influência europeia)

e a Constituição de 1988 muda/amplia para Patrimônio Cultural Brasileiro que passa a valorizar e reconhecer também os bens de natureza imaterial, promovendo a cooperação entre poder público e sociedade. Temos então uma democratização ao que venha ser considerado Patrimônio Cultural. Para elucidar ainda mais, veja:

*“Nesse contexto, o Iphan constrói em parceria com os governos estaduais o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, com uma proposta de avanço disseminada de maneira contínua para os estados e municípios em três eixos: coordenação (definição de instância(s) coordenadora(s) para garantir ações articuladas e mais efetivas); regulação (conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação); e fomento (incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional, fortalecer ações coordenadas em projetos específicos). Trabalhando com esses conceitos e visando facilitar o acesso ao conhecimento dos bens nacionais, a gestão do patrimônio é efetivada segundo as características de cada grupo: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Mundial.”*

(IPHAN, disponível em: <http://www.portal.iphan.gov.br/>).

## O PATRIMÔNIO CULTURAL SE DIVIDE EM:

### ♦ PATRIMÔNIO MATERIAL

*(tangíveis, podendo ser móveis ou imóveis), mapeados pela sua natureza, de acordo com os quatro livros do Tombo, exemplos:*

- **ARQUEOLÓGICO, PAISAGÍSTICO E ETNOGRÁFICO:** Parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí (arqueológico, bem imóvel), Coleção do Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro (etnográfico, bem móvel), Ilhas Atlânticas: Fernando de Noronha/PE e Atol das Rocas/RN (paisagístico, bem imóvel).
- **HISTÓRICO:** O centro histórico de Olinda/PE e Ouro Preto/MG, cidade histórica e de fundamental importância para entendermos a formação do Brasil (bens imóveis).
- **BELAS ARTES:** as imagens esculpidas em madeira da Madona da Conceição e de Jesus Ressuscitado localizadas em São José de Mipibu/RN (bem móvel).
- **ARTES APLICADAS:** Os Profetas, estátuas feitas por Aleijadinho. Estão localizadas no Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos em Congonhas/MG (bem móvel).

### ♦ PATRIMÔNIO IMATERIAL

*(intangíveis):*

- Está ligado aos saberes e as práticas sociais coletivas das comunidades que constroem sua identidade e memória, ou seja, aos modos específicos de criar, fazer e viver (como a culinária, festas, religião, artesanato etc.), as celebrações, ofícios, as formas de expressão (como rituais, dança, música, pintura, literatura etc.), lugares (ambientes de sociabilidade e trocas como santuários, mercados etc), que passam de geração a geração e é ressignificado pelos grupos ao longo dos anos.

Os patrimônios geram identificação, que por sua vez, despertam o sentimento de pertencimento. Por ser considerado importante para a sociedade, os países buscam o reconhecimento institucional do Patrimônio para preservá-los. No Brasil, o responsável por esse reconhecimento se dá através do IPHAN e das secretarias de cultura dos Estados e Municípios. No âmbito internacional, a instituição responsável pelo reconhecimento de bens materiais e imateriais de relevância para a humanidade é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A relação que o Patrimônio estabelece com a sociedade e/ou vice-versa, é também uma das medidas de preservação destes bens culturais. Nesse sentido, surgem as ações educativas em relação ao Patrimônio. Estamos falando da Educação Patrimonial!

*Querido(a) docente, vamos falar sobre como educar para o patrimônio?  
Continua aqui comigo, pois a festa só começou!*



**E**ducar para o patrimônio tem por objetivo o reconhecimento, divulgação e valorização dos bens culturais de um povo, comunidade, que por sua vez, se reconhecem e se identificam nestes bens, que podem ser de natureza material ou imaterial, como já vimos por aqui.

Portanto, o patrimônio cultural (seja nacional, regional ou local) estabelece laços com a sociedade por meio da memória, dos quais despertam o sentimento de pertencimento e identidade. A Educação Patrimonial nesse sentido é uma ferramenta pedagógica de uso coletivo e interdisciplinar para a promoção do patrimônio junto à população. Vejamos:

**“O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, interliga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício, uma festa ou um lugar que muitos acham importante, ou outros elementos em torno dos quais muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam.”**

(FLORÊNCIO et al, 2016, p. 8).

A Educação Patrimonial visa a participação social e o exercício da cidadania, pois coloca as pessoas da comunidade como protagonistas no processo de identificação, valorização, promoção e preservação do bem cultural. É uma ação educativa que reúne pessoas em prol do conhecimento, compreensão e compartilhamento do seu patrimônio.

## Vamos deixar mais explicado?

**“A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.”**

(IPHAN, Disponível em: <http://www.portal.iphan.gov.br>).

Educar para o patrimônio funciona como se colocássemos as pessoas de frente a um grande espelho onde estas veem refletidas suas referências culturais, seu lugar, sua história. E como aplicar na prática essa tal de Educação Patrimonial? Segue comigo!

## PROFESSOR(A), VEJA ALGUMAS PERGUNTAS QUE VOCÊ PODE FAZER ANTES DE ELABORAR E APLICAR UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

*O que posso considerar Patrimônio na minha cidade?*

*Quais as referências/ manifestações culturais do meu município?*

*Posso convidar outros professores para participarem do projeto?*

*Agora que já sei o que é patrimônio e educação patrimonial, por onde começar?*

*Qual o passo a passo?*

*Como tornar meu projeto atrativo para meus alunos?*



# APLICANDO UM PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA



COMO TRABALHAR O FESTEJO  
DE NOSSA SENHORA DA  
CONCEIÇÃO DE BOCAINA-PI NO  
ENSINO DE HISTÓRIA POR MEIO  
DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL?

# ETAPAS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Professor(a), no processo de aplicação do projeto de Educação Patrimonial, há de se seguir as seguintes etapas (GRUNBERG, 1999, p. 9):



## OBSERVAÇÃO/ IDENTIFICAÇÃO

Nesse primeiro momento, é preciso identificar o patrimônio existente na comunidade e o bem cultural que se quer trabalhar com seus alunos. Imbuídos de um conhecimento prévio, apresente os objetivos contidos no projeto para sua turma.

O festejo de Nossa Senhora da Conceição em Bocaina-PI é uma manifestação cultural da religiosidade católica popular, iniciada no ano de 1754, portanto, com 269 anos de tradição entre os bocainenses. Para isso, segue-se esse passo a passo e no percurso vão

surgindo muitas ideias, é o que deverá acontecer com você também ao escolher determinada festividade religiosa que se categorize como um bem cultural da sua cidade.

Em seguida, apresente o bem cultural escolhido para seus alunos, pode ser por meio de fotos e vídeos, comentários, perguntas. Explique o conceito de Patrimônio Histórico Cultural. Essa primeira etapa é diagnóstica, ou seja, é preciso o professor(a) entender o que seu alunado sabe sobre a festividade religiosa que pretende abordar.



## REGISTRO

Nessa etapa, o objetivo é a solidificação do conhecimento concebido pelos alunos sobre o bem cultural. A ideia é que os estudantes saibam identificar o festejo como patrimônio e sua importância para a comunidade.

Após apresentar aos discentes o conceito de Patrimônio Cultural e os materiais selecionados sobre a festividade religiosa proposta no projeto,

convide-os para apresentarem suas percepções acerca dela. Você pode pedir a eles que produzam textos (em diversos gêneros), pinturas, desenhos, paródias etc.

Em seguida, sugira a socialização desses materiais produzidos, seja na sala de aula ou com o restante da escola. Essa prática interligará o projeto a comunidade escolar.



## EXPLORAÇÃO

Nessa etapa, faça um levantamento/pesquisa sobre esse bem (como entrevistas, se alguém já pesquisou e/ou produziu algo sobre ele, documentos, fotografias, vídeos, acervos públicos e privados, fontes em geral etc.) para justificar porque ele é relevante para ser ensinado e uma referência cultural para a cidade.

Promova entre os alunos, com sua mediação, a análise, o debate, a problematização do bem cultural, com o intuito de despertar também o senso crítico deles. Sabemos que o campo patrimonial é por vezes conflituoso e precisa-se compreender seus significados para a sociedade.

Tente extrair as representações que seus alunos têm desse patrimônio. Você pode aplicar um questionário com o intuito que eles expressem o que sabem sobre esse bem, qual a importância que eles atribuem ao mesmo e de que maneira esse patrimônio se conecta com a realidade, cotidiano, deles.

Nesse momento do projeto, você pode sugerir para seus alunos que identifiquem

no livro didático de História, a presença da religiosidade popular nos vários conteúdos presentes nesse instrumento pedagógico, que traz a diversidade das civilizações.

Proponha visitas de campo, apresentando os lugares de memória sobre o patrimônio que estão pesquisando. Para isso, elabore um roteiro prévio da visita (com o trajeto, pessoas a serem entrevistadas, quais perguntas fazer) e trabalhe ele antes com seus alunos, pois isso norteará a organização e o funcionamento produtivo das aulas de campo. O professor(a) ao propor essa atividade, deve antes visitar os lugares escolhidos, conversar com as pessoas para explicar-lhes o projeto que está desenvolvendo na escola.

Leve para a escola pessoas da comunidade, envolvidas com essa manifestação cultural, para que possam conversar com seus alunos, dar seus depoimentos para eles. Promova uma roda de conversa, abra o diálogo entre eles, apresente as fontes que você levantou/pesquisou sobre o bem cultural em questão.



## APROPRIAÇÃO

Na quarta e última etapa do projeto, busca-se evidenciar as concepções que os alunos atingiram e construíram acerca do bem cultural (a festividade religiosa), assim, como os laços de pertencimento e identidade ora despertados a partir da compreensão de suas referências culturais. Os alunos, ao chegarem

nesta etapa, promovem o bem cultural estudado através de práticas criativas, como a música, literatura, poesia, teatro, documentário, exposições, canais de comunicação impresso e digital, ou seja, passam a divulgar seu bem cultural, pois já o reconhece como patrimônio da comunidade, valorizando-o e sabendo da importância de se preservá-lo.

# SUGESTÕES DE ATIVIDADES

## #1

Vocês podem criar um jornal escolar informativo, tanto na forma impressa como digital, sobre o festejo religioso, os bens culturais da cidade, porque considerá-los patrimônio e a importância de serem preservados, promovendo a veiculação do jornal no ambiente escolar e na comunidade.

## #2

A criação de um programa de rádio. O professor pode solicitar a uma rádio local que abra um espaço uma vez por mês, para que ele e seus alunos possam realizar um bate-papo sobre os bens culturais da cidade, sendo a religiosidade popular um destes bens.

## #3

Exposição de fontes (objetos, acervos, fotografias, jornais etc.) relativas ao festejo religioso. O professor pode sugerir que os alunos façam essa coleta/pesquisa, ou seja, que busquem entre seus familiares, amigos, vizinhos, objetos de valor afetivo referentes ao bem cultural estudado. E depois, podem organizar uma exposição no pátio da escola ou em algum espaço de sociabilidade da cidade.

## #4

O professor juntamente com os alunos pode confeccionar produtos educacionais sobre o bem cultural, como por exemplo, jogos, caça-palavras, história em quadrinhos, cartilhas, documentário etc.

## #5

Criação de uma página no Instagram para a divulgação desse bem cultural, onde os alunos com a mediação do professor, podem até realizar lives, fazendo também o trabalho de conscientização patrimonial.



Fonte: Página do Instagram @bocainameuamor

## O FESTEJO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM BOCAIINA-PI: PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA CIDADE.

O festejo de Bocaina como é popularmente conhecido, é uma das manifestações culturais mais vibrantes da cidade. A religiosidade católica popular neste município se destaca. Já são 269 anos de tradição. Entre práticas e representações, a festividade mariana desperta o sentimento de identidade e pertencimento em relação ao lugar, é um bem cultural dos bocainenses, portanto, podemos dizer que é patrimônio imaterial dessa comunidade.

Os fiéis seguem a procissão com a imagem de Nossa Senhora da Conceição liderando a caminhada pelas ruas da cidade. Cumprem um dos rituais do festejo de Bocaina. Carregam consigo a fé e o sentimento de que seus anseios, preces, sonhos, projetos de vida, medos, sejam amparados pela intercessão da mão de Deus, a Imaculada Conceição.

# INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Você como professor(a) de História, pode convidar professores de outras disciplinas para contribuir na execução do projeto de educação patrimonial. Um festejo religioso como o de Nossa Senhora da Conceição em Bocaina-PI, pode ser pensado da seguinte forma:



## Português

Na produção e interpretação de textos, nos diversos gêneros literários.



## Geografia

Explicar aos alunos o conceito de espaço, lugar. A localização geográfica do município, assim como mapas, gráficos etc.



## Matemática

Trabalhar com os alunos a questão da economia da cidade durante os dias de festejo. Ajudá-los a compreenderem o consumo das pessoas nesse período, assim como o lucro que os donos de bares, comércios, restaurantes, casas de show, tem nessa época do ano.



## Arte

Ajudando a confeccionar materiais educacionais sobre o bem cultural, como desenhos, pinturas, ilustrações, maquetes. Na composição de uma peça teatral, na organização de uma dança ou na produção de uma música.



Perceba que na aplicação de um projeto de educação patrimonial, o ensino de história pode ter a contribuição de outras áreas do conhecimento. E você querido(a) docente de História, vai conseguir trabalhar com muito êxito a história local, a cultura, a cidade, as relações socioculturais, as mudanças e permanências no tempo, a memória e o patrimônio.

---

*Professor(a), espero que este produto educacional tenha alcançado o seu propósito que é lhe inspirar a dinamizar sua prática docente. A Educação Patrimonial é uma importante aliada no processo de ensino-aprendizagem e ajuda as pessoas, os grupos, as comunidades no reconhecimento, valorização, promoção e preservação de seus bens culturais.*

---



## DICAS PARA AMPLIAR SEU CONHECIMENTO SOBRE PATRIMÔNIO

- Intangível: cultura, patrimônios e coletividades (Podcast).  
*Disponível em: [culturaemcasa.com.br](http://culturaemcasa.com.br)*
- Observatório do Patrimônio Cultural (Podcast).  
*Disponível em: Spotify*
- Instagram do Adson Pinheiro  
*@adson\_pinheirocultura*

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937 - Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De10025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm)  
Acesso em: 15 de jan. 2024.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim et al. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Brasília-DF, 2016. 134 p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>.

MENESES, Ulpiano Toledo B. de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Anais, vol.2, tomo 1. Brasília: IPHAN, 2012.

